

# INTERPRETAÇÕES POLÍTICAS

▶ Internet • mídia • arte

**Organização: Rosemary  
Segurado e Miguel Chaia**

**Núcleo de Estudos em  
Arte, Mídia e Política - NEAMP**

**Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo**



**PUC-SP**

# INTERPRETAÇÕES POLÍTICAS INTERNET, MÍDIA E ARTE

# INTERPRETAÇÕES POLÍTICAS INTERNET, MÍDIA E ARTE

Rosemary Segurado e Miguel Chaia (Org.)

ISBN:9788560453337

2017

1ª. Edição

**NEAMP** (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) – **PUC-SP**  
São Paulo, 2017

## OUTRAS E NOVAS INTERPRETAÇÕES POLÍTICAS

As abordagens políticas e mesmo o que se pode denominar de ciência política emergem das circunstâncias que moldam formas específicas de sociabilidades, produzem saltos tecnológicos, engendram múltiplas culturas e remodelam a economia. Por isso, qualquer definição do que seja política deve considerar o caráter polissêmico desta disciplina surgida entre os gregos alguns séculos antes de Cristo. Este livro meio que testa as novas ou as outras possibilidades da interpretação política para analisar a realidade atual ou os acontecimentos gerados pelas inovações sociais da contemporaneidade.

Grandes desafios foram colocados para a vida em sociedade e para a interpretação sociológica pelos saltos tecnológicos que culminam com a Internet, núcleo das Novas tecnologias de informações – NTIs. Vivem-se momentos revolucionários que destroem valores e relações colocando o confronto com novas formas sociais, políticas e econômicas constituídas a partir das inovadoras tecnologias. Por outro lado, subsistem maneiras sociais de produzir, ímpetus participativos dos indivíduos, problemas específicos de grupos sociais, funcionamento político baseado em instituições ou personalismos, empecilhos à continuidade do modelo pensado para a democracia, ruídos na linguagem e na comunicação... e subsistem ainda a mídia e a arte.

A contemporaneidade é marcada pela transversalidade, pelo hibridismo, pela multidisciplinaridade que permitem o entrelaçamento entre a internet, a mídia e arte – ou seja, na atualidade, convivem diferentes áreas tecnológicas e de saber como as redes sociais, o controle cibernético, o jornalismo, o cinema, a literatura, a pintura, e outros suportes. Tornam-se necessárias as junções de diferentes como a telefonia e os satélites, o livro impresso e o e-book, participar nas redes sociais e estar presente nas ruas, disputa entre facções reais e grupos virtuais, cinema e televisão, liderança política a indicar projetos e massa que emerge por si mesma. Estas áreas ou estes acontecimentos contemporâneos estão em complementaridade necessária e em tensão permanente, permitindo tanto novas formas de criação, de disseminação e de recepção/consumo. A política torna-se refém das tecnologias e das novas potencialidades permitidas por associações entre as diferentes áreas de saber e das diferentes tecnologias.

Desta forma, tanto a Internet quanto a mídia e arte experimentam uma convivência que desafia o conjunto das ciências humanas a ousarem novos recortes empíricos, novas categorias, construções teóricas, relações e perspectivas.

Este livro coloca a interpretação política buscando dar conta de algumas questões atuais, reconhecendo a pertinência e a importância da Internet, da mídia e da arte como potências cognitivas à disposição do pesquisador, do cientista social, do intelectual ou do filósofo. Os textos que compõem o livro querem situar a análise política frente tanto aos novos desafios impostos pela tecnologia à política quanto às especificidades que a arte e a mídia mantêm frente à Internet.

A maioria dos autores dos artigos está vinculada ao Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que desde 1997 vem desenvolvendo sistematicamente pesquisas voltadas às novas tecnologias, à mídia e à arte, sempre perpassadas pela dimensão política.

Assim, as análises presentes no livro “Interpretações políticas: Internet, mídia e arte” foram desenvolvidas tendo como referência o Projeto Temático “Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais”, financiado pela FAPESP e em andamento e coordenado por Vera Chaia. Por sua vez, esse Projeto temático desdobrou-se no Convênio Cooperação Internacional Austrália – University Queensland (Austrália) e PUC/SP (Brasil) - Financiamento: ATNFAPESP, coordenado por Rosemary Segurado. A partir das duas pesquisas ou sob a inspiração destas temáticas foram produzidos os textos que compõem o livro.

A primeira parte da publicação agrupa os textos que problematizam a nova sociabilidade e as novas formas de se fazer política a partir da centralidade imposta pela Internet na atualidade. Assim, a interpretação política foca os movimentos sociais constituindo campos de embates tendo como parâmetro de luta as redes sócias, enfatizando diferentes áreas de atuação contemporânea marcadas pelas novas tecnologias, como a disputa política, a participação, disputa política e a participação social, e a atuação de grupo feminista.

Por sua vez, a segunda parte do livro recupera a pertinência e o potencial analítico dos acontecimentos contemporâneos a partir da mídia e da arte. Desta forma, os artigos desta secção – selecionando como objeto de estudos o fotojornalismo, o cinema, a literatura e a bibliografia acerca da cultura política – abordam aspectos referentes à consciência política, lideranças políticas e democracia.

Esse livro oferece novas questões políticas e recupera permanentes aspectos do funcionamento e da organização política, agora recortada sob o impacto das novas tecnologias, do seu potencial para reorganizar a vida social e com o reconhecimento da continuidade da arte e da mídia como meios de ampliar o saber acerca da vida social na sua abrangência.

Aqui, os autores assumem a interpretação política fundamentando-se nas possibilidades históricas colocadas pelo seu tempo.

**Rosemary Segurado e Miguel Chaia**

# PARTE I – INTERNET E POLÍTICA

# 1. A polarização política brasileira analisada através do monitoramento de rede focado nos perfis do MBL e da CUT no Twitter

Rosemary Segurado<sup>1</sup> (PUC/SP e FESPSP)

Tathiana Chicarino<sup>2</sup> (PUC/SP e FESPSP)

Pedro Malina<sup>3</sup> (PUC/SP e FMU)

O presente trabalho se insere no projeto temático da FAPESP 12/50987-3, “Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais”, desenvolvido pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC/SP (NEAMP). Como desdobramento das atividades desenvolvidas por esses pesquisadores, especialmente no que se refere ao estudo do papel e ação das lideranças políticas na rede e, sobretudo, dos atores políticos que questionam as formas tradicionais de liderança e de representação, foi firmada uma parceria com a Queensland University of Technology (QUT) com o objetivo central de elaborar uma metodologia de monitoramento de redes digitais relativa ao estudo de determinadas práticas políticas desenvolvidas no Twitter.

Assim, selecionamos os perfis do Twitter da Central Única dos Trabalhadores (@cutnacional<sup>4</sup>) e do Movimento Brasil Livre (@MBLivre<sup>5</sup>), a fim de operacionalizar essa metodologia produzida no âmbito da citada cooperação internacional nomeada “Development of shared methodologies for the analysis of networked political practices”.

Nesse sentido, Bruns e Burgess, os pesquisadores principais da QUT, abordam a importância de analisar as potencialidades comunicativas colocadas pelas mídias digitais.

Mídias sociais como o Facebook e o Twitter cada vez mais fazem parte da comunicação cotidiana, de coordenação social e de novas formas de consumo ao redor do mundo. Facebook e Twitter permitem ao usuário se conectar com outras pessoas virtualmente em qualquer lugar da terra. Dentro da esfera interativa destas redes, *links* são compartilhados, informações distribuídas e notícias são comentadas em uma escala nunca vista antes. (BRUNS & BURGUESS, 2012, p. 122) <sup>6</sup>.

Especificamente o Twitter pode ser analisado da seguinte forma:

Nós introduzimos três camadas chave para a comunicação no Twitter: o nível micro de comunicação interpessoal, o nível médio de redes de seguidores-seguidos, e o nível macro de trocas baseadas em *hashtags*; então nós mostramos como essas camadas estão interconectadas de diversas formas. (BRUNS, AXEL & MOE, HALLVARD, 2014, p. 15)<sup>7</sup>

Segundo Guilherme Ribendoim, presidente do Conselho consultivo da IAB Brasil (Interactive Advertising Bureau Brasil), os usuários brasileiros falam principalmente sobre música, esporte e televisão, mas quando há um tema no qual a sociedade está focada, esse assunto se torna o tópico mais debatido, conforme se observou nos protestos de junho de 2013 e durante as eleições de 2014. Atualmente, o Twitter conta com 40,7 milhões de usuários e tem

sido muito utilizado para debater a situação política do país em torno do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

É fundamental compreendermos a atuação em rede proporcionada pela internet para analisarmos as transformações que estão em curso na configuração do debate político nos movimentos sociais contemporâneos. Em primeiro lugar, nota-se a ampliação das formas de conexão entre indivíduos e entre indivíduos e grupos. Nesse sentido, a internet favorece, em primeiro lugar, a multiplicidade e heterogeneidade das conexões, e cada ponto da rede pode realizar conexões infinitas com múltiplos pontos descentralizados, como um movimento turbilhonar na ocupação de espaços e na construção de percursos, que estão em constante criação.

Para Manuel Castells (2009), as práticas sociais e políticas na rede cada vez mais se misturam e se manifestam no espaço urbano, gerando o que o autor denomina espaço da autonomia, os espaços de fluxos.

Nesse sentido, os perfis da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento Brasil Livre (MBL) estão em oposição política em diversos pontos, mas disputam principalmente o impeachment ou não do governo da Presidenta Dilma Rousseff e as narrativas em torno dessa disputa. Além disso, ambas fazem uso constante do Twitter como forma de comunicação e mobilização política.

Nossa estratégia metodológica se guiará pela análise centrada em determinados atores das redes pessoais, (ego-network), que consiste em mapeamento e posterior composição gráfica estruturada dos fluxos interacionais desenvolvidos pelos atores (perfil pessoal), onde apenas suas próprias relações, de seus vizinhos adjacentes e suas ligações mútuas estão incluídos. Esse tipo de disposição dos atores na rede considera um nó focal (“ego”) e os nós a quem ego está diretamente ligado (estes são chamados de “alter”), além das relações entre os *alter* (MCAULEY, J. & LESKOVEC J, 2013), numa disposição quase que rizomática.

Dessa forma, a análise de redes em nível interacional parte de eixos metodológicos estruturais inter-relacionados em dois níveis estratégicos: relacional e individual. Porém, para um dado nó, a rede ego corresponde a um sub-gráfico onde só seus vizinhos adjacentes e as suas ligações mútuas estão incluídos, ou seja, expressa com maior precisão o ambiente local de um nó do que as multiplicidades relacionais dispostas.

É evidente que a amostragem aleatória de egos de uma grande população não vai formar uma rede macro-relacional de nós: é provável que nenhum ego mencione um alter que é outro ego ou é um alter ego de outro. Assim, certas medidas de rede não podem ser obtidas a partir de dados da rede do ego, tais como o número de links que separam as pessoas, fluxo comportamental ou atitudinal responsável pela consolidação relacional da interação (interesse e afinidades), ou mesmo as composições técnicas algorítmicas que diretamente interferem no processo de interação societário em questão. No entanto, a metodologia expressa com grande precisão os fluxos interacionais e relacionais primários, baseados em categorias tidas como “homofilas”, ou seja, os atores teriam laços mais fortes com pessoas semelhantes a si mesmas em

atributos-chave (comportamental e atitudinal), tais como classe social, idade, sexo, raça, opiniões políticas etc.

Com isso, pretendemos, após o rastreamento e captura dos dados de forma automatizada, tais como os Ids dos perfis dos usuários que interagem com as publicações nos perfis citados e outras métricas, no intervalo de tempo entre 07/03/2016 a 13/04/2016, a partir de um algoritmo criado pelos pesquisadores da QUT para a captura das informações, recorrer a novas tecnologias disponíveis nas ciências políticas, na comunicação, estatística e sistemas de informação, que possam nos auxiliar no processo de construir uma argumentação analítica e concisa a respeito desses fluxos interacionais, com o intuito de entendermos as dinâmicas relacionais e os conflitos e interesses dispostos na mecânica comunicacional societária em questão.

Através de software desenvolvido pela QUT, o qual é plugado diretamente a API da rede social em questão (Twitter), são extraídos e estruturados todos os dados de interação em dado período, tais como data, perfil, IDs, *links* compartilhados, volume de tuítes e retuítes e conteúdos postados ou compartilhados. Através de Querys (consultas automatizadas de linguagens de programação), os dados são atualizados também de forma automatizada e disponibilizados em planilhas tabulares estruturais.

Na sequência, duas etapas metodológicas serão postas em prática:

- i) Processamento dos dados no software Tableau<sup>8</sup> que nos fornece um instrumental voltado para a análise de múltiplos dados em um painel interativo;
- ii) Migração dos dados construídos para o software Gephi<sup>9</sup> a fim de proceder à sua visualização e análise a partir de métricas posicionais e estruturais;
- iii) Desenvolvimento de uma codificação dos dados obtidos. Com isso, buscamos sistematizar um desenho de pesquisa sobre monitoramento de rede de tal modo que nos permita empreender uma análise comparativa dos perfis e Ids do MBL e da CUT dispostos da seguinte forma:

I) Análise qualitativa do discurso;

II) Avaliação e interpretação dos dados métricos de rede;

III) Construção heurística de categorias que sejam capazes de dar conta dos dois passos precedentes;

IV) Interatividade.

Para realizar este monitoramento foram escolhidos dois perfis do Twitter, o perfil do Movimento Brasil Livre (MBL) e o da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se situam em dois posicionamentos políticos diferentes. Com isso objetivamos compreender a forte polarização verificada no país, principalmente a partir das eleições presidenciais de 2014 acentuada no *impeachment*, questão que abrange parte significativa dos *tuítes* de ambos os grupos.

Dentro desse contexto, forças políticas articuladas em campos que podemos caracterizar como *direita* e *esquerda* disputam a hegemonia nos termos *gramscianos*. Já desde as eleições presidenciais o setor localizado na *direita* ganhou presença nas ruas, ampliou sua presença no cenário político nacional e passou a se utilizar de estratégias discursivas e de mobilizações que

eram mais frequentemente identificadas com as práticas políticas adotadas pelo movimento sindical, mas especificamente pela CUT.

É recorrente a busca pela compreensão da atualidade das noções de *direita* e *esquerda* nos dias atuais. Expressões cunhadas durante a Revolução Francesa de 1789 eram utilizadas para se referir aos liberais girondinos que se sentavam à direita no salão da Assembleia Nacional e os jacobinos que se sentavam à esquerda no mesmo salão.

Naquele momento os direitistas pregavam a revolução liberal, o fim dos privilégios da nobreza e os esquerdistas também defendiam o fim da nobreza e do clero, mas defendiam um regime centralizador. O longo período que nos separa dessa revolução coloca sempre o debate em torno do sentido atual dessas definições. Ainda são vigentes como forma analítica das diferenças políticas entre setores antagônicos da sociedade.

Bobbio (1994) abordava a questão com o estabelecimento de alguns critérios para definir os posicionamentos de *direita* e de *esquerda* dentro de uma luta política. Adotaremos, inicialmente, parte desses critérios para entendermos o MBL e a CUT dentro do campo de disputas estabelecidos nos últimos anos no Brasil. A partir do referencial do autor a ideia de igualdade seria um divisor de águas de ambos os grupos. Para os defensores das ideias de *direita* a desigualdade seria um elemento natural da sociedade e impossível de ser eliminado. Por outro lado, para a esquerda os homens as desigualdades são sociais, portanto, podem ser eliminadas.

Embora consideremos as noções de *direita* e de *esquerda* insuficientes para a análise da complexidade dos posicionamentos políticos dos grupos sociais, adotaremos essas noções, considerando que frequentemente aparecem nas narrativas de ambos os grupos que utilizam os termos muitas vezes como forma pejorativa.

Buscamos, portanto, compreender aspectos conjunturais próprios de um momento político de polarização em um intervalo temporal através do mapeamento do uso das redes sociais por grupos relevantes em lados opostos da disputa. Nesse sentido, é importante verificarmos o posicionamento dos atores políticos envolvidos em cada um dos polos do debate em torno do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, considerando o papel desses atores no debate com suas respectivas áreas de influência, e, a partir dos pronunciamentos no Twitter chegamos a alguns aspectos relevantes dessa polarização especificamente entre a CUT e o MBL.

Ressaltamos que não se trata apenas de uma polarização entre os dois grupos estudados e sim de diferenças significativas entre duas concepções de política e de instituições políticas. Centramos a análise nesses dois atores políticos, mas podemos observar setores que se aproximam das ideias da CUT ou os que se identificam com o MBL disputando o debate no campo social e, portanto, as práticas discursivas são fundamentais para a compreensão do campo de lutas estabelecido no país, principalmente nos últimos dois anos.

O papel da circulação de discursos sobre o momento político do país deve ser colocado no centro da análise, à medida que por meio dessa compreensão é possível interpretar o comportamento político que está se constituindo nesse processo, comportamentos marcados por uma onda de polarização incomum nas práticas políticas do país, mais dadas à conciliação que a enfrentamentos.

O mapeamento das mídias digitais contribui para compreender em que medida o que se materializa nas dinâmicas cotidianas, produz e reproduz diálogos realizados por usuários do Twitter ou de qualquer outra rede social. Os fluxos entre as ruas e as redes fazem parte da produção discursiva da atualidade e precisam ser compreendidos por sua potencialidade e por sua capacidade de irradiar determinadas visões de mundo que se tornam verdades quase incontestáveis. O caráter distribuído das redes proporciona esse tipo de contágio de ideias, de forma que viralizam e vão imprimindo posicionamentos frente ao contexto política.

A disputa ideológica em torno das práticas discursivas se revela importante, pois a construção de uma narrativa para a busca do convencimento dentro de um debate político é o ponto central, considerando que:

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1999, p. 10)

Para Foucault (1999) é importante compreendermos que o discurso opera no campo das relações de poder, considerando que os enunciados produzidos indicam as posições adotadas pelos sujeitos que proferem os discursos, portanto, o discurso pode ser entendido como um exercício de poder dentro de uma dada relação social.

É justamente nesse sentido que analisamos os discursos dos grupos analisados, como campos de lutas entre sujeitos com visões de mundo antagônicas que buscam influenciar a interpretação da realidade vivida.

Em outra perspectiva analítica, Laclau e Mouffe entendem que o discurso é fundamental na configuração da realidade e consideram que o sujeito pode estabelecer diferentes papéis na sociedade. Os autores destacam também a existência de antagonismos nas práticas sociais, tendo em vista que os elementos constituidores do social têm como base aspectos políticos.

Entre os princípios dessa teoria temos o de descentramento dos sujeitos ocorridos pela complexidade das relações na sociedade contemporânea, considerando que não é mais possível pensar em um centro que tenha a capacidade de influenciar na produção de identidades. Nesse sentido, ambos os grupos estão buscando a ampliação de sua influência no campo social e encontram nas mídias digitais um campo fundamental para a articulação de suas posições políticas.

O Movimento Brasil Livre (MBL), situado à direita do espectro político, foi criado em novembro de 2014 e participou da organização de protestos a favor do *impeachment* e contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff que ocorreram em diversas capitais do Brasil nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015, e, 13 de março de 2016 ao lado dos grupos Revoltados Online e Vem Para a Rua.

O site do MBL, local onde o grupo poderia expor suas ideias, conta com poucas informações sobre ele e a única área do site com informações sobre o posicionamento político do grupo é o manifesto que está dividido em três partes: (No que acreditamos, Somos Brasileiros e O que queremos?), sendo que a primeira tem um parágrafo, a segunda têm dois parágrafos e a última conta com cinco tópicos. Neste manifesto o movimento se coloca como representante de todas

as classes sociais, raças, faixas etárias e gêneros, e que luta por um Brasil melhor, dentro de um governo democrático e liberal. Em nenhum texto o site indica quem são as lideranças, mas este possui três *links* com as caricaturas de Kim Kataguirí, Renan Santos e Fernando Holiday que levam as suas páginas pessoais do *Facebook*, mas não informando nada mais sobre eles.

O movimento, além de organizar e participar de manifestações, também realizou uma marcha a pé de São Paulo a Brasília para protocolar o pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 1983 e tem um histórico de relação com o Partido dos Trabalhadores (PT) apoiando o governo Lula e posteriormente o governo Dilma. Se autodenomina como organização sindical de massas, com caráter classista, autônomo e democrático. O site da CUT é de difícil consulta, já que é muito poluído e, por consequência, não é fácil localizar as informações que procuramos.

A central tem atuação em todos os ramos produtivos do país e é considerada a maior central sindical do Brasil e a 5ª maior do mundo, contando com aproximadamente 3.800 entidades afiliadas e 8 milhões de trabalhadores associados.

A CUT se posiciona contra o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, o denominando golpe, e participa ativamente da organização das manifestações contra o seu desenrolar, realizado em diversas capitais no dia 18 de março de 2016, também em resposta à manifestação dos grupos contrários ao governo no domingo anterior. A CUT hoje tem uma estrutura espalhada em todo o país com diversos sindicatos ligados a ela e que tem como presidente Vagner Freitas, bancário que iniciou seu mandato no ano de 2015 e permanecerá até 2019.

## Análise dos *tuítes* no tempo

A análise abaixo se refere aos dados apresentados no Gráfico 1 (Tuítes no tempo) produzido no software Tableau sobre o intervalo de tempo de 07/03/2016 a 13/04/2016. Foi escolhido este intervalo de tempo pois foi no mês de março que ocorreu a maior manifestação a favor do *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, organizado pelo também pelo próprio MBL, entre outras manifestações com o mesmo caráter. Além disso, a CUT organizou manifestações contra o *impeachment* neste mesmo período. Por conta destas manifestações acreditamos que as redes sociais refletiram este conflito, estabelecendo uma relação com o que se apresentava nas ruas.

Optamos por, nessa análise qualitativa do discurso político emitido pelo MBL e pela CUT no Twitter, manter a linearidade temporal a fim de, a partir, dos fatos conjunturais perceber se há polarização entre eles a ponto de diferenciar uma narrativa e quais as motivações a orientar determinado posicionamento. Assim, a marcação temporal será dada pela data de postagem dos *tuítes* e *retuítes*.

O dia 08/03 foi o primeiro pico de nosso monitoramento, onde a CUT postou 26 *tuítes* em sua maioria ligados à comemoração do Dia Internacional da Mulher no geral, e especificamente dirigido à Marcha das Mulheres ocorrida em diversas cidades do país na presente data. Destacamos ainda sobre esse dia, a presença de *tuítes* que relacionam: a presidenta Dilma e a ocupação de postos de poder pelas mulheres no Brasil; e, as mulheres e o ex-presidente Lula.

Uma das maiores manifestações convocadas pelo MBL, mas também pelo **Movimento Vem Pra Rua** e pelos **Revoltados Online** e que se espalharam pelo Brasil, ocorreu no dia 13/03, data em que temos mais um pico de postagem, com 48 *tuítes* do MBL. Mas, a despeito dessa articulação no que se refere ao chamamento para a manifestação, não há interação no mesmo nível no Twitter, já que, ao menos nesse dia, eles não se *retuítaram*. Além disso, é possível observar uma utilização bastante reduzida da *hashtag* VemPraRua, lembrando que o movimento surge posteriormente à criação da mesma.

Destacamos também, os dois *tuítes* mais *retuítados* (ambos com 32 *retuítas*): um deles se refere à restrição de acesso à Avenida Paulista pela PM com o argumento de excesso de pessoas, onde todos os *retuítas* foram feitos pelo perfil do Estadão. O outro *tuíte* diz textualmente “*Fernando Holiday apareceu ao vivo na GloboNews*”, “*Eu sou negro e vim de uma família humilde*”, “*Foda!*”.

Entre os dias 16/03 e 17/03 verificamos um pico de 64 *tuítes* do MBL, para entendermos o contexto dessa grande produção discursiva cabe destacar que essas 24 horas se referem ao dia em que Lula aceitou o pedido de Dilma Rousseff para se tornar ministro da Casa Civil, com posse prevista para o dia 22/03, onde na noite de 16/03 o juiz Sérgio Moro divulgou o grampo da conversa entre Lula e Dilma, além de outras conversas do ex-presidente. A divulgação desses áudios causou intenso debate na esfera pública interconectada, e em uma análise qualitativa do discurso dos principais *tuítes* desse dia verificamos um acentuado paralelo com esses eventos.

Em um dos *tuítes* mais *tuitados*, o MBL coloca o Datafolha sob suspeita ao indagar os motivos pelos quais Lula disse que seria o melhor presidente do Brasil de acordo com pesquisa que seria divulgada no dia seguinte. O outro *tuíte* mais significativo cita a revista Veja com um *link* para uma matéria do blogueiro Felipe Moura Brasil cujo título é: “Brasil renasce dos grampos contra Lula: Tchau, querida!”.

No dia 18/03 é possível verificar um pico de 50 *tuítes* do MBL onde a grande maioria é de *tuítes* e *retuítas* com menção à imprensa tradicional, notadamente o Estadão e a Folha. Contudo cabe dizer que essa última é colocada por eles à esquerda do espectro político. Em uma análise qualitativa constatamos que eles versam principalmente sobre as investigações contra Lula e a ex-primeira dama, e também sobre a formação da comissão do Impeachment. Vimos quatro vezes a menção do impeachment, nenhuma sobre golpe, sendo que uma delas apresenta uma grande repetição.

No dia 19/03 ressaltamos que tanto a CUT, quanto o MBL tiveram um grande índice de *tuítes*. A CUT produziu 36 *tuítes* sendo que a maioria se refere à manifestação ocorrida no mesmo dia e que conta principalmente com as seguintes *hashtags*: VemPraDemocracia, NãoVaiTerGolpe e GolpeNuncaMais.

O MBL postou 37 *tuítes*. Contudo nos chama a atenção que essa soma se localiza ou no segundo das 20:55h ou no segundo das 22:20h. O primeiro, um *retuíte* do Estadão e o outro da Folha, e ambos falam que a manifestação ocorrida nessa data é a favor do governo federal. Isso tem uma dupla implicação a nosso ver: primeiro indica uma estratégia de sobreposição de narrativa ante ao chamamento para a manifestação dos perfis da rede situados na *esquerda*. Segundo, a operacionalização dessa estratégia pela utilização de técnicas robóticas que disparam todos os *tuítes* ao mesmo tempo (mais conhecidos como *bots*).

Nessa data o MBL menciona a CUT em um *tuíte* que diz textualmente “Os jornais estão dando destaque ao Lula “querendo paz” no discurso. Tem nenhum falando do pres. da CUT querendo “se livrar de Moro””.

Contendo a palavra *impeachment* vimos dois *tuítes* do MBL; contendo a palavra golpe vimos dois *tuítes* da CUT.

Entre os dias 21/03 e 22/03 o MBL postou 29 *tuítes*, e, em uma análise do discurso vimos que os principais *retuítes* são: do Estadão que diz que Rosa Weber é nova relatora do *habeas corpus* de Lula no STF; *retuíte* da Folha que diz que Lula cogita desistir da nomeação à Casa Civil para se tornar um articulador informal de Dilma; outro também da Folha que diz que o STF autoriza três novos inquéritos contra Renan Calheiros; um último da Folha que diz que o relator do *impeachment* também irá considerar a delação de Delcídio do Amaral; e, um *tuíte* bastante *retuitado* que refere ao blog do Josias no UOL com a manchete “Rui Falcão deseja que o governo tome providências contra emissoras de TV”. Contendo a palavra *impeachment* vimos quatro *tuítes* do MBL.

No dia 23/03 vemos um pico de 25 *tuítes* do MBL um dos mais *retuitados* diz sobre um convite que Fernando Holiday recebeu do DEM para participar da comissão sobre discriminação racial, partido pelo qual foi eleito Vereador da cidade de São Paulo. Apenas um *tuíte* é sobre um chamamento para que as pessoas vistam preto para manifestarem apoio a Sérgio Moro e contra as medidas golpistas do STF, a ocorrer simultaneamente em São Paulo (especificamente na Avenida Paulista) e Brasília (em frente ao STF).

No dia 24/03 a CUT postou 59 *tuítes* (o seu segundo pico), os principais destaques que fazemos são: no geral a narrativa é sobre o combate ao golpe, com a *hashtag* TrabalhadoresContraOGolpe; e, vemos *retuítes* principalmente do Jornalistas Livres, Instituto Lula, @MudaMais, @brasildamudanca (perfil de notícias sobre políticas públicas ligado ao Instituto Lula).

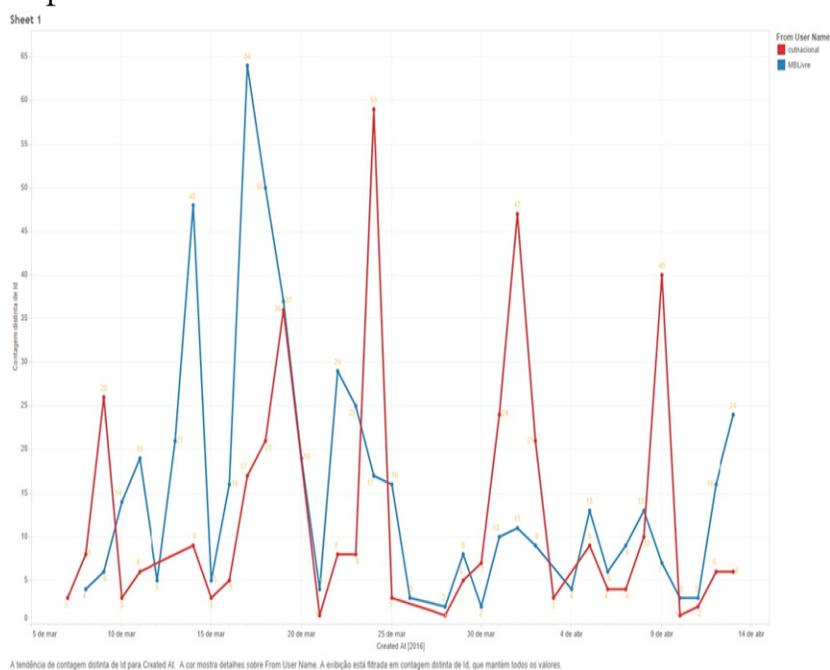
Entre os dias 31/03 (postagem de 24 *tuítes* da CUT) e 01/04 (postagem de 47 *tuítes* pela CUT), período que marca o ato organizado pela Frente Brasil Popular e pelo Povo sem medo (a CUT integra ambas), destacamos os seguintes padrões discursivos: alta presença de *retuítes*, 64 deles vindos do perfil @BlogdoPlanalto noticiando uma declaração do presidente da CUT Bahia, Cedro Silva, em defesa da democracia; intenso uso da *hashtag* BrasilContraOGolpe; a presença de 29 *tuítes* com a palavra *impeachment* ou golpe, o que demonstra uma apropriação discursiva no *Twitter* de palavras de ordem que foram amplamente utilizadas nas mobilizações *off-line* e que qualificam tanto a disputa em torno dos desdobramentos possíveis do *impeachment* de

Dilma Rousseff; *tuítes* sobre atos ocorridos em outras partes do mundo (Paris, Lisboa, Barcelona, Chile, Alemanha); 16 *tuítes* citando o @MST\_Oficial com o conteúdo de chamamento para a manifestação; 3 *tuítes* fazendo uma crítica direta à rede Globo.

No dia 08/04 (postagem de 40 *tuítes* da CUT) destacamos: a utilização da *hashtag* EDUCARcomLULA muito por conta de uma palestra por ele ministrada no Anhembi com a presença da CUT e da APEOESP; ainda referente ao encontro de Lula com educadores vimos 06 *tuítes* com trechos da fala do ex-presidente; não vimos nenhuma menção ao golpe ou impeachment; 26 *tuítes* apresentando indicadores sobre os governos petistas no executivo federal, todos ressaltando aspectos positivos.

Entre os dias 12/04 e 13/04 (postagem de 24 *tuítes* do MBL) destacamos o seguinte aspecto conjuntural que pode ter incidido nesse alto número de *tuítes*: a realização de um crowdfunding com o objetivo de levar a “Carreta Furacão” à paulista, contudo, a meta estabelecida não foi alcançada, a despeito das 229 contribuições; foram 32 *retuítes* da conta @HumansofPT que diz textualmente “Aooo vamo levar a carreta furacao pra Paulista” com um *link* para a campanha de *crowdfunding*; 16 *retuítes* de uma matéria da *Folha de S.Paulo* sobre a possibilidade desse show e novamente o *link do crowdfunding*.

Gráfico 1 - *Tuítes* no tempo



Fonte: Os autores.

## Análise de rede

A análise a seguir se refere aos grafos de rede feitos a partir do banco de dados de monitoramento do MBL e da CUT no *Twitter* entre os dias 07/03/2016 a 13/04/2016.

Após tratamento dos dados e separação de nós e arestas utilizamos os seguintes tipos de algoritmo de distribuição: primeiro o *OpenOrd*, que estabelece interações finitas e faz uma primeira clusterização; e depois o *Force Atlas 2* com a opção *Stronger Gravity* que nos permite a partir de uma modularidade estatística identificar comunidades, assim, a visualização do grafo toma o peso da aresta, ou seja, da relação estabelecida entre os nós, ou Ids, para situá-los.

Os grafos 1 e 2 são não-direcionais, ou seja, não há a indicação da direção da conexão, as arestas indicam apenas a relação de tuítes, retuítes e menções. Como a apresentação dos dados coletados se fez por uma opção de rede egocentrada o aspecto central são as relações estabelecidas com o perfil selecionado, em nosso caso, o MBL e a CUT. Assim, os nós nomeados 'NULO' indicam os tuítes postados pelo MBL ou pela CUT que não tiveram relação com nenhum outro usuário, nem por menção direta, nem retuíte, priorizamos, portanto, esse tipo de interatividade.

A partir desses grafos construímos algumas categorias a partir das relações estabelecidas por cada perfil de tal forma que possa subsidiar uma análise comparativa, são elas: i) relação com a mídia tradicional; ii) relação com mídia alternativa; iii) relação com os políticos tradicionais (perfil pessoal); iv) rede mais restrita, que definimos como sendo outros perfis, mas ligados diretamente à CUT ou ao MBL, sendo muitas vezes suas lideranças ou algum perfil regional; v) rede mais ampla.

Assim, com relação ao MBL vimos uma significativa interação com a mídia tradicional – GloboNews, Carta Capital, Folha de S. Paulo, O Globo, Revista Veja, Rádio CBN e BandNews – mas nenhuma relação com a mídia alternativa. De personalidades da mídia tradicional, destacamos a interação com Danilo Gentili que, a despeito de ter surgido no *stand-up comedy*, se torna conhecido pelo grande público por sua participação no programa de humor jornalístico CQC, da Rede Bandeirantes.

Essa interação ocorre de forma diferente com os diferentes veículos da imprensa, enquanto as menções aos veículos do Grupo Globo, a Revista Veja e a BandNews são sempre positivas, as menções ao jornal Folha de São Paulo variam de tendência de acordo com o teor da notícia, se a notícia estiver alinhada com o MBL o jornal é bem visto, se não houver esse alinhamento passa a haver a crítica. Já a revista Carta Capital sempre aparece como alvo de críticas, principalmente estabelecendo relações entre a revista e o ex-presidente Lula, chegando a acusa-lo de encomendar matérias na revista. A aparição dos autodeclarados líderes do movimento na imprensa tradicional também é valorizado, como na aparição de Fernando Holiday na Globonews já comentada no item anterior. Este político também aparecera novamente na imprensa e no Twitter no pico do dia 23/03 e chama a atenção o fato do nome dele aparecer com mais frequência que os outros líderes do MBL, o que pode ser explicado pela sua candidatura neste mesmo ano ao cargo de Vereador da cidade de São Paulo, o que demonstraria uma estratégia eleitoral prévia no Twitter por parte do movimento.

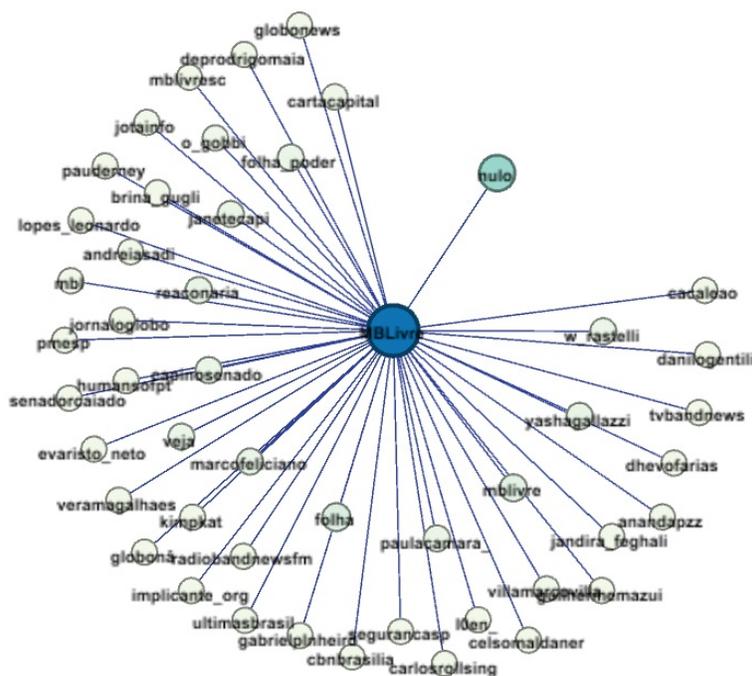
Dos políticos tradicionais o MBL no intervalo temporal de nossa pesquisa interagiu com o Deputado Federal, agora presidente da Câmara, Rodrigo Maia do DEM; com o Senador Ronaldo Caiado, do mesmo partido e integrante da Bancada Ruralista; com o pastor e

Deputado Federal pelo PSC, conhecido por suas pautas conservadoras, sobretudo no que se refere à moral e aos costumes, Marco Feliciano. É interessante perceber a ligação do movimento com o DEM, já que esta aparece também nos tuítes do dia 23/03 sobre um convite que Fernando Holiday recebeu do DEM para participar da comissão sobre discriminação racial. O DEM foi o partido com o maior número de candidatos a vereador do MBL, juntamente com o PSDB. Foram dez dos quarenta e quatro candidatos do movimento, apesar de apenas Fernando Holiday ter sido eleito.

Também houve interação com a Deputada Federal do PCdoB Jandira Feghali. Com esta última a interação se deu em uma resposta do MBL a um tuíte da Deputada que dizia: “Gravação de Moro pode ter partido do Planalto, o que confirmaria Estado de Exceção e arbitrariedades”; no tuíte do MBL lê-se: “É melhor quando você grava, né, @jandira\_feghali?”, fazendo referência a um vídeo gravado celular da Deputada onde Lula aparece falando da Operação Lava-Jato.

Da rede mais restrita há a interação com outros perfis do MBL e, sobretudo com uma de suas principais lideranças, Kim Kataguiri; e da rede mais ampla destacamos apenas a interação com o perfil da Polícia Militar de São Paulo.

Grafo 1 - MBL



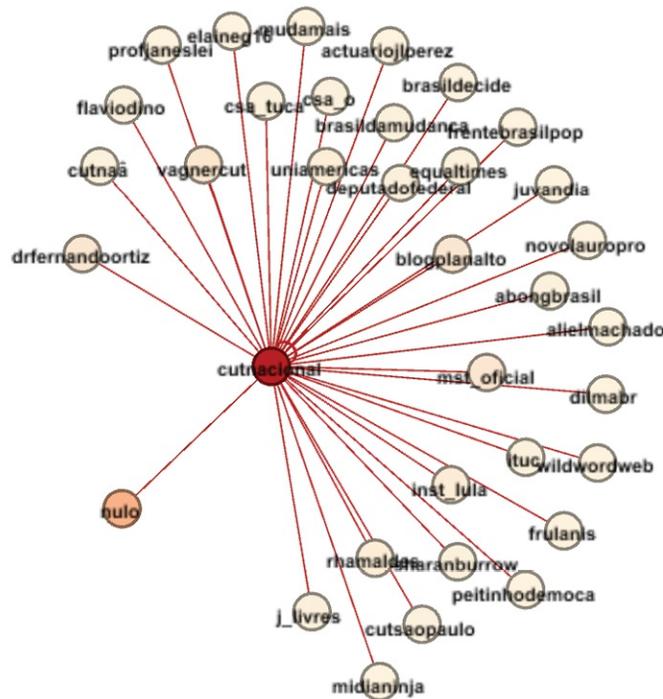
Fonte: os autores.

Sobre o padrão de interação da CUT no que se refere à mídia tradicional não há nenhum tuíte que os conecte, diferentemente da mídia alternativa, com a presença dos Jornalistas Livres e da Mídia Ninja.

De políticos tradicionais há apenas a presença do perfil do Flávio Dino, governador do Maranhão pelo PCdoB. Da rede mais restrita, há a interação com o perfil do presidente nacional e dois outros perfis ligados diretamente à CUT.

A rede mais ampla nos chama a atenção para os seguintes pontos: uma interação acentuada com os perfis ligados à Dilma e Lula (DilmaBr, Instituto Lula, Muda Mais, Brasil da Mudança, Brasil Decide, Blog do Planalto); a interação com o MST; com a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais); e com a Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas. Apesar da ligação com os dois ex-presidentes do Brasil pelo PT, como vimos em um dos *tuítes* de nosso monitoramento acerca da Marcha das Mulheres, nos picos aparece com muito mais força o nome de Lula, o que pode demonstrar a relação mais estreita entre o movimento e Lula, mesmo no momento em que Dilma passava pelo processo de Impeachment, relação observada também no uso da *hashtag* EDUCARcomLULA em um dos picos de *tuítes*.

Grafo 2 – CUT



Fonte: os autores.

## Algumas considerações

Antes de trazer apontamentos comuns aos dois perfis analisados cabe destacar algumas especificidades de tal forma que nos permita entender melhor a utilização de plataformas digitais e virtuais no âmbito da prática política. Assim, dentre os *tuítes* da CUT e os perfis citados e retuitados por ela, encontramos poucos padrões e repetições no período observado. A CUT parece fazer uso de sua conta no Twitter para divulgar eventos que já estão acontecendo, dentre eles manifestações, mas não para a divulgação prévia deles. É interessante perceber que ela cita e retuita perfis de políticos, movimentos sociais, frentes compostas por diversos partidos e movimentos, além da ex-presidenta Dilma Rousseff. Quanto à relação com a mídia, ela parece

fortalecer e citar organizações da chamada mídia alternativa, como o Mídia Ninja e os Jornalistas Livres, para abalizar sua visão de mundo.

No que tange ao MBL, chama a atenção as relações estabelecidas com a mídia tradicional. Aparecem os perfis da emissora de TV GloboNews, o jornal Folha de São Paulo, jornal O Globo, rádio CBN, rádio e emissora de televisão Band News, a revista Veja e a revista Carta Capital. O tipo de relação varia, mas em sua maioria se estabelece como positiva, com o perfil citando informações, artigos e opiniões vindos da mídia tradicional e os utilizando para abalizar sua própria visão de mundo. Reforçando também através desse movimento os próprios meios de comunicação tradicionais, que são considerados por eles confiáveis e bases seguras para análise. Exceção a essa regra é a revista Carta Capital, sempre citada relacionada ao PT e ao ex-presidente Lula.

Outro dado importante de ressaltar é que nos dias com o maior número de tuítes do MBL verificamos a repetição de algumas mensagens diversas vezes em um curto espaço de tempo (minutos) o que parece indicar o uso de robos como estratégia de disseminar certas informações.

Em nossa análise comparativa destacamos que a rede social Twitter é pouco utilizada para chamar ou mesmo divulgar as manifestações realizadas pela CUT e pelo MBL, mostrando que esta rede social parece ter outro significado prático para esses usuários.

Contudo, apesar de ter uma conotação de chamamento para ação, o Twitter é bastante utilizado para divulgação de informações nos dias das manifestações, como o número de presentes, a cobertura por parte da imprensa (principalmente no caso do MBL), além de informações do mesmo tipo por parte da CUT de outros eventos (como no caso do Educar com Lula). Seria difícil neste primeiro estudo estabelecer porque isto acontece, tendo em vista também que o uso do Twitter no Brasil é muito mais restrito do que em outros países, já que o Facebook ocupa este papel aqui. Contudo, esses dados nos ajudam a pensar como esses movimentos se articulam em torno de reivindicações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Destacamos também que os dois perfis se ligam a políticos e partidos, mesmo que o MBL tenha se declarado apartidário no passado e hoje participe das eleições com candidatos por diversos partidos: PMDB, PSDB, DEM, PSC, PP, PTB, PROS, PV, Solidariedade, PSB, NOVO, PHS, PRB, PEN e PTN. Já o perfil da CUT cita e retuita principalmente perfis ligados aos políticos do PT.

Quanto à polarização política verificamos uma disputa por termos e palavras, especialmente em torno do significado da palavra Golpe, enquanto para o MBL ele se refere à manutenção do mandato de Dilma com a ajuda do STF, para a CUT o golpe se refere à retirada dela da presidência. Esses discursos aparecem diversas vezes nos tuítes dos dois perfis e podemos verificar hoje que a ideia de Golpe se ligou mais ao *impeachment*, dada a conjuntura de Michel Temer ocupar o mais alto cargo no executivo federal.

Destaca-se também o fato do perfil do MBL e da CUT quase não mencionarem a presidenta Dilma Rousseff, o contrário ocorre com o Lula, que é constantemente citado por ambos os perfis, em conotações opostas o que nos indica um tratamento bastante diferenciado em relação às duas lideranças políticas centrais no processo de impeachment, mas também na história recente.

No que tange ao uso de palavras específicas percebemos que a palavra democracia foi utilizada apenas pela CUT e em nenhum momento neste período foi utilizada pelo MBL, que focou seus *tuítes* na discussão com os meios de comunicação tradicional.

Assim, após termos percorrido um roteiro de pesquisa que passou primeiro pela análise qualitativa do discurso político do MBL e da CUT no Twitter mantendo uma linearidade temporal que pudesse dar conta dos fatos conjunturais, e depois por um estudo egocentrado de suas redes, ou seja, do mapeamento dos fluxos interacionais desenvolvidos pelos atores, retomamos nossa problematização inicial, qual seja a de buscar um entendimento a partir de dados oriundos da interação entre dois perfis antagônicos política e ideologicamente em uma rede social sobre a polarização política recente, pode-se verificar que, inspirados em Bobbio (1995), a dupla de opostos direita e esquerda se não são tomadas em sua estreiteza e se não são motivo de avaliação ou manifestação, passam a integrar o cabedal da polarização das narrativas no intervalo dado a partir de questões conjunturais, tais como o posicionamento em relação ao Golpe e à mídia tradicional.

## Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995
- BRUNS, Axel & BURGUESS, Jean. **(R)evolutionizing Political Communication through Social Media**. 2012
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel*. **A política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista** – hacia una radicalización de la democracia, Madrid: Siglo XXI, 1985
- MCAULEY, J. e LESKOVEC J. *Learning to Discover Social Circles in Ego Networks*. Stanford, USA, 2013.
- ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations**. 5 ed. New York: Free Press, 2003.

## Sites

<https://www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acesa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes> Acesso em 09.04.2016

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/03/o-usuario-brasileiro-e-mais-engajado-do-que-a-media-4991393.html>Acesso em 09.04.2016

<http://brasileiros.com.br/2016/03/twitter-completa-10-anos-com-missao-de-se-redefinir/> Acesso em 09.04.2016

[http://eprints.qut.edu.au/66321/1/Twitter\\_and\\_Society\\_\(2014\).pdf](http://eprints.qut.edu.au/66321/1/Twitter_and_Society_(2014).pdf)Acesso em: 9 abril 2016

<https://cs.stanford.edu/people/jure/pubs/circles-nips12.pdf>

---

<sup>1</sup> Pós-doutora em Comunicação Política pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora do departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Pesquisadora do NEAMP. Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Email: roseseg@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e pesquisadora do Neamp/PUC-SP. Bolsista FAPESP. Email: tathianasennechicarino@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professor da Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e pesquisador do Neamp/ PUC-SP. Email: pedromalina@yahoo.com.br

<sup>4</sup> <https://twitter.com/cutnacional>

<sup>5</sup> <https://twitter.com/MBLivre>

<sup>6</sup> Tradução dos autores.

<sup>7</sup> Tradução dos autores.

<sup>8</sup> <http://www.tableau.com/pt-br>

<sup>9</sup> <https://gephi.org/>

# 2. A prática *fact-checking* da Agência Pública na internet e o discurso como campo de disputa

Desirée Luíse<sup>10</sup>

As campanhas eleitorais cumprem papel central na disputa por cargos no Legislativo e Executivo. Na corrida eleitoral, atuar a partir de uma comunicação estratégica pode não garantir os votos suficientes para ser eleito, mas trata-se de parte determinante no processo. O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é um dos meios de informação dos eleitores sobre as candidaturas, transmitido por rádio e televisão – meios de comunicação de massa com forte inserção na produção da visibilidade do campo político.

Por meio da propaganda eleitoral, há possibilidade de exposição de propostas e feitos conquistados, respostas a ataques dos adversários, reforço à identidade partidária e consolidação de posturas. O início do HGPE é essencial para a entrada do tema eleição na agenda do cidadão comum, e influenciará na formação da opinião da população (CERVI, MASSUCHIN, 2011).

No entanto, na atividade política, não é raro encontrar discursos questionáveis se comparados com a veracidade dos fatos. Na busca pelo poder, o interesse do candidato em relatar determinadas ocorrências de uma perspectiva que lhe favoreça melhor pode ser considerado um caminho quando se está no jogo da política. Os candidatos às eleições realizam constantes declarações, não necessariamente verídicas, com foco na capacidade de convencimento do eleitor.

Diante disso, e com a preocupação de trabalhar com uma nova abordagem de cobertura política, a prática do *fact-checking* – checagem de informação, na tradução livre – tem se disseminado por diversos países, em curto período de tempo. O intuito é o de aferir o discurso dos políticos, especialmente no período eleitoral. Em 2016, segundo estudo do *Duke Reporters' Lab*, que monitora projetos dessa natureza, 96 iniciativas estavam ativas em 37 países. Em 2015, eram 64 projetos e no ano anterior, 44 foram contabilizados<sup>11</sup>. No Brasil, estão mapeadas três iniciativas do tipo. Uma delas foi elaborada pelo veículo Agência Pública para as eleições presidenciais de 2014.

A Agência é uma iniciativa de mídia independente – não atrelada a um veículo comercial – que produz conteúdo com base em um modelo de jornalismo investigativo. A Pública define, em seu site, ter como o objetivo de seu trabalho o fortalecimento do direito à informação, da qualificação do debate democrático e da promoção dos direitos humanos. Nessa perspectiva, para compreender o discurso dos presidentiáveis durante o HGPE na televisão, o veículo desenvolveu na internet o projeto de *fact-checking* “Truco!”<sup>12</sup>, que será o objeto de análise deste estudo.

A inspiração para o projeto brasileiro surgiu do site argentino denominado “Chequeado” (ato de verificar, na tradução livre), criado em 2011. Além desse, existem nos Estados Unidos, desde 1991, o “FactCheck.org”; o “Polifact”, desde 2005, também estadunidense; “Del Dicho al

Hecho” (do dito ao feito, na tradução livre), lançado em 2014 no Chile; o site sul-africano “AfricaCheck” desde 2013; o colombiano “La Silla Vacía”, lançado em 2014; e o “Pagella Política” na Itália, de 2012, para mencionar alguns exemplos.

Este artigo tem por objetivo analisar a atuação do veículo *online* Agência Pública durante as eleições presidenciais de 2014, caracterizada pela prática do *fact-checking* por meio do desenvolvimento e produção da plataforma digital “Truco!”. Considera-se a temática deste estudo localizada dentro das inovações constituídas pelas transformações da sociedade contemporânea com o advento das tecnologias digitais, e consequente alteração nos padrões de sociabilidade e de participação na produção e compartilhamento de informação.

## Dinâmica do “Truco!”

Após cada programa do HGPE no ar, a equipe da Agência Pública aferia dados levantados como mais relevantes nas declarações dos candidatos à presidência e distribuía cartas correspondentes para as determinadas considerações dos políticos, com o intuito de demonstrar até que ponto o que diziam na propaganda era verdadeiro, se o contexto correto mudaria a informação, ou se o que dizia o presidenciável era uma inverdade.

Assim como no jogo de baralho Truco, cartas eram utilizadas, no entanto para pontuar qual foi a conclusão sobre o discurso avaliado, após a averiguação da sustentabilidade da informação realizada pela equipe do projeto. Para isso, a Pública criou um padrão de cartas, definindo os significados de cada uma, como descritos abaixo:

**Não é Bem Assim** – Informação exagerada, distorcida ou discutível;

**Tá Certo, Mas Peraí** – Informação correta, mas que merecia ser contextualizada. Existiriam mais dados que o eleitor precisaria saber além dos apresentados no programa eleitoral;

**Blefe!** – A informação é falsa. Dados de outras fontes foram usados, além do auxílio de especialistas para confrontar a versão apresentada;

**Zap!** – Informação correta e relevante dita pelo candidato. Para demonstrar isso, foram apresentados números que confirmariam e ampliariam o que foi dito;

**Truco!** – Informação insustentável e promessa grandiosa, sem explicação de como seria implementada.

Ainda dentro da associação do jogo de cartas com a dinâmica do projeto, somente nos casos da aplicação da carta “Truco!”, a Agência Pública estabelecia contato com as campanhas dos presidenciáveis, enviando perguntas relacionadas à declaração do candidato. A ação correspondeu a um desafio público para que explicassem afirmações, dados ou promessas aparentemente insustentáveis. As respostas obtidas eram divulgadas também dentro da iniciativa *online*.

Já no segundo turno, foram criadas três cartas novas: “Candidato em Crise” quando havia uma contradição com algo dito anteriormente, e “Carta Marcada” quando a mesma afirmação

questionável já fora usada no primeiro turno; além de “Que Medo!” quando a Pública se posicionava discordando dos candidatos quanto às propostas que, na concepção do veículo, eram perigosas para a democracia e os direitos humanos.

## Metodologia

As checagens dos discursos dos candidatos eram divulgadas em formato de edições na internet. Durante o primeiro e segundo turnos das eleições, a Pública produziu 33 edições entre os dias 19 de agosto e 24 de outubro de 2014 – período de vigência da propaganda eleitoral na televisão. O número de checagens variava por programa eleitoral e ao final do processo, cem discursos aferidos foram contabilizados. Além disso, em outras 18 declarações dos candidatos utilizou-se a carta “Truco!”, analisada separadamente das demais por estabelecer um processo diferente dentro da dinâmica do projeto.

Após o levantamento de todas as verificações dos discursos, os dados obtidos para esta pesquisa foram classificados e observados em duas frentes. A primeira com o objetivo de avaliar se a Pública correspondeu ao que se propôs realizar com o “Truco!”, bem como investigar a qualidade de seu trabalho. Já em um segundo momento foi possível extrair a importância do projeto para os eleitores que compareceriam às urnas no referido ano.

A técnica metodológica consistiu na elaboração de indicadores para a coleta de dados primários. A sistematização foi criada a partir do desenvolvimento de um piloto para analisar a primeira edição de checagem do “Truco!”, o programa 1, do dia 19 de agosto. Ainda, foram realizadas duas entrevistas exploratórias com integrantes da equipe da Pública para compreender seu funcionamento interno.

## Seleção e verificação dos discursos

A equipe da Agência Pública, composta por nove pessoas, foi orientada para coletar as informações durante o HGPE a partir do pressuposto de que qualquer conteúdo poderia estar distorcido. Porém, já estavam cientes de que os discursos que caracterizaram como “mais interpretativos” não poderiam ser verificados por estarem em um campo subjetivo ao extremo e, portanto, seriam descartados. Ao assistirem o horário eleitoral na televisão, extraíam as informações em formato de frases para facilitar posterior averiguação.

Ainda que trabalhasse com aparente clareza na escolha dos discursos a serem verificados, houve casos em que a Pública encontrou barreiras para chegar às informações suficientes que possibilitassem realizar determinadas checagens. Geralmente quando havia a necessidade de solicitar dados para órgãos governamentais, as respostas não eram obtidas e, assim, também se optou por descartar a fala para publicação.

Do total das cem checagens do projeto “Truco!” mencionadas, duas foram excluídas para esta pesquisa, por tratarem de verificação da fala do presidente licenciado do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical, João Inocentini, em programa eleitoral do então candidato Aécio Neves (PSDB). Não enquadrado como um candidato, optou-se pela omissão desses depoimentos nas análises.

Dessa forma, os indicadores relacionados às checagens puderam embasar o levantamento de dados e seguinte categorização: se os discursos verificados pela Pública estavam enquadrados nos critérios a que se propuseram inicialmente para elencar essas falas; quais os recursos utilizados para contrapor ou reiterar o discurso averiguado; e se haveria coerência entre o resultado da checagem (uso das cartas) e a argumentação da Pública para sustentar tal veredicto.

## Pertinência frente aos critérios

Os critérios da Pública para elencar os pontos a serem checados se concentraram em três: quando os candidatos à presidência mencionavam dados numéricos, porque seria possível comparar com dados já existentes e disponíveis; além de afirmações consideradas categóricas, em que a equipe se utilizava de certa intuição, baseada em conhecimento tácito, para chegar a definição de quais falas seriam averiguadas; e ainda quando a frase do político mencionasse proposta eleitoral suspeita de ser um perigo à democracia ou aos direitos humanos.

A partir do indicador “Ponto checado é pertinente com critérios da Pública para fazer a checagem” pode-se entender que a Pública cumpriu com o proposto inicialmente em seu projeto. Do total de 98 discursos, 45% trouxeram números ou dados; 51% puderam ser classificados como falas categóricas; 3% estavam relacionados ao perigo à democracia ou direitos humanos; e apenas 1% – o que correspondeu a uma frase – poderia ser classificado como fora dos critérios, o que torna esse item menos relevante diante da assertividade do trabalho como um todo.

## Recursos utilizados na argumentação

Ao publicar cada edição do “Truco!”, a Pública não apenas dava seu veredicto sobre os discursos, mas produzia um curto texto justificando o porquê ter classificado a frase com determinada carta do baralho. O conteúdo primou pela objetividade, mas sem perder o aprofundamento do fato tratado, utilizando dados ou estudos recentes sobre o abordado, além de dar o crédito das fontes e indicar *links* para interessados em saber mais do assunto – construção no formato de hipertexto<sup>13</sup>. Diante dessa prática, foi criado o indicador “Recursos utilizados para contraposição/reafirmção” para avaliar a consistência dos argumentos do veículo.

Das 98 checagens, em 48% foram utilizados como recurso dados oficiais; em 23% ocorreu apuração com fonte; em 19% o uso de matérias jornalísticas; 5% mencionaram pesquisas; 2% trouxeram fatos históricos; enquanto 3% apareceram como não fundamentado. Assim, os dados revelam que houve preocupação quase permanente da Agência Pública com o embasamento de suas checagens, demonstrando que há argumentação sólida no trabalho de pesquisa do “Truco!”, o que possibilitou ao eleitor confiar nas informações expostas.

Considerou-se para dados oficiais documentos e definições em sites de instituições do poder público; para apuração com fonte, o retorno de assessoria de imprensa, informações, pareceres técnicos ou anuários de órgãos conceituados da sociedade civil, além de artigos de colunistas; já matéria jornalística correspondeu às notícias *linkadas* na argumentação; pesquisa abarcou tanto artigos acadêmicos como pesquisas do Serasa<sup>14</sup> ou Data Popular<sup>15</sup>; e por fim, fatos históricos corresponderam às citações de acontecimentos não necessariamente validados por um dado específico, mas que se trata da descrição de um fato ocorrido. Um exemplo trata-se da justificativa da checagem de uma frase do então candidato Zé Maria (PSTU), durante o programa de 16 de setembro de 2014: “O leilão do campo de Libra, porém, foi controverso. O setor sindical petroleiro, bem como outras centrais sindicais e movimentos sociais, defendia que o governo fizesse uso do artigo 12 da lei do pré-sal e contratasse diretamente a Petrobras para a exploração e produção da área”<sup>16</sup>.

O veículo não apenas classifica os discursos dos presidencialistas, mas também demonstrar qual a base de sua justificativa para tal, é uma característica dos projetos de *fact-checking*. A ideia é a de que o leitor também possa verificar o trabalho realizado por esse tipo de prática, assim como fazem com as falas dos políticos, indicando a fonte primária dos dados (NEISSER, 2015). Como a premissa da transparência na divulgação de informações é pilar central das iniciativas, elas também se colocam como passíveis de erros e, portanto, na condição de serem averiguadas.

Além disso, o eleitor passou a contar com uma gama de conteúdos relacionados aos assuntos abordados pelos candidatos ao pleito, possibilitando-o estar mais bem informado ao ampliar a compreensão a partir dos textos e materiais disponibilizados pela Pública, como demonstrado abaixo:



Imagem reproduzida de uma checagem do “Truco!” na edição do programa de 19 de agosto de 2014

Cabe ressaltar que em cada checagem, mais de um recurso para argumentação pôde ser utilizado, o que ocorreu com frequência, já que puderam ser contabilizados 157 recursos no

total das averiguações. O número reforça a robustez do trabalho de busca da equipe do “Truco!”, pois considerou diversificar os tipos de recursos em suas justificativas.

Já com relação à porcentagem de argumento não fundamentado (3%) ocorreu quando alguma afirmação específica foi realizada dentro do texto divulgado pela Pública, no entanto não ficou clara a origem da informação. Apesar disso, esse item não apareceu sozinho em nenhum dos casos. Em um mesmo texto em que foi citada alguma informação sem esclarecimento do crédito, havia também outros recursos que trouxeram sustentação aos argumentos centrais utilizados.

## Coerência da contraposição

Um último ponto levantado com relação ao trabalho da Agência Pública levou a construção do indicador “Classificação de coerência da contraposição/reafirmção”, com o objetivo de entender se as avaliações da Pública sobre os discursos dos candidatos tinham consistência ao estudar as argumentações. Dito de outra forma, se os diagnósticos realizados com as cartas do baralho estavam coerentes com textos produzidos para justificarem as averiguações.

Em 93% dos casos checados, a classificação foi pertinente; em 6%, parcialmente pertinente; enquanto apenas 1% – o que também correspondeu a um caso – entrou na categorização como não pertinente. Com relação às duas últimas, ocorreram principalmente por divergência com relação a determinar um discurso com a carta “Não é bem assim” mesmo havendo elementos suficientes para o veredicto “Blefe!”. O que pode indicar que a Pública adotou extrema cautela na utilização dessa última carta. Além de confusão na utilização das cartas “Não é bem assim” e “Tá certo, mas peraí”.

## Truco e o confronto direto

Os indicadores para a ação de “trucar os candidatos” também trazem elementos para avaliar a procedência e importância da iniciativa. O resultado demonstrou que a Pública seguiu em 100% dos casos os dois critérios elaborados pelo veículo para uso da carta “Truco!” – dado ou informação aparentemente insustentável ou promessa grandiosa sem explicação de como seria implementada. Com relação às perguntas enviadas aos candidatos para esclarecer o que haviam dito, 94% das formulações foram pertinentes e 6% não pertinentes – o equivalente a um caso.

Quanto à participação dos candidatos na dinâmica, verificou-se uma discrepância. Enquanto no primeiro turno 80% das campanhas responderam às cartas “Truco!” contra 20% que não retornaram aos questionamentos; no segundo, em 100% dos casos não foram obtidas respostas dos políticos. O que revelou certa ineficiência no processo de esclarecimento dos discursos pela

falta em obter mais informações dos presidenciáveis. Por outro lado, somente as perguntas já contribuíram para levantar um alerta em relação às afirmações questionáveis.

Ainda, do total de retorno dos candidatos no primeiro turno, 37,5% das repostas foram avaliadas com alto nível de aprofundamento e qualidade, 12,5% com nível médio e em 50% o nível foi baixo. Ou seja, dada a chance de melhor explicarem seus discursos, os candidatos ainda teriam dificuldades. Apesar disso, em porcentagem expressiva pôde-se ampliar o entendimento sobre o assunto tratado. Para o segundo turno, não foi possível avaliar pela falta de retorno, como já relatado.

Por fim, considerando perguntas e respostas, a relevância do processo criado pela carta “Truco!” foi classificada no primeiro turno como 50% alta e 50% mediana; no segundo, como 100% mediana; e em ambos os turnos não apareceu a classificação baixa. O que puxou as porcentagens para cima foi o alto índice de pertinência nos questionamentos da Pública (94%), ainda que os políticos não tenham retornado no segundo turno (100%) e a ocorrência de repostas consideradas pouco elucidativas no primeiro (50%).

A porcentagem unânime para a falta de retorno no segundo turno pode ser explicada pelo tempo mais curto para a campanha nesse período. Os programas eleitorais foram ao ar de 10 a 24 de outubro, totalizando 14 dias, enquanto no primeiro, ocorreram de 19 de agosto a 2 de outubro, intervalo de 44 dias. Também, a intensidade da campanha aumenta no segundo turno, quando o HGPE passa a ser transmitido todos os dias, exceto aos domingos. Além do natural acirramento na disputa eleitoral, por entrar em sua fase final, o que exige mais das campanhas. No entanto, esses são indicativos preliminares.

## Redes digitais

Realizado na internet, a possibilidade de tornar factível um projeto como o “Truco!” apenas ocorre por conta do advento das novas tecnologias da informação e comunicação, nas quais a participação do cidadão com as questões de ordem pública encontra novo contexto.

A internet como meio que constitui a forma organizativa da sociedade contemporânea traz uma nova base, a estrutura social construída em redes de informação (CASTELLS, 2005). O que não modifica comportamentos, mas que pode amplificá-los ou potencializá-los à medida que “[...] se desenvolvem em nossas sociedades projetos individuais, projetos para dar sentido à vida a partir do que se é e do que se quer ser, a Internet possibilita tal conexão” (Idem, p. 274).

O virtual passa a ser mais uma perspectiva do real, sem se sobrepor a ele. Castells (2010) alerta para um mundo híbrido, constituído por uma relação *off* e *online* constante, o que chamou de virtualidade real. Diante do cotidiano das cidades, no qual a maioria da população convive com a compressão do tempo (Harvey, 1994), torna-se difícil a participação social, ademais de uma cultura individualista construída ao longo dos séculos. Surge, então, uma perspectiva de

envolvimento do cidadão com a política e mais especificamente, no caso estudado, com as eleições.

O “Truco!” caracterizou-se como mais um instrumento com o qual o eleitor pudesse contar para acompanhar e obter informações sobre candidatos ao pleito eleitoral. Isso ocorreria sem prejuízos de outras tarefas diárias, já que não demandou deslocamento de espaço físico, nem a necessidade de despender muito tempo para o acompanhamento das edições com as checagens do HGPE.

O acesso à internet cada vez mais crescente também deve ser considerado. Embora a garantia para o acesso digital à toda a população brasileira ainda esteja longe de ser viabilizada, a falta de conectividade tem deixado de ser um problema, colocando o meio *online* como potencial gerador de interatividade para um número cada vez maior de pessoas:

Portanto, a conectividade como elemento de divisão social está diminuindo rapidamente. O que se observa, contudo, naquelas pessoas, sobretudo estudantes, crianças que estão conectadas é que aparece um segundo elemento de divisão social mais importante que a conectividade técnica: a capacidade educativa e cultural de utilizar a internet. Uma vez que toda a formação está na rede – ou seja, o conhecimento codificado, mas não aquele de que se necessita –, trata-se antes de saber onde está a informação, como buscá-la, como transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer. (CASTELLS, 2005, p. 266-267).

Dessa forma, como base da Era da Informação, a internet se comporta como agregador de milhares de conteúdos midiáticos das mais diversas naturezas, e nem sempre confiáveis. Nesse sentido, a Pública ganha destaque, pois se revelou como um veículo que desempenhou com qualidade um trabalho de jornalismo investigativo. À medida que fez uma curadoria das informações dispostas no HGPE, em um primeiro momento, e realizou pesquisas e consultas necessárias para averiguar os discursos políticos. Para, então, chamar atenção para determinados pontos das declarações ao disponibilizar avaliações embasadas.

A contraposição ou reiteração dos discursos é um movimento importante, bem como as perguntas que confrontaram os candidatos diretamente por meio da carta “Truco!”, ao jogar luz sobre promessas e contextos abordados que poderiam passar despercebido pelos eleitores. Nesse caso, levantar a suspeita é essencial. Ignacio Ramonet (2013) afirma que o WikiLeaks<sup>47</sup> demonstrou que os indivíduos acreditavam estar bem informados, até que dados inéditos passaram a ser revelados pela organização, por exemplo, sobre a guerra do Iraque, iniciada em 2003.

Portanto, com a ampliação do espaço em que circula as informações na sociedade contemporânea, surgiria condições para a criação de meios com conteúdo dissonante. A transparência ganharia terreno fértil já que para além da mídia tradicional, personalizada por Ramonet (2013) na prática jornalística, podem se desenvolver novos sistemas midiáticos mais eficazes para atingir privilégios das elites e relações de dominação. Governantes ou aspirantes aos cargos públicos passam a ter mais dificuldades de manterem posturas dúbias e por vezes contraditórias – uma para atuação interna nas instituições políticas e outra para se relacionar com os governados.

Também, o “[...] WikiLeaks demonstrou que as mídias tradicionais não funcionavam mais nem assumiam seu papel. Foi no nicho dessas carências que o WikiLeaks conseguiu se introduzir

e se desenvolver” (RAMONET, 2013, p. 92). Ainda que os meios de comunicação da imprensa tradicional também estejam presentes na internet e detenham grande parte da audiência, Ramonet (2013) alerta para a diferença de que há condições de intervenção de outros atores, abrindo a possibilidade para a realização da mídia independente nos moldes da Agência Pública.

Nesse contexto, há potencialidade para alcançar milhares de pessoas, “[...] as quais terão acesso a informação com função de contrainformação ou de correção. Antes, a guerrilha midiática era muito difícil, hoje é possível” (RAMONET, 2013, p. 96), já que há mais opções pelas quais se pode adquirir conteúdo. Para ele, “[...] é incontestável que as novas tecnologias contribuem para a produção de conhecimento” (Ramonet, 2013, p. 96).

Partindo do pressuposto de que a política nas sociedades ocidentais, liberais e democráticas se realiza e se organiza por processos comunicacionais, Sergio Amadeu da Silveira (2009) caracteriza a internet como uma arquitetura lógica que favorece práticas sociais de desintermediação, o que estaria alterando a esfera pública e a política em geral, principalmente as instituições de intermediação do poder.

Com base na reflexão de Yochai Benkler, o autor concorda com a análise de que as redes digitais propiciam mais poder aos indivíduos e coletivos sociais, o que resultaria em uma ampliação e reconfiguração da esfera pública. Assim, uma parte dela seria dominada pela *mass media* e uma segunda pelo que Silveira chamou de esfera pública interconectada:

[...] as redes de relacionamento social (chamada de redes sociais) e o sucesso dos repositórios participativos de conteúdos na web se apresentam como exemplos de práticas comunicacionais que consolidam uma elevação da autonomia dos cidadãos frente às poderosas estruturas de intermediação dos mass media. (SILVEIRA, 2013, p. 80).

Enquanto em um cenário anterior, sem a presença da internet, a *agenda setting* e o debate estavam controlados por *gatekeepers* como emissores exclusivos de informações, atualmente, há aumento da “[...] disputa entre grupos, porque a rede incorpora facilmente novos discursos, novos formatos de sites, novas plataformas e novas criações” (SILVEIRA, 2013, p. 84), o que altera a qualidade da comunicação por meio da produção de iniciativas alternativas.

Assim, o ambiente *online*, no qual não há mais uma divisão fixa de quais atores são emissores ou receptores de informação, ocorrendo um intercâmbio constante desses papéis, possibilitou o surgimento da Pública que compõe a pluralidade de vozes na rede. E, por meio de seu trabalho de *fact-checking*, favoreceu a formação de uma opinião pública menos massificada e homogênea.

## Discurso: um campo de disputa

As ferramentas digitais não se limitam a melhorar a eficácia das formas de comunicação, pois, além disso, constituem em si um campo de batalha, aonde há possibilidade de manifestação de poderes e embates (BUSTAMANTE, 2010). Corrobora com a afirmação os resultados das análises sobre quais tipos de cartas são predominantes nas checagens do “Truco!”, pois verifica-se

a necessidade da contraposição aos discursos políticos oficializados pelas propagandas eleitorais na televisão – meio de comunicação unidirecional.

Entre as 98 averiguações da Pública, 37,8% foram classificadas como “Não é bem assim”; 24,5% de “Tá certo, mas pera aí”; 20,4% eram “Blefe”; 10,2% “Carta marcada”; 4,1% de “Zap!”; 2% “Que medo!”; e 1% como “Candidato em crise”. Os dados revelaram que o discurso dos candidatos, considerando as frases coletadas pela Pública para checagem, não prezaram pela veracidade dos fatos, já que a carta correspondente a essa postura foi utilizada apenas em quatro ocasiões (4,1%).

O levantamento também permitiu avaliar que menos declarações poderiam ser consideradas como totalmente corretas ou falsas por completo, ao somar cartas “Blefe” e “Zap!” (24,5%), na comparação com cartas que contém nuances no conteúdo das falas, “Não é bem assim” somadas com “Tá certo mais pera aí” (62,3%). O que também demonstrou que criar uma variação de significado das cartas, como uma preocupação da Pública, foi uma medida acertada para classificar de forma mais fidedigna os discursos.

As “meias verdades” nas falas dos candidatos, composição de informações que se pode confiar com outras questionáveis, estão relacionadas ao conceito de desinformação, de Guy Debord (1997). Segundo sua definição, não se trata de negar a existência de um fato, mas fazer o mau uso da verdade. A desinformação contém veracidade até certa parte, por ser deliberadamente manipulada:

Quando já não é permitido a alguém, por respeito ao consenso espetacular, ou no mínimo por desejo de ostentação espetacular, dizer de fato ao que se opõe, ou também o que aprova, com todas as suas consequências; mas quando se encontra muitas vezes a obrigação de dissimular um lado que se considera, por qualquer motivo, perigoso para aquilo que supostamente se admite, então se está praticando a desinformação. (DEBORD, 1997, p. 205).

Diante do volume elevado de contradições nos discursos levantadas pelas checagens da Pública (95,9%, excluindo as cartas Zap! e Truco!), seria ingenuidade considerar que a maioria delas aconteceu por descuido das campanhas. O indicativo é o de que as versões distorcidas dos fatos são construídas intencionalmente. Para tanto, as campanhas realizadas no HGPE contam com alto investimento financeiro em estratégias de *marketing* e comunicação, um processo que tem se profissionalizado cada vez mais na arena política.

A busca pelo voto dos eleitores para um partido ou candidato não seria o primordial para o *marketing* eleitoral, mas ao contrário: desenvolver o partido e candidatos com o foco nos eleitores. “Primeira coisa que temos que entender é associar o máximo possível o candidato a um produto e o eleitor a um cliente. Entender a necessidade do eleitor, ouvir o que ele quer”, segundo a consultora na área de *marketing* e comunicação por mais de 20 anos Andréia Gomes (informação verbal)<sup>18</sup>.

Portanto, o discurso dos políticos na corrida eleitoral à presidência em 2014 está em consonância com a sociedade do espetáculo, em que tudo se torna representação (Debord, 1997). O espetáculo não é apenas um conjunto de imagens, mas uma relação social mediada por imagens – a afirmação das aparências – que passou a constituir o modelo da vida dominante na

sociedade. “No espetáculo, uma parte do mundo se representa diante do mundo e lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação” (DEBORD, 1997, p. 23).

Ainda, para se chegar até a lógica do espetáculo, em que nada na sociedade lhe escapa e confunde-se com toda realidade, um dos pontos mencionados pelo autor é a mentira sem contestação:

A mentira sem contestação consumou o desaparecimento da opinião pública, que, de início, ficara incapaz de se fazer ouvir e, logo em seguida, de ao menos se formar. É evidente que isso traz importantes consequências para a política, as ciências aplicadas, a justiça e o conhecimento artístico. (Idem, p. 176).

Assim, o HGPE trata-se de um meio pouco eficaz para embasar o voto, sem a colaboração de projetos como o “Truco!”. A narrativa presente nas propagandas eleitorais torna complicada a vida do eleitor, já que seria impraticável para o cidadão comum avaliar constantemente os fatos expostos durante o HGPE, pela quantidade de informações circulantes ou mesmo pela falta de técnicas como, por exemplo, jornalísticas.

## Considerações finais

A prática do *fact-checking* da Agência Pública demonstra ser bem desenvolvida pelo veículo, por meio de altos índices de coerência e nulidade na dinâmica criada para o projeto “Truco!”. Além da criatividade da estrutura semelhante a um jogo de cartas, sua singularidade está na construção de um processo de validação das declarações dos candidatos, ademais da produção de um conteúdo específico que circula livremente sobre os assuntos abordados nas campanhas. A iniciativa comporta uma dimensão para além da instrumental do uso da tecnologia, mas como elemento de mediação com a realidade.

O ambiente das redes digitais, em que emissor e receptor de informação não são mais claramente definidos, permite a produção de conteúdo por uma diversidade de atores sociais, incluindo a Agência Pública, bem como torna acessível à população ao elaborado pelo veículo por meio da conectividade.

Ainda recente no Brasil, a checagem de informação se mostra necessária, já que se pôde constatar a prevalência das declarações inverídicas dos políticos que disputaram as eleições presidenciais em 2014. Portanto, a desinformação, que se desenvolve em um campo onde não há espaço para contraposições, conta com iniciativas como o “Truco!” atuando na contramão.

O discurso, então, nesse contexto, poderia ser definido como um campo de disputa não somente porque ocorre ampliação da manifestação de posições e trabalhos inovadores por meio da internet. Mas também, como disputa do que será entendido pela população e admitido como verdadeiro ou confiável – ganhar a percepção do eleitor seria o ponto central na competição entre os candidatos. Nesse campo, o enfrentamento por órgãos que trabalham com produção e divulgação de informação tem papel crucial:

[...] em meio a narrativas inverificáveis, estatísticas incontroláveis, explicações inverossímeis e raciocínios insustentáveis. Só gente da mídia pode responder a todas as asneiras que são apresentadas espetacularmente, através de respeitadas retificações ou admoestações. (Debord, 1997, p. 179).

Debord (1997) também cita a leitura como uma via importante para dar acesso à experiência antiespetacular, já que exige do leitor raciocínio e reflexões. O indicativo vai ao encontro do material pesquisado e disponibilizado pela Pública para sustentar a argumentação dos resultados das checagens. No formato de hipertextos, facilita o esclarecimento de questões e amplia o conteúdo sobre os fatos expostos.

Além de propiciar mais elementos para que o eleitor decida sobre o seu voto, a confrontação junto aos candidatos também torna mais caro o custo político daqueles que mentem ou trabalham com “meias verdades”. Dentro do contexto da sociedade espetacular, os candidatos repensariam posicionamentos diante da possibilidade de serem descobertos.

Assim, com a problematização dos assuntos abordados durante o HGPE e a construção de um espaço de contrainformação, contribui-se para a qualidade da comunicação ao dificultar a conformidade da opinião pública e favorecer a transparência da informação no debate político.

## Referências bibliográficas

- BUSTAMANTE, J. **Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital**. In: SILVEIRA, S.A. Cidadania e redes digitais. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro. Contraponto: 1997.
- CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 50-67.
- \_\_\_\_\_. **Internet e Sociedade em Rede**. In: MORAES, Denis, Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Redes sociais e transformação da sociedade**. Cadernos Ruth Cardoso. São Paulo, v. 1 /2010, p.89-96, 2010.
- CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G. **HGPE e formação da opinião pública no Brasil**. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da Wapor, 2011, Belo Horizonte. Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da Wapor: Opinião Pública, democracia e novas tecnologias: interações e desafios. Minas Gerais, 2011.
- HARVEY, D. **A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna**. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994, p. 257-276.
- NEISSER, F. G. **Fact-checking e o controle da propaganda eleitoral**. Revista Ballot. Rio de Janeiro, V.1, Nº 2, p. 178-212, Set/Dez 2015.

RAMONET, I. **A explosão do jornalismo na era digital**. In: Mídia, Poder e Contrapoder, da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVEIRA, S. A. **Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais**. In: Esfera Pública, Redes e Jornalismo. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.

---

<sup>10</sup> Desirêe Luíse Lopes Conceição, jornalista e mestranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Especializada em Mídia, Política e Sociedade pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP). Contato: deluise19@gmail.com

<sup>11</sup> Informação disponível na internet em [reporterslab.org/global-fact-checking-up-50-percent/](http://reporterslab.org/global-fact-checking-up-50-percent/). Acesso em 13/10/16; Também, um mapa com as iniciativas registradas pela pesquisa pode ser acessado em [reporterslab.org/fact-checking/](http://reporterslab.org/fact-checking/). Acesso em 13/10/16.

<sup>12</sup> Disponível em [apublica.org/truco2014](http://apublica.org/truco2014). Acesso em 9/11/16.

<sup>13</sup> Formato textual na internet que permite a indexação de conteúdos externos ao texto por meio de *links*.

<sup>14</sup> Empresa privada que reúne um cadastro de empresas e indivíduos em situação de dívida.

<sup>15</sup> Instituto de pesquisa, realiza levantamentos nacionais.

<sup>16</sup> Disponível em [apublica.org/truco-programa-13](http://apublica.org/truco-programa-13). Acesso em 9/11/16.

<sup>17</sup> Organização de mídia sem fins lucrativos, iniciou em 2007 o trabalho de publicizar pela internet informações secretas de governos e corporações, com o diferencial de manter o anonimato das fontes. Conta com uma rede de colaboradores para constatar a autenticidade dos materiais recebidos para, então, publicá-los.

<sup>18</sup> Análise realizada por Andréia Andrade Gomes durante o “Ciclo de Palestras: Eleições 2016”, do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), em São Paulo (SP), em junho de 2016.

# 3. Redes, Sociedade civil e eparticipação: um estudo de caso da ABONG<sup>19</sup>

Claudio Luis de Camargo Penteado - UFABC<sup>20</sup>

Marcelo z Pimentel dos Santos - UFPB<sup>21</sup>

Rafael de Paula Aguiar Araújo – PUC/SP e FESPSP<sup>22</sup>

Este trabalho apresenta um estudo sobre como a sociedade civil organizada está usando as ferramentas de comunicação da internet para melhorar sua atuação e reforçar a participação dos cidadãos na formulação de políticas voltadas para o atendimento de suas demandas. Especificamente, a pesquisa analisa como a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) usa os dispositivos comunicacionais da internet em sua articulação política e influencia o processo de desenvolvimento de políticas públicas.

A pesquisa se situa dentro de um contexto de construção de novos espaços para ampliar a participação da sociedade civil dentro da esfera pública, de mudança do perfil de organização e modelo de atuação da sociedade civil (formação de redes de movimentos e organizações) e o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Essas três variáveis contextuais operam um rearranjo das relações entre sociedade e Estado, ofertando formas inovadoras de articulação entre os atores políticos, indicando um novo campo de estudos para as Ciências Sociais.

Os estudos sobre participação cidadã devem ser associados a uma conjuntura de reforma do Estado, quando ocorre no Brasil uma reestruturação dos espaços de atuação da sociedade civil (Bresser-Pereira, 1999). A Constituição Federal de 1988 estimulou mecanismos de participação dos cidadãos nas esferas públicas através de proposições, participação em conselhos e reuniões (JACOBI, 2000), entre outras perspectivas. Contudo, a participação política ainda encontra alguns entraves, como os desenhos institucionais (AVRITZER, 2008), a escassez de informação, a apatia política e a desconexão entre representantes e representados (Maia, 2011). A presença das TICs, nesse sentido, facilita a ocupação desses espaços diminuindo custos de acesso à informações e ampliando a circulação de notícias, criando um ambiente participativo que se articula para além da esfera estatal tensionando os modelos tradicionais de representação política, criando condições sócio-técnicas para o empoderamento do cidadão (FUNG, 2006).

Dentro desse quadro, as organizações da sociedade civil, para aumentar a sua capacidade de ação e influência, estão se organizando dentro do modelo de rede. Nesse novo paradigma, os diferentes atores que compõem a sociedade civil se articulam de forma flexível, formando uma arquitetura reticular, líquida e móvel, realizada por ações de comunicação entre seus membros e suas conexões externas (EGLER, 2010). Esse formato de organização, de constituições de sujeitos coletivos interconectados por redes informacionais, possibilita a emergência de novos recursos de articulação e mobilização, e passam a estabelecer estratégias inovadoras na busca de demandas específicas. O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação potencializa a comunicação

entre os membros da rede, da administração pública e da população, otimizando suas atividades e ampliando a participação dos cidadãos na vida pública, além de criar uma relação inovadora entre a sociedade e os agentes públicos e verificar em que medida essas práticas contribuem na inovação da governança democrática (MICHELS, 2011).

Como apontam os estudos de Scherer-Warren (2006), a sociedade civil do novo milênio se organiza em redes de movimentos e desenvolve parcerias entre as esferas públicas e estatais, identificando uma modificação no modelo de atuação das organizações da sociedade civil, que passam a atuar também em parceria com o Estado, ou em substituição às agências estatais na promoção de serviços. Essa nova configuração possibilita a confecção de novos espaços de governança que podem contar com o crescimento da participação cidadã impulsionada pelos mecanismos de comunicação e participação online.

Para compreender estas mudanças, a presente pesquisa analisa o papel das TICs na articulação de ações da sociedade civil, especificamente através da ABONG, que está organizada dentro do modelo de rede e utiliza as redes informacionais para o desenvolvimento de suas ações, formando o que Egler chama de redes tecnossociais (2010).

Para realizar esse estudo, essa pesquisa partiu de uma dupla abordagem metodológica: a primeira que corresponde à avaliação do uso dos recursos da internet pela ABONG, por meio da identificação e análise dos canais oficiais, especialmente do website e do perfil público da ABONG no Facebook. Para complementar essa abordagem, também foi feita uma análise dos projetos desenvolvidos pela ABONG na articulação das instituições afiliadas, metas alcançadas, ações propostas e a caracterização das instituições e atores envolvidos. Em um primeiro momento, portanto, foi feito um balanço da arquitetura, ou desenho da rede da ABONG, de suas ações e propostas, avaliando como estas estão utilizando os dispositivos comunicacionais da internet.

A segunda abordagem metodológica implicou a avaliação dos bastidores da ABONG, seus mecanismos de funcionamento, suas articulações e estratégias. Com isso, foi possível verificar em que medida efetivamente o uso das TICs contribuem para o desenvolvimento dos projetos e ações propostas, além de obter a visão dos agentes organizadores e usuários desta rede. Para isso, foi realizada uma entrevista presencial com a diretora executiva da associação em São Paulo, Vera Maria Masagão Ribeiro, e outras informações foram auferidas junto a diferentes atores envolvidos com a ABONG como forma de complementar o estudo. As entrevistas permitiram o desenvolvimento de um olhar crítico sobre os principais projetos promovidos, além de uma avaliação da presença interna de forças políticas e econômicas e sua capacidade de aglutinação e influência na agenda pública.

## Sociedade civil e o uso da internet

Como apontam os estudos de Gohn (2010), a atuação da sociedade civil passou por uma reconfiguração nas suas formas de atuação, deixando de atuar somente em oposição ao Estado, mas também agindo em parceria ou em substituição aos agentes públicos ao adotar um modelo de ação mais pragmático, voltado diretamente para a influência sobre as políticas públicas. Segundo a autora, o papel estatal na oferta de serviços públicos foi “flexibilizado ou desregulamentado”, cabendo à sociedade civil organizada, principalmente às ONGs, o papel de promoção de projetos e programas sociais por meio de parcerias e transferência de recursos e responsabilidade. Nesse cenário, a sociedade civil se profissionalizou e as ONGs tomaram a dianteira na organização da população e de movimentos sociais de defesa de interesses locais, regionais, nacionais e também internacionais. O protagonismo social desses agentes que conseguem captar recursos públicos, principalmente por editais, e privados, oriundos de bancos e fundações, não é mais apoiado por ideologias macrossociais na orientação de sua atuação. A atuação dessas instituições ocorre a partir da constituição de uma nova identidade social fracionada, segundo três critérios básicos: eficácia no uso dos recursos (econômico), direcionamento da ação para públicos específicos (raça, etnia, gênero, idade, etc) e o desempenho de uma atividade (ação social) (Gohn, 2010).

Sherer-Warren & Lüchmann (2004), ao fazerem uma síntese do debate teórico acerca dos movimentos sociais e sociedade civil no Brasil, indicam que a maior presença das ONGs dentro do campo de atuação da sociedade civil implicou novas articulações entre o Estado e essa sociedade, amparado pela Constituição de 1988, que prevê mecanismos de maior participação social por meio da criação de espaços institucionais. Essa nova configuração institucional abriu espaço para uma ação mais profissionalizada da sociedade civil (cf. Gohn, 2010), implicando uma reconfiguração na relação entre o público e o estatal e novas preocupações teóricas e metodológicas para o campo das Ciências Sociais. A rediscussão do conceito de sociedade civil ganha espaço dentro da área acadêmica, levantando questões sobre esse novo perfil dessa sociedade, que implica um papel mais ativo dentro do ciclo de políticas públicas. Além disso, as próprias TICs colaboram com a construção deste novo perfil de movimentos na sociedade civil, pois o uso dessas novas ferramentas auxilia em atividades como mobilização e divulgação de suas ideias e propostas, como é o caso da *Rede Nossa São Paulo* (PENTEADO, ARAUJO e SANTOS, 2014).

A realização do Fórum Social Mundial, em 2001, entidade a qual a ABONG apoia, trouxe à baila uma série de questionamentos e uma redefinição da agenda de ação da sociedade civil no século XXI. Um dos temas destacados na narrativa desse espaço é a discussão acerca da estratégia das formas de atuação e articulação numa sociedade de redes e como estas colaboram na formação de uma rede mundial dos movimentos sociais (SHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004). A organização e mobilização na forma de redes se tornam uma opção estratégica de atuação da sociedade civil organizada nesse século. As autoras destacam ainda a importância da abordagem em redes para a análise dos movimentos sociais, que se destaca por agir dentro do modelo de organização em rede, além de possuir uma capacidade de articulação,

agregação e coordenação entre seus membros e com os atores institucionais, ancorados pelos princípios propositivos de participação igualitária, horizontalidade, articulação e descentralização.

Castells (2013) resgata a ideia que os movimentos sociais foram e continuam a ser alavancas da mudança social. Dentro da abordagem tradicional sobre movimentos sociais, sua origem está associada a crises com as condições de vida (GOHN, 1997). Os movimentos sociais contemporâneos, que possuem um cunho mais político, também são agravados pela crise das instituições políticas representativas que administram os Estados, também avaliada como crise da representatividade (Manin, 1997), ou de desconfiança das instituições políticas (Moisés, 2010). Em linhas gerais, a degradação das condições materiais de vida e a crise de legitimidade dos governantes e políticos em geral pode provocar “as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos” (Castells, 2013, p. 157), abrindo caminho para uma atuação mais efetiva das diferentes entidades que formam a sociedade civil contemporânea.

Na sociedade contemporânea, as TICs assumem uma posição central nas ações desenvolvidas pelos diversos movimentos sociais que operam *on-line* e *off-line* (Castells, 2013). Esses novos movimentos sociais se constituem no espaço urbano de modo autônomo, como também possuem elementos de atuação global e local simultaneamente. Outra característica é a busca por espaços de deliberação onde se rejeitam os representantes políticos como únicos atores sociais. A horizontalidade das redes auxilia no desenvolvimento de cooperação, solidariedade e companheirismo, sem a necessidade de liderança formal. Castells (2013, p. 165) defende que os movimentos contemporâneos, dentro de uma característica reformista, “pretendem transformar o Estado, mas não se apoderar dele”, tentando construir uma nova experiência democrática, mais participativa e articulada pelas entidades da sociedade civil. Essas características, de certa forma, estão presentes, em maior ou menor grau, na ABONG e em suas parceiras.

A democracia digital não se configura como uma nova forma de democracia, mas sim como um ímpeto por democratização da sociedade utilizando-se da internet (Eisenbeg, 2013, p. 254). Através da participação política via internet se permite vislumbrar uma prática de democracia participativa. Entretanto, as ferramentas de comunicação da web também auxiliam em processos deliberativos dentro da democracia representativa, como tem sido possível observar em diversas experiências nacionais e internacionais, como por exemplo o portal E-democracia da Câmara dos Deputados (Faria, 2012). Ou mesmo, fora das instituições políticas, como as tentativas de plebiscitos populares pela reforma política no Brasil atual, campanha que envolve a própria ABONG.

Ao assumir uma forma de organização e atuação dentro do formato de rede, a sociedade civil organizada, nos últimos anos, inova ao também inserir em suas ações e atividades o uso das TICs. Destacando o caráter heterogêneo da sociedade civil, Maia (2008) aponta que a internet oferece oportunidades de ampliação para a participação democrática para os diferentes atores da sociedade civil no sentido de “gerar conhecimento técnico competente, memória ativa, recursos comunicativos, exigência de prestação de contas e solidariedade à distância” (MAIA, 2008, p. 127). Para a autora, o uso da internet não elimina os problemas de participação que as democracias contemporâneas sofrem, contudo podem gerar quatro efeitos potencialmente

democráticos pelo uso dos dispositivos comunicacionais da web como: a) a interpretação de interesses e construção de identidade coletiva; b) constituição de esfera pública; c) ativismo político, embates institucionais e partilha de poder e; d) supervisão e processos de prestação de contas.

Em pesquisa que avalia o uso da internet pela sociedade civil para estimular a participação política por organizações da sociedade civil na cidade de Salvador, Borges & Jambeiro (2012) identificaram que essas organizações podem contribuir através da disponibilização de informação, mobilização da militância (e simpatizantes), promoção de discussões públicas, organização de manifestações (e protestos), avaliação dos representantes institucionais e pressão sobre os atores políticos em prol de suas demandas. Os resultados alcançados indicam um elevado uso da internet por esses agentes, principalmente no sentido de disponibilização de informações e contato com pessoas interessadas em contribuir ou conhecer as ações desenvolvidas pelas entidades. O mesmo estudo também detecta que a internet exerce uma grande influência sobre a organização interna das práticas e ações das organizações da sociedade civil, em especial na agilidade na divulgação de informações, dar visibilidade às causas, captar recursos, formação de parcerias, documentação e ampliação da área de atuação, assim como a promoção/renovação das práticas de participação política, como o debate (virtual), petição online, fiscalização de políticas públicas, conscientização, consultas públicas e *accountability*.

Ao estudar os efeitos do uso da internet no processo de engajamento cívico a partir de instituições associadas a ABONG no estado da Bahia, Oliveira & Santos (2013) assinalam que essas organizações atuam dentro de um espectro direcionado para a promoção do engajamento cívico no sentido de promover um maior envolvimento político voltado para a mudança social. A comunicação é um elemento estratégico nesse processo de promoção do engajamento, possibilitando a ampliação da articulação das ONGs com outras entidades e atores institucionais, difusão de suas demandas e a busca pela legitimação das mesmas dentro da agenda social como mecanismo de adesão política, econômica e social. Nesse sentido, a comunicação via uso das TICs, mais especificamente da internet, pode corroborar com o processo de mobilização de recursos (humanos, financeiros e políticos) por permitir um processo comunicacional mais ágil, barato, interativo e colaborativo. A arena virtual do ciberespaço se configura em um importante espaço para a promoção de campanhas de mobilização e engajamento cívico. Contudo, os resultados de Oliveira & Santos (2013) apontam que o uso ainda é pouco interativo e participativo, os espaços para discussão pública são pouco utilizados e não há uma política de comunicação voltada para o uso eficiente do ambiente virtual.

Em outro estudo (PENTEADO, ARAUJO e SANTOS, 2014) sobre o uso das TICs por organizações da sociedade civil que atuam dentro do modelo de rede, assim como a ABONG, foram analisadas as estratégias de articulação online da *Rede Nossa São Paulo* (RNSP), movimento social que opera dentro do paradigma de rede, que agrega em torno de suas atividades mais de 700 entidades da sociedade civil. Os resultados encontrados indicam que os dispositivos comunicacionais da internet são importantes ferramentas de ação da RNSP em suas ações voltadas para exercer pressão sobre o Estado e influenciar o ciclo de políticas públicas. O

principal uso da internet está voltado à divulgação de informações sobre a Rede, projetos e ações (e-informação), privilegiando uma ação comunicativa mais instrumental.

## A ABONG, seus projetos e atuação em rede

A ABONG foi fundada em 1991 e congrega, atualmente, cerca de 250 organizações que atuam contra as diferentes formas de desigualdades sociais e políticas<sup>23</sup>. A organização tem como epíteto a ideia da “organização e defesa dos direitos e bens comuns” cuja busca procura concretizar ideias progressistas e meios de fortalecimento democrático. Parte das organizações que a compõem possuem uma atuação ligada à promoção do desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da atuação política com o intuito de assegurar direitos e ampliar espaços de participação cidadã. Em outras palavras, a entidade é uma associação formada por organizações da sociedade civil com valores e princípios semelhantes e partilhados. Para isso, desenvolve parcerias na criação de bibliotecas digitais com a finalidade de partilhar o conhecimento, requisito básico da sociedade em redes, e gerar efeitos potencialmente democráticos (cf. Maia, 2008). Nessas bibliotecas virtuais podem ser encontrados diversos documentos, artigos e pesquisas realizadas tanto por indivíduos, acadêmicos e pesquisadores, como por centros de pesquisa e entidades parceiras. Os assuntos são variados e perpassam os diferentes interesses e áreas de atuação da ABONG e seus afiliados. Não à toa, uma das campanhas promovidas pela entidade é nomeada de “Partilhar Conhecimento”.

Em sua “Carta de Princípios”, a ABONG evidencia que as instituições que a compõem têm em comum a busca por alguns eixos temáticos que são assim classificados: a) igualdade; b) diversidade; c) solidariedade; d) pluralidade; e) autonomia; f) transparência; g) participação; h) liberdade; i) sustentabilidade; j) democracia; e k) horizontalidade.

A ideia de igualdade busca garantir os direitos de indivíduos e grupos pelo reconhecimento, enquanto a questão da diversidade social defende princípios de garantia à diversas diferenças sociais, como gênero, etnia, sexualidade e raça. Também assegura a defesa pela solidariedade e cooperação social entre indivíduos e grupos, além da ideia de pluralidade de opiniões e posições políticas. Garante ainda a autonomia de suas associadas em relação ao Estado, governos, igrejas e partidos políticos. A transparência das informações públicas e também das instituições filiadas à ABONG são bandeiras resguardadas em sua carta de princípios. Outro quesito importante é a participação, entendida aqui como a atuação da sociedade civil nos espaços específicos, de modo a fortalecer os mecanismos democráticos e a cidadania. Engloba também a luta por uma democracia mais direta e participativa, uma democracia que ultrapasse os processos eleitorais. Também incorpora a defesa da livre expressão dos diferentes grupos sociais e também indivíduos. A busca por formas alternativas de desenvolvimento humano sustentável, incluindo o debate dos direitos humanos, também é defendida. Por fim, defendem princípios de

horizontalidade baseados na construção de relações horizontais de poder que indicam princípios de construção de uma sociedade mais democrática.

Em diversos dos princípios listados acima, os dispositivos comunicacionais da internet são importantes ferramentas para a formação de uma consciência em prol da diversidade social, para a promoção de práticas solidárias e cooperativas e para acompanhar a fiscalização dos gastos públicos e das próprias afiliadas da ABONG, além de desenvolver práticas de participação social e mobilização cidadã, construção de uma esfera pública alternativa que garanta a expressão dos diferentes grupos sociais, assim como a formação de um modelo de interação horizontal pelo uso das TICs.

Não é possível desconsiderar o caráter político de atuação da ABONG, uma vez que procura ressaltar a ideia de direitos comuns ou, em outras palavras, coletivos. Alguns dos princípios e bandeiras levantadas guardam relação direta com as novas práticas políticas dos movimentos sociais contemporâneos. Castells (2013) lembra que uma das características mais marcantes destes grupos é o uso intensivo das TICs e afirma que “é por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero” (Castells, 2013, p. 20).

A questão política, compreendida aqui como participação no debate público e como entidade que representa setores da sociedade civil organizada, fica ainda mais clara através de determinados posicionamentos que a entidade assume e defende, expressos em um documento aprovado pela Assembleia Geral da ABONG, em 28 de fevereiro de 2013, no qual pode ser lida a defesa dos seguintes princípios:

a) fim de todas as formas de Imperialismo; b) participação popular nas políticas com uma sociedade civil forte e plural; c) igualdade étnica e racial; d) respeito às diversidades dos povos; e) habitação, transporte, mobilidade e segurança pública. As cidades para as pessoas; f) legalização do aborto; g) reconhecimento civil das uniões homoafetivas; h) justiça e igualdade para as mulheres; i) fim das guerras; j) educação pública, de qualidade, gratuita e laica para todas as pessoas; k) que a água e a energia sejam declaradas bens da humanidade; l) terra para quem nela mora e trabalha. Reforma agrária urgente. A unidade dos povos latino-americanos e africanos; m) que a vida não seja uma mercadoria; n) direitos humanos, com igualdade e justiça social; o) que trabalho digno é direito; p) liberdade afetiva e sexual para todas as pessoas; q) que Comunicação é direito e Informação não é mercadoria e; r) que lutar por direitos não é crime. Crime é não ter direitos.<sup>24</sup>

Em suma, pode se afirmar que os princípios declarados pela ABONG materializam a necessidade de se coordenar múltiplas ações da sociedade civil em direção a supressão de diferentes lacunas oriundas do neoliberalismo e dos novos arranjos na relação entre Estado e sociedade civil, além da interface destes com as TICs. O Estado gerencial resultante do período de redemocratização resulta em diferentes lacunas na concretização das demandas dos cidadãos e, conseqüentemente, da efetivação de um Estado de bem-estar social (NOGUEIRA, 2004). Dessa forma, a ABONG surge com o intuito de colaborar com a correção de algumas deficiências da administração pública fechada para a participação social e minimizar assimetrias sociais e políticas.

Os objetivos descritos pela ABONG reforçam a necessidade de articulação com outros movimentos nacionais e internacionais evidenciando, já em sua carta de princípios, o favorecimento do modelo de organização em rede. Atualmente, na página principal do site há uma campanha para que outras organizações da sociedade civil se agreguem à ABONG com finalidade de expansão de sua rede e a incorporação das associações às redes sociais virtuais. Vale

resgatar que o surgimento desta instituição e sua luta por uma nova relação entre Estado e cidadãos coincide com o crescimento da globalização e da existência de organismos multilaterais de fortalecimento do sistema capitalista. Em larga medida, o maior protagonismo da sociedade civil (cf. Gohn, 2010) coincide com a ascensão do projeto neoliberal e com o Consenso de Washington nos anos 90, que implicou no desenvolvimento de processos políticos de fortalecimento do capital, por um lado, enquanto do outro, o Estado se enfraquecia.

Nesse sentido, as organizações da sociedade civil, em geral, ocupam um espaço vazio, surgido pelas práticas neoliberais de “encolhimento” do Estado. Algumas ideias e ações passam pela possibilidade de ampliar o acompanhamento e estimular participação da sociedade civil nos processos políticos, principalmente, no que tange às políticas públicas, entretanto, permanecendo atenta ao ordenamento político e atuação junto aos atores institucionais. No início do séc. XXI, com a maior popularização das TICs, novas ferramentas são desenvolvidas no sentido de auxiliar o diálogo entre Estado, mercado e sociedade civil. Conseqüentemente, nessa nova conjuntura sociopolítica, as ferramentas de comunicação da internet possibilitam que a articulação política da ABONG seja potencializada, permitindo a interação entre seus membros, parceiros e financiadores, assim como a conexão com redes internacionais de solidariedade. A própria globalização coloca em contato as organizações da sociedade civil que, na virada do milênio com as facilidades das TICs, trocam contatos e experiências numa ampla rede internacional, como por exemplo, a que se estabelece com o desenvolvimento do Fórum Social Mundial, a qual a ABONG faz parte.

Recentemente a ABONG tem usado as TICs com mais frequência para inovar suas campanhas, o que chama a atenção para uma nova estratégia de atuação. As ferramentas interativas e colaborativas da internet permitem ampliar a participação pública (e-participação), conferem mais visibilidade às ações das instituições e estabelecem um canal direto de comunicação com a população. Em alguns casos, passa a ser a mediadora da relação entre indivíduos e coletivos da sociedade civil e o Estado, como é o caso do *Instituto Pólis* e a *Rede Nossa São Paulo*, que atuam na cidade de São Paulo, entre outras organizações (PENTEADO, ARAUJO e SANTOS, 2012 e 2014).

A partir do pressuposto que o modelo de organização em rede amplia a abrangência dessas organizações conectando-as a outros atores, potencializadas pelo uso das TICs, como é possível identificar em outro estudo já desenvolvido anteriormente (PENTEADO, ARAUJO e SANTOS, 2012 e 2014), observa-se aqui o mesmo empenho da ABONG em mediar o auxílio na interlocução entre Estado e sociedade. Nesse sentido, vale destacar que a ABONG faz parte do Conselho Nacional de Transparência Pública e Combate à Corrupção e organiza a Conferência Nacional da Transparência e Controle Social<sup>25</sup>. A mobilização da sociedade civil acompanha as transformações da conjuntura política e as mudanças tecnológicas. Atuando dentro do paradigma de rede, essas organizações não-governamentais passam a se apropriar das TICs para promover suas diversas atividades e ativismo. A internet se torna uma importante ferramenta na construção de estratégias de ação e mobilização e constitui-se como um espaço vital para a

realização de demandas, criando condições para uma participação mais ativa dos cidadãos nos processos políticos.

As campanhas da ABONG são acessíveis a todos a partir do banner *Lutas e Ações* localizado na página principal do site. No momento da redação deste artigo, eram vigentes as seguintes campanhas: a) reforma política; b) marco regulatório; c) internacional; d) transparência e gestão; e) novos modelos de desenvolvimento; f) DHESCA e participação e; g) democratização das comunicações. No quadro abaixo é possível ver uma breve descrição de seus objetivos e os usos das TICs por parte da ABONG.

Quadro 1 - descrição das campanhas da ABONG

<b>Campanhas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Usos das TICs</b>
<b>Reforma Política</b>	Campanha pela reforma do sistema político brasileiro, tornando-o mais amplo, democrático e participativo	Em parceria com outros movimentos sociais foi desenvolvida uma Plataforma associado à Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular discute propostas através do site: <a href="http://www.reformapolitica.org.br">www.reformapolitica.org.br</a>
<b>Marco Regulatório</b>	Criação do Marco Regulatório para Políticas Públicas incentivando o envolvimento dos cidadãos com as causas públicas	Como na campanha anterior desenvolve em parceria com outras entidades uma plataforma para discutir a criação deste marco. Disponível em: <a href="http://plataformaosc.org.br">http://plataformaosc.org.br</a>
<b>Internacional</b>	A partir da ideia de um desenvolvimento social justo e ambientalmente sustentável associadas à cidadania planetária forma rede com: Forum Social Mundial; Mesa de Articulação das Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina e Caribe entre outras	Divulgação no site das propostas, parcerias e redes internacionais do qual a ABONG é associada
<b>Transparência e Gestão</b>	Democratizar a comunicação e acesso à informação é fundamental para democratizar a sociedade e o Estado. A começar pela própria ABONG e suas parcerias	Utilização do site para divulgar informações próprias e de seus associados. Possui um boletim eletrônico dirigido a mais de 11 mil assinantes
<b>Novos Modelos de Desenvolvimento</b>	Fomentar novos modelos de desenvolvimento socioambiental. Em rede e em parcerias com outras organizações age em momentos que exigem controle e participação social como as grandes obras tais como: Usina Belo Monte, Transposição do Rio São Francisco, Copa do Mundo 2014, Olimpíadas 2016 etc	A página da internet funciona como divulgação de ideias e ações da ABONG
<b>DHESCA e Participação</b>	Atua com movimentos sociais e redes temáticas na defesa e ampliação dos Direitos Humanos, Econômicos, sociais, Culturais e Ambientais. Incentiva o debate na Plataforma de	A página da internet funciona como divulgação de ideias e ações da ABONG

	Reforma Política e a participação de grupos minoritários, discriminados e sub-representados na política	
<b>Democratização das Comunicações</b>	Para democratizar o Estado e a sociedade é necessário democratizar a comunicação e o acesso à informação	A página disponibiliza textos sobre o tema para contribuir e fomentar o debate

Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Pelo quadro acima percebe-se a atuação em rede partilhada pela ABONG, uma vez que atua em várias frentes e temáticas e que estas envolvem outros inúmeros atores sociais na defesa de suas bandeiras e lutas. A internet também auxilia no estabelecimento de laços nas redes virtuais. Além disso, a sua página funciona como mecanismo de consulta, transmissão de informação, divulgação de ideias e ações da própria entidade e de suas parceiras. Em alguns casos, como nas campanhas da “Reforma Política” e do “Marco Regulatório”, a entidade participa mais ativamente com links para os sites mais apropriados, incentivando a participação dos cidadãos nas consultas existentes dentro da arena virtual, reforçando o caráter da democracia digital, como apontado anteriormente.

## A ABONG, sua organização interna e estratégias de ação

Para compreender a forma como se estrutura a ABONG e suas estratégias de atuação, foi preciso estabelecer uma comparação entre as ações desenvolvidas e divulgadas em seu portal e a forma como a associação é pensada e organizada<sup>26</sup>. Os discursos e reflexões foram analisados com o objetivo de avaliar a dinâmica interna da associação e a forma como se estruturam as condutas *on-line* e *off-line*. A ABONG é basicamente uma estrutura de comunicação, mas tem figura jurídica própria, com escritório próprio, com sede e funcionários, que podem ser ampliados de acordo com os projetos desenvolvidos. O fato de se ter uma equipe pequena, e ocupar um lugar estratégico no desenvolvimento e defesa das organizações da sociedade civil, faz com que haja uma preocupação com as estratégias de comunicação e mobilização.

A ABONG tem por objetivo alimentar o vínculo entre as instituições associadas, procurando estabelecer uma rede coesa capaz de mostrar à sociedade a importância das organizações não governamentais. Nesse sentido, desenvolve ações de comunicação institucional com o intuito de fortalecer os vínculos com as instituições parceiras. A comunicação aparece como a principal estratégia de ação da ABONG, mas há uma consciência por parte da direção executiva sobre a necessidade da atuação ocorrer também junto à sociedade, de modo a promover o fortalecimento das ONGs, a ampliação de seus associados e a abrangência de seus projetos, além de fazer frente à criminalização das ONGs. Ao tratar o fortalecimento das organizações não governamentais durante a década de 1990, Ribeiro e Prazeres recordam a presença de políticas

neoliberais, que apostavam na transferência de responsabilidades às ONGs na área social. No entanto, segundo as autoras:

No período, muitas organizações foram criadas para prover serviços com financiamento público, enredando-se em relações ambíguas com os governos. Tal situação permitiu que essas organizações fossem usadas de forma ilegítima para transferir recursos públicos para grupos políticos ou para fins privados, provocando sucessivos escândalos e um danoso processo de deslegitimação e criminalização dessas organizações (2014, p.60).

De acordo com as autoras esse processo de deslegitimação ainda exerce um efeito danoso sobre as organizações, por isso a diretoria executiva da ABONG tem consciência da importância de desenvolver ações com o objetivo de fortalecer a imagem do terceiro setor junto à população.

Como a ABONG é uma ONG que reúne outras ONGs, possui, portanto, um caráter político e estratégico de comunicação. Embora adote ações próprias algumas vezes, a ABONG procura exercer suas atividades fortalecendo as estratégias de comunicação entre as instituições e nunca concorrendo com as associadas. Há uma consciência de que o fortalecimento da rede depende da busca de consensos e de que não deve haver disputas por financiamento entre a ABONG e demais instituições. Nesse sentido, a ABONG só participa de editais quando sabe que não representará um empecilho para alguma outra ONG associada.

Segundo Vera Masagão, diretora executiva da ABONG em São Paulo, há um conjunto de estratégias estabelecidas pela instituição que visam fazer frente às tentativas de criminalização das ONGs. Segundo ela, há uma grande desinformação sobre o papel exercido pelas ONGs no país. Nesse sentido, criaram o Observatório da Sociedade Civil, que procura construir um ambiente mais favorável para a atuação das organizações da sociedade civil, desenvolvendo diferentes ações capazes de ampliar os espaços de mobilização social e de participação política. A efetividade desses espaços, entretanto, ainda é pequena. O observatório aposta em ações como a reportagem especial “O Dinheiro das ONGs: Como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades – e porque isso é fundamental para o Brasil”<sup>27</sup>, por onde oferece argumentos para subsidiar jornalistas e profissionais do terceiro setor na defesa das organizações. O material de 56 páginas recebeu apoio da *Ford Foundation* e está disponível para *download* no site do projeto.

A ABONG faz parte do Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONGS (FIP), que compreende 62 plataformas nacionais e mais seis redes regionais de ONGs em todo o mundo. A ABONG abraça projetos encabeçados por essa plataforma e marca presença em encontros e projetos de cooperação, sendo a responsável, dentro do fórum, pelas ações de comunicação. Essa informação corrobora a importância dada pela diretoria da ABONG às relações internacionais e à atuação política associada às ações de comunicação. Segundo Ribeiro e Prazeres, as ONGs são atores autônomos e legítimos na esfera pública. No entanto, geralmente não são instituições massivas e sua representatividade muitas vezes é questionada. Sua legitimidade estaria em suas causas e em suas estratégias de ação, além de “sua capacidade de articulação e ação em rede, estratégia de intervenção definidora da sua identidade política” (D’ORFEUIL; DURÃO, apud RIBEIRO e PRAZERES, 2014, p. 60-61). Vera Masagão Ribeiro e Michelle Prazeres afirmam, portanto, a importância da articulação e comunicação em rede como

elemento de legitimação dessas novas formas de representações. As autoras chamam a atenção para essa caracterização das ONGs:

É fato que a cooperação, o intercâmbio e a ação coletiva já faziam parte da cultura política desse tipo de entidades, mesmo quando, na década de 1970, atuavam de modo quase clandestino em âmbito principalmente local. Mas as oportunidades que vieram se abrindo nas décadas seguintes – tanto no contexto político quanto no âmbito do desenvolvimento tecnológico – colocam cada vez mais a informação e a comunicação no centro das estratégias de ação dessas entidades (RIBEIRO e PRAZERES, 2014, p. 61).

Ao conversar sobre as ações de comunicação desenvolvidas pela ABONG, Vera Masagão demonstra ter consciência da importância de se adequar as ações da sociedade civil em rede. Para ela, a presença da internet viabilizou uma comunicação rápida e barata, que antes não era possível. A presença da internet permitiu que novas estratégias de articulação fossem tomadas, diminuindo custos e criando vínculos mais sólidos. As ONGs puderam encontrar na ABONG um lugar de convergência, capaz de reunir esforços e cumprir com um papel político junto ao governo. Segundo Vera Masagão, a ABONG cumpre com um papel importante junto ao Estado. Esse papel tem que ser visto a partir da força construída pela rede que a compõe. As organizações entendem que ao compor uma rede orquestrada pela ABONG juntam esforços para o exercício de pressão política.

A internet trouxe uma mudança importante nessa articulação entre as organizações, mas também representou uma ampliação do potencial de participação. Segundo a diretora da ABONG, a principal contribuição da internet para a ampliação das ações políticas foi a democratização do acesso à comunicação. Há um reconhecimento por parte dela de que a internet traz uma possibilidade de contrainformação importante, mas também sabe dos limites dessa realidade. Para Vera Masagão, a comunicação ainda não é a ação política, mas exerce um papel importante para a mobilização. Ao democratizar a comunicação, a internet contribuiu indiretamente para a ampliação da ação política.

A mobilização e a expressão desse tipo de ação social, que antes se davam por meio de abaixo-assinados impressos circulando de mão em mão ou ainda mediante manifestações presenciais em espaços públicos, atualmente podem contar também com o potencial das mídias digitais. Petições on-line, “tuitaços”, “curtidas” no Facebook, “blogagens” coletivas, peças publicitárias postadas no YouTube ou encaminhamento de mensagens para listas de e-mails são ferramentas que tanto organizações quanto pessoas utilizam crescentemente para provocar ou participar de mobilizações sociais, manifestar posições e interferir na arena política (RIBEIRO e PRAZERES, 2014, p. 63).

Mas Vera Masagão expressa clareza sobre os limites da internet. Segundo ela, “a internet derruba regimes, mas não consegue construí-los”. A fala expressa a consciência de que há uma fragilidade na internet, que se concretiza pela realidade de despolitização dos usuários, motivo pelo qual os fóruns virtuais não se equivalem aos fóruns tradicionais de debate, como os sindicatos e os partidos políticos. As redes digitais carregam em si o potencial de radicalizar a democracia ao viabilizar que os indivíduos se manifestem e se articulem horizontalmente.

As análises mais cautelosas, porém, chamam a atenção para o caráter efêmero dessas ondas de manifestação pública na Internet e para a fragilidade do vínculo de internautas individuais com causas apoiadas apenas por meio de um clique. As visões mais ponderadas, por sua vez, reconhecem que as TICs abrem novas possibilidades aos movimentos e organizações sociais como ferramentas de comunicação e articulação, trazendo assim novos desafios para sua cultura política, mas que de forma alguma substituem a ação pelas vias da política instituída. Nesse sentido, o ciberativismo pode ser reconhecido como ferramenta eficaz para fortalecer e ampliar o engajamento

social em causas públicas, mas milhões de cliques não substituem um engajamento pessoal e coletivo preparado para assumir o ônus da conflitividade que as causas sociais e ambientais encerram e dotado de uma visão de longo prazo (RIBEIRO e PRAZERES, 2014, p. 63).

A realidade da internet viabiliza uma articulação importante, que permite às pessoas conversarem e encontrarem elementos de afinidade que podem resultar em ações e novos movimentos. Diante desse reconhecimento, é sintomático que a ABONG não tenha entre seus filiados nenhum movimento social ou ação que não seja pessoa jurídica. Se por um lado há um reconhecimento de que a internet é capaz de estabelecer vínculos e mesmo ações políticas através do seu potencial de comunicação, por outro lado, a ABONG sabe a importância de se ter instituições sólidas como parceiras, que sejam responsáveis por uma rede própria que possam articular, que tenham mecanismos de financiamento e estruturas concretas para o desenvolvimento de ações. A ABONG expressa, com essa característica, o reconhecimento de que as ações realizadas através da internet são mais efetivas quando acompanhadas por ações *off-line*, algo que já foi detectado em outros estudos (PENTEADO, ARAUJO e SANTOS, 2014).

Esse aspecto fica claro ao observarmos a realidade da ABONG. A associação reconhece a importância da articulação de ações *on-line* e *off-line* já pelo critério de seleção das instituições que a compõem. A internet é utilizada como meio de articulação de promoção de ideias e de articulação, mas as instituições, com o uso de sua estrutura própria, concretizam o poder que a ABONG apenas arquiteta. Os limites da WEB são expandidos pelas ações *off-line* e pelo potencial existente em cada uma das instituições filiadas. Um exemplo interessante foi a ação desenvolvida pela ABONG contra as alterações do código florestal. Foi publicado um manifesto<sup>28</sup> explicando a situação e o perigo envolvido, em seguida, a ABONG promoveu um acompanhamento sistemático do processo, e corroborou o desenvolvimento dos “Diálogos Socioambientais no Fórum Social Temático”, ação *off-line* realizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, como parte dos debates que ocorrem dentro dos processos de articulação e mobilização do Fórum Social Mundial.

A articulação entre as instituições realizada pela ABONG muda o modo de se fazer política. A mudança está no fato de que a comunicação mediada pelas TICs promove um sentimento de permanência da ação política. Segundo Vera Masagão, manifestações públicas como as que têm ocorrido nos últimos anos no Brasil geram um sentimento importante de pertencimento, no entanto, falta à população a vivência dos conflitos, a experiência dos conflitos. Dito de outra forma, a diretora executiva da ABONG reconhece a importância do convívio político que se desenvolve na esfera pública e coloca em dúvida se a Web é capaz de promover uma esfera pública digital. Para Masagão, a população não ganha consciência política com a internet, mas tem uma vontade política despertada. A analogia que usa é a de que a internet, que traz na tela as informações de diferentes partes do mundo, não substitui a vontade de viajar. A população, apenas pelo contato virtual que tem com o outro lado do planeta, não perde a vontade de estar fisicamente nos diferentes lugares. Haveria então nas ferramentas disponíveis na internet uma potência importante, a de ampliar a vontade política. É nesse sentido que a ABONG entende nas redes sociais um canal estratégico de sua ação. A representação política da associação junto ao

Estado, atribuição importante reconhecida pelas filiadas, é reforçada por uma ação paralela de promoção da vontade política dos cidadãos, mobilizando pessoas em causas que julga importantes e que potencializam o papel político das ONGs. Segundo Ribeiro e Prazeres, há três dimensões em que as TICs podem ter papel relevante para a sustentabilidade e efetividade das ONGs na realização de suas missões: a dimensão da comunicação institucional, a da mobilização social em torno de causas e a da promoção do direito à comunicação e à informação (2014, p. 62).

O Facebook aparece como a principal ferramenta na estratégia de comunicação da ABONG junto à população. Seu uso, na maioria das vezes, é apenas informativo. Há, no entanto, ações de mobilização que são realizadas. Um exemplo foi a ação desenvolvida recentemente sobre 17 Objetivos Globais que substituirão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A ABONG promoveu debates presenciais em Brasília, ofereceu oficinas, além de uma cobertura informacional e ações de incentivo ao engajamento. No dia 24 de setembro de 2015 promoveu uma manifestação no Largo da Batata, em São Paulo, cumprindo a agenda internacional de mobilização, planejada para ocorrer em diversos países. O Facebook foi utilizado para convocar a população para essa mobilização pequena de rua, que foi realizada em conjunto com outras instituições associadas. Como estratégia de visibilidade as ONGs envolvidas levaram músicos, que realizaram batucadas; a ABONG envolveu ainda associações de catadores, de ciclistas e de núcleos do movimento GLBT. A iniciativa partiu da ABONG, mas foi realizada com o envolvimento de outras instituições e a partir de uma agenda internacional, coincidindo com o modelo de atuação em rede.

Vera Masagão chama a atenção para o envolvimento da ABONG com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi formado um grupo de trabalho da sociedade civil para pensar o envolvimento da ABONG e acompanhar a forma como as estratégias de ação seriam desenvolvidas. Pela estratégia adotada haveria a articulação de prefeitos e outras instituições vinculadas ao tema da sustentabilidade com a ABONG. Masagão chama a atenção para o fato de que a agenda ODS é uma agenda positiva internacional, uma associação de organizações nacionais desempenha o papel de articulação e promoção dessa agenda especialmente no trato com o governo. Esse trabalho guarda o desafio de ultrapassar a mera articulação com os atores estatais e ampliar a participação realizando a conexão com as bases sociais. Nesse sentido é que a WEB ganha importância estratégica, pela possibilidade que as ferramentas digitais trazem de conectar atores regionais a uma agenda nacional e internacional. A ação política em rede, portanto, assume um papel dinâmico e criativo.

## Considerações finais

Influenciados pela teoria habermasiana, Cohen e Arato (*apud* KRITSCH, 2014) indicam que a sociedade civil opera no nível do mundo da vida, na busca da promoção da solidariedade, em

contraponto à lógica sistêmica dos subsistemas econômico e político, ordenados pelo dinheiro e pelo poder, respectivamente, e conduzidos por uma racionalidade instrumental. Os atores da sociedade civil operam por meio da ação comunicativa como mecanismo de produção de solidariedade e transmissão cultural, formação de uma identidade social, produção de conhecimentos e competências culturais, como também operam no campo institucional filtrando e sintetizando demandas que surgem na esfera privada (KRITSCH, 2014). Nesse recorte, o uso das TICs pela ABONG é um recurso essencial na promoção da ação comunicativa de seus associados, por meio do desenvolvimento de práticas colaborativas entre seus membros e parceiros, formação de identidade, e expressão de opiniões e ampliação da democracia.

A atuação da ABONG está associada a uma nova configuração de atuação da sociedade civil organizada, caracterizada pela profissionalização de suas práticas (cf. GOHN, 2010), pela organização dentro do modelo de redes de movimentos e ONGs (cf. SCHERER-WARREN, 2004) e pelo uso das TICs para ampliar sua articulação política, contato e mobilização da sociedade (PENTEADO, ARAUJO e SANTOS, 2014).

A partir da análise realizada de suas ações, a ABONG consegue produzir os quatro efeitos democráticos que a sociedade civil pode gerar pelo uso da internet, segundo Maia (2008): a) a interpretação de interesses e construção de identidade coletiva entre seus membros e da própria ABONG, por meio de ações coordenadas entre seus membros (conforme exposto no quadro 1); b) constituir uma esfera pública, por meio dos canais de comunicação digital, na qual os membros da associação podem expressar suas demandas e projetos; c) promover ações de ativismo político, embates institucionais e partilha de poder, no qual o uso da internet é uma ferramenta essencial para mobilização e dar visibilidade para suas campanhas; e d) supervisão e processos de prestação de contas, como na campanha Transparência e Gestão. A ABONG consegue promover influência sobre o ciclo de políticas públicas, pelo uso das TICs seguindo um padrão já identificado por organizações semelhantes (PENTEADO, ARAUJO e SANTOS, 2014), como nos casos das campanhas: Reforma Política, Marco Regulatório e DHESCA e Participação.

Os resultados do estudo também corroboram com o estudo de Borges & Jambreiro (2012) sobre o uso da internet pela sociedade civil. A ABONG utiliza seus canais de comunicação digital para divulgar informações, mobilizar simpatizantes, promover campanhas, realizar ações de accountability e pressionar os agentes públicos.

Apesar da importância estratégica das TICs, conforme apontado acima, uma avaliação detalhada do website e do perfil oficial da ABONG no Facebook permite indicar que esses espaços têm pouca interação, no caso do sítio, e pouca popularidade, no caso da rede social. Essa avaliação vai ao encontro com o achado por Oliveira & Santos (2013), citados acima, que ao estudarem a promoção do e-engajamento indicam a baixa participação e quase inexistência de um debate público efetivo nos espaços digitais das ONGs estudadas.

Por fim, uma análise global dos resultados alcançados pela pesquisa indica que as TICs têm uma função estratégica nas ações comunicativas da ABONG, principalmente para dar visibilidade às práticas de seus membros, para a promoção de campanhas e na divulgação de informações e

conteúdos. Contudo, as ferramentas interativas são pouco utilizadas, indicando um campo que precisa ser mais explorado pela associação para conseguir atrair mais cidadãos para suas ações e ampliar a participação.

É possível, no entanto, perceber uma tendência no crescimento da presença dessas ferramentas de comunicação, especialmente por parte de alguns membros da rede ABONG, o que sinaliza uma importante agenda de pesquisa, especialmente pelo papel estratégico cumprido pela ABONG na mediação do terceiro setor com o Estado. Em um contexto de descentralização das políticas por parte do governo e o crescimento do acesso aos recursos tecnológicos, o uso das TICs por parte de uma organização como a ABONG pode sugerir importantes pistas para a compreensão da forma como se está desenhando as relações entre governantes e governados no processo de desenvolvimento de políticas.

## Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, 2008, 14.1: 43-64.

BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Participação política de organizações da sociedade civil de Salvador. **Verso e Reverso**, v. 26, n. 61, 2012: 2-14.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Sociedade civil**: sua democratização para a reforma do Estado. Sociedade e estado em transformação. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança** - movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

EISENBERG, J. "Democracia Digital". In: GIOVANNI, G. & NOGUEIRA, M. A. (org). **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Imprensa Oficial e FUNDAP, 2013.

EGLER, T. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, 2010.

FARIA, Cristiano Ferri. **O parlamento aberto na era da internet**: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

FUNG, A. **Empowered Participation**: Reinventing Urban Democracy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.

GOHN, M. G. Ações coletivas na atualidade: dos programas de responsabilidade/ compromisso social às redes de movimentos sociais. In: **Ciências Sociais** Unisinos, São Leopoldo/ RS, v. 46, n. 1, jan/ abr 2010.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

JACOBI, P. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MAIA, R. C. M. **Redes cívicas e internet**: efeitos democráticos do associativismo. Logos. Rio de Janeiro, v.14, p. 43-62, 2007.

MAIA, R. C. M. **Internet e esfera civil**: limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MICHELS, A. Innovations in democratic governance: how does citizen participation contribute to a better democracy?. In: **International Review of Administrative Sciences**, v. 77: 275, 2011.

MOISÉS, J. A. (org). **Democracia e confiança** – Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. Cortez Editora, 2004.

OLIVEIRA, Raquel Gomes; SANTOS, Luciana de Fátima Pinto. **Internet como alternativa para o engajamento cívico—Reflexões sobre o caso das ONGs**. Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 12, n. 23, 2013.

PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P.; ARAÚJO, R. P. **Democracia, Sociedade Civil Organizada e internet**: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. Sociologias, v. 16, n. 36, p. 206-235, 2014.

\_\_\_\_\_. **Sociedade Civil e a eParticipação em Políticas Públicas**: o Índice de Participação e Influência (IPPI) do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil.

\_\_\_\_\_. **Sociedade Civil e Políticas Públicas**: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política. Paper apresentado no 36º Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, 2012. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7821&Itemid=76](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7821&Itemid=76)>. Último acesso em 05/04/2015.

RIBEIRO, Vera Masagão e PRAZERES, Michelle. Informação e comunicação na defesa dos direitos e bens comuns. In: **TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012 - pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras**. São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em:<http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-osfil-2012-livro-eletronico.pdf>. Acesso em: 28/09/2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan-abr 2006.

<sup>19</sup> Uma primeira versão desse artigo foi apresentada no 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

<sup>20</sup> [claudio.penteado@ufabc.edu.br](mailto:claudio.penteado@ufabc.edu.br)

<sup>21</sup> [marceloburgos@cchla.ufpb.br](mailto:marceloburgos@cchla.ufpb.br)

<sup>22</sup> [rafa77@uol.com.br](mailto:rafa77@uol.com.br)

23 Informações disponíveis em: <<http://abong.org.br>>. Último acesso em: 13/09/2015.

24 Disponível em: [http://abong.org.br/quem\\_somos.php?id=2](http://abong.org.br/quem_somos.php?id=2). Acesso em: 13/09/2015.

25 Disponível em: [http://abong.org.br/lutas\\_e\\_acoes.php?id=3474](http://abong.org.br/lutas_e_acoes.php?id=3474). Acessado em 13/09/2015.

26 Para tanto, foi realizada entrevista presencial, em 25 de setembro de 2015, com Vera Maria Masagão Ribeiro, diretora executiva da ABONG em São Paulo, a quem agradecemos pela disponibilidade e ajuda.

27 Disponível em: <https://observatoriosc.files.wordpress.com/2014/02/livro-ongs-100-dpis.pdf>. Acessado em: 28/09/2015.

28 Disponível em: [http://www.abong.org.br/final/download/codigo\\_florestal.pdf](http://www.abong.org.br/final/download/codigo_florestal.pdf). Acesso em: 28/09/2015.

# 4. Ciberfeminismos no Tecnocapitalismo

Cláudia Pereira Ferraz<sup>29</sup>

Ao menos no ambiente do ciberespaço, as ciberfeministas tinham em vista a libertação da mulher das amarras binárias sobre gêneros e imposições estéticas femininas. Percebe-se, por isso, que desde os primeiros questionamentos sobre a potência revolucionária do ciberespaço, o desenvolvimento do tecnocapitalismo, ainda mantém a ambiguidade sobre a tecnologia da comunicação em rede social digital. Dessa maneira, no campo do *Facebook* e nas demais redes online, como *Youtube* ou *Twitter* é possível pensá-las fazendo parte do aparato que garante a perpetuação dos conceitos e valores mercadológicos, típicos das antigas mídias. Pois, durante décadas, as técnicas das velhas mídias das comunicações agiram como vetores das subjetividades a partir do direcionamento da construção das normatividades econômicas e de gênero, modulando as conveniências da existência. As mídias, de modo geral, servem como combustível ideal para o funcionamento da máquina capitalista, inovando sempre na fabricação de modos de viver e novas tendências de consumos. No entanto, aqui, o que principalmente se busca observar na tecnologia, é o outro lado, que atrelado aos feminismos, revela sua potência política bastante forte.

A proliferação das marchas de mulheres os múltiplos feminismos que estão no *Facebook*, em vídeos do *Youtube* ou em blogs, e a crescente quantidade de meninas e mulheres que se assumem e se identificam como feministas, nos fazem pensar que as redes mídias online criam conexões que estão disponibilizando o debate feminista como um recente fenômeno nas redes e nas ruas das grandes capitais do planeta. A partir da observação deste fenômeno, este artigo visa refletir historicamente sobre a tecnologia como aliada aos feminismos e sobre os problemas que o acompanhamento das pautas feministas nas redes sociais trazem em relação à condição feminina no Brasil.

# Mulher no Tecnocapitalismo

Mesmo que algumas mulheres tenham tido um papel importante no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, estas esferas são marcadas pela atuação masculina. A tecnologia aliada a mulher foi aplicada por homens na tecnologia dos produtos domésticos. Wajcman (1991, p.102-105) lembra que estas tecnologias destinadas ao público feminino são desdobramentos das tecnologias militares e navais, como a máquina de lavar e o micro-ondas e não foram nada libertadoras já que tais tecnologias são frutos de um ideal comercial que visavam manter a mulher no ambiente doméstico e não a liberava do trabalho. Pelo contrário, a facilidade das tecnologias dos aparelhos domésticos justificava mais tempo para outras funções como o cuidado com a maternidade, ou mais tempo para ir ao mercado, e assim, desempenhar as funções que a cultura masculina poderia assumir. As forças comerciais e do marketing da tecnologia doam produtos domésticos como aliados ao feminino e assim serviram para naturalizar a mulher no ambiente doméstico, justificando a praticidade destes produtos como maior disponibilidade de tempo para gastá-lo com a televisão, então absorvendo todo referencial de consumo para se construir o “ser mulher”. Mais tarde, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, poucas brechas restaram para ela se apropriar da política, principalmente a institucional, e assim poder realmente construir a história na sociedade ocidental. Reservando-a ao espaço político da casa, a intimidade passou a ser política, e como coloca Wajcman (1991), o telefone como tecnologia doméstica, antes das redes sociais digitais, era o contato feminino com o mundo.

Tal fato sobre a imersão da mulher no ambiente doméstico e o papel do telefone como canal de contato acena para a apropriação das mulheres pela tecnologia das comunicações agora em redes sociais digitais para se fazer política. Relevando um artefato em conexão para contestação, proteção, agenda e mobilizações sociais como a hashtag argentina *Ni una a Menos* ou a hashtag brasileira *Todas Contra Assédio, Juntas ou Meu Corpo Minhas Regras*. Este artigo parte da tese em desenvolvimento sobre Mulher, Tecnologia e Política para observar os ativismos feministas em redes sociais trazendo a relevância histórica da tecnologia como aliada política das causas feministas na era do tecnocapitalismo.

Datando a era das redes *digitais* militares, *telemáticas* e *financeiras* ativas desde os anos 80, Javier Echeverria<sup>30</sup> (2016) responde sobre o contexto do tecnocapitalismo como uma era onde a aprendizagem é dada através *da rede, de televisão e dos vídeos games* produzindo uma esfera onde se evidencia a *demagogia e a política do espetáculo*. E pontua a revolução tecnocientífica como uma nova modalidade do capitalismo: o tecnocapitalismo - o qual se difere muito do antigo capitalismo industrial, onde suas crises, agora são crises tecnológicas com proporções apocalípticas, como a da central nuclear de Fukushima e seu tsunami. Um artigo do El País<sup>31</sup> de J. M. Montaner (2010) discorre o tecnocapitalismo como *impondo a tecnologia aplicada como medida de tudo*. E onde impera o conhecimentos técnicos-científicos em detrimento do conhecimento *social e artístico* de maneira

desumanizadora com a intenção de se estabelecer uma *sociedade segura e controlada* que segue desdobrando os *tecno-fascismos* como onda de *vanguarda*. Por outro lado, a hipótese que esta pesquisa se aproxima, está nestas condições – como a garantia da emergência de um cenário que possibilitou e encoraja a apropriação das tecnologias das comunicações pelas mulheres como a forma viabilizada delas fazerem política e construir as suas próprias narrativas da sua História.

## Antigos e Recentes Ciberfeminismos

Desenvolvendo a pesquisa sobre as relações históricas entre a mulher e o uso da tecnologia, esta presente pesquisa observa que o uso da tecnologia como aliada ao ativismo feminista não é um fenômeno recente. Ela surgiu simultaneamente com o advento da internet, pela atuação de movimentos ciberfeministas. Desse modo, pode-se afirmar que depois da relevância do trabalho de Langdon Winner (1983, p.3) sobre a *política dos artefatos* produzidos pela tecnologia, encarnado em certas formas de poder e hierarquia; as ciberfeministas trouxeram ao final do século XX o ressurgimento deste importante debate sobre a potência política do ciberespaço viabilizado, a partir dos artefatos da tecnologia. Mesmo que as ciberfeministas tenham formulado e pautado seus marcos teóricos em teorias bastante problemáticas e desviantes das pautas das primeiras feministas elas formularam um debate rico sobre a atuação feminista, tecnologia e o ciberespaço. Segundo a análise de Galoway (1998, p.1-13) existia uma utopia sobre o ciberespaço revolucionar a condição de gênero, e segundo ele, ao contrário das aspirações ciberfeministas, o ciberespaço tampouco seria capaz de *exorcizar* o corpo feminino para construir outras identidades através das *próteses, da vida artificial* e dos *ciborguismos*; que por Donna Haraway (1985) pressupunham uma revolução partindo da tecnologia em hibridismo às mulheres. A crítica de Galoway gira principalmente em torno da construção teórica sobre os ciberfeminismos desenvolvida por Sandie Plant<sup>32</sup> (1997) e Sandy Stone<sup>33</sup>(1995), estas, reconhecidas pelo autor como as construtoras das principais narrativas sobre o tema. Ele destaca que a primeira defendia que a tecnologia é essencialmente feminina e não masculina, enquanto Stone foca nos estudos sobre a potência das comunidades virtuais produzirem outros corpos, identidades e lugares, contraponto assim a ironia de tal utopia com o posicionamento crítico das feministas tradicionais, muitas vezes adversas ao advento da tecnologia.

O prefixo Ciber pode ter caído em desuso entre as feministas da rede online, mas na era pré-internet aspirava um novo mundo, e foi amplamente usado em termos que Sollfrank (2004, p. 05) cita em possíveis combinações como: *cybersex, cyberhippie, cyberbody* e *cyberespace*. No entanto, uma análise crítica sobre as possibilidades de controle oriundo da conexão online pode conter verdades que levam a conclusões desencantadoras sobre a realidade da internet e seu lado como instrumento de dominação. Ela lembra que o termo Ciberfeminismo é a junção de duas palavras: *ciberespaço* com *feminismo* e foi cunhado em 1992, antes do grupo de arte ciberfeminista VNS-Matrix de Adelaide, na Austrália, e da teórica inglesa Sandie Plant, considerados como os

primeiros a fazer o uso do termo. Assim, para esta autora, ciberfeminismo é resultado de um debate ciberpolítico que se apropria da simbologia do prefixo *ciber* para tratar a questão de *gênero* pelos feminismos revitalizados agora pelas tecnologias da comunicação online. Cabe apontar que, por outro lado, a era pós internet apresentou uma realidade menos utópica e mais distópica, quando a tecnologia das comunicações se torna agente do governo neoliberal através do poder corporativo e da capacidade de espionagem pelo estado. Outro aspecto colocado por ela é que o número de mulheres na tecnologia, nos anos 90, diminuiu em relação aos dias atuais. Por outro lado, por ser um conceito aberto e múltiplo, para a autora acima mencionada, a tecnologia, mesmo sendo fruto do poder, pode ser ativada contra o poder, engajando as mulheres. Outro texto de Sollfrank, *Revisiting Cyberfeminism* (2015, p. 02), alega que pela perspectiva histórica, os Ciberfeminismos tiveram um grande número de protagonistas e foram muito variados com tempos e agendas contraditórias. Ela sugere que os ciberfeminismos não constituem algo já determinado, pelo contrário, é uma terminologia que ainda precisa ser preenchida de sentido e é dentro desta proposta, que esta presente pesquisa visa apresentar o sentido para compreender os feminismos nas redes, nas mídias e nas ruas como um efeito, impensado nos anos 90, de plataforma tecnológica que agregaria os mais diferenciados feminismos, como resistência aos valores do patriarcado.

Sobre a apropriação da tecnologia das comunicações como um viés de se fazer política, Daniels (2012), defende o potencial subversivo das tecnologias digitais, lembrando o trabalho de Saskia Sassem (2002, p. 68) sobre a capacidade deste potencial engajar as mulheres em diferentes formas de contestação da esfera política até a econômica. Para Daniels, os ciberfeminismos são plurais sendo mais que uma teoria do movimento feminista, pois são várias estâncias teóricas feministas que atingem o debate e a prática claramente articuladas em suas agendas políticas. Atenta ao fato das diferenças entre os ciberfeminismos utópicos, considerado por ela como *old cyberfeminism* e os recentes ciberfeminismos online estarem juntos em confrontar as caducas (por assim dizer), mas ainda muito fortes, idéias e ações cunhadas nas estruturas patriarcais normativas relacionadas às mulheres no século XXI.

A tecnologia atrelada ao capitalismo viabilizou a emergência do ciberespaço Willding (1998) e atribuiu como a representação da narrativa *irônica e paródica* em importantes manifestações das subjetividades e representações digitais. Diferente das mídias tradicionais, nas mídias online encontramos *uma vasta articulação feminista e proto-feminista*, e segundo ela, é onde se afirmam os ciberfeminismos sociais como movimentos baseados na conexão entre os princípios *antiglobalização neoliberal e direitos humanos*. Ouseja, *feminismos* como *estratégias de transformação social* pela apropriação da tecnologia. A atmosfera ao final do século XX inspirava uma revolução tecnológica pela realidade eletrônica transformando a vida social. A *Techno-utopian*, foi a terminologia desenvolvida por Willding (1998, p. 09-12), usada na qualificação das respostas ciberfeministas para as desconstruções dos valores patriarcais dominantes na questão de gêneros e reprogramando o sentido da tecnologia de comunicações, com vista em dar suporte à transformação da condição normativa, partindo na idéia de dissolução dos gêneros. E pelo fato do Facebook<sup>34</sup> americano

conter mais de 56 tipos de gêneros, acende a reflexão sobre a tendência ao não binário e dicotômico simbolizada na rede social/digital.

No artigo *The true about Cyberfeminism*, Cornelia Sollfrank (2004, p. 01-04) cita o site Old Boys Network<sup>35</sup> como o site que tem as respostas mais satisfatórias sobre o tema relacionado às ciberfeministas. Mesmo que sejam muitas vezes respostas contraditórias elas fazem compreender que os ciberfeminismos se focam no *meiodigital* formando um veículo de discussão sobre *métodos, teorias, arte* ou *política feminista* e justificando-os como uma versão atualizada dos feminismos, dedicada aos novos pontos políticos levantados pela *culturaglobal* e pela *sociedade das mídias*, representando um *produto*, e/ou uma *estratégia de marketing*; ou seja, muito mais que um feminismo voltado à ironia e a nova ordem do *pancapitalismo* com seus aparatos tecno-mercadológicos aspirando outras identidades e sexualidades.

Portanto, é certo que os ciberfeminismos, para além das críticas de Galloway, posicionadas ao final do século XX, atendem à uma gama de significados que não estão fixos e se deslocam com o tempo. Tal fato leva este presente estudo a refletir sobre a eclosão dos recentes feminismos em rede social e das marchas feministas de serem alavancadas pela tecnologia da comunicação. Se o forte lema dos feminismos tradicionalmente é considerar a intimidade da vida da mulher como política, dados sobre a intimidade da vida da mulher podem ser disseminados pelas usuárias das redes sociais online clamando por apoio, desabafo, agenda ou proteção tornando a rede um veículo para disseminação da intimidade que é política.

Esta presente pesquisa observa a ciberpolítica feminista visando subverter os ideais das estruturas sociais fincadas no ideal patriarcal e na cultura de mercado, tão presentes nos valores intrínsecos ao tecnocapitalismo, revelando assim, o caráter ambíguo da própria tecnologia. Considerando nesse ponto que também há no feminismo online propostas que não pregam a crítica à cultura do mercado, como a página do Facebook “Feminismo Liberal<sup>36</sup>” que adapta a corrente do *liberalismo clássico* aos *diasatuais*, ou “Think Olga<sup>37</sup>”, que pretende trazer *pró-empoderamento feminino pela informação*. Ambas se posicionam contra o machismo, mas em suas publicações não demonstram confrontar o neoliberalismo e as demais relações de violação que o tecnocapitalismo sustenta. Observa-se que os mecanismos e as mídias online são plataformas que dão espaço para diferentes feminismos, estes, a seguir, são propostas de feminismos que relacionam gênero e classe, como as páginas feministas do Facebook: “Pão e Rosas<sup>38</sup>”, “Faísca – Anticapitalista e Revolucionária<sup>39</sup>”, “Feminismo Marxista”, <sup>40</sup>“Feminismo Revolucionário<sup>41</sup>” e “Feminismo sem Demagogia – Marxista Original<sup>42</sup>”. São espaços que as antigas mídias dificilmente abririam para disseminação das vozes dissidentes ao patriarcado que sistema vigente, já que as mídias tradicionais são sempre sujeitas aos interesses econômicos do lucro. Por outro lado, apenas tecnocapitalismo atual ofereceu pelo ciberespaço um campo para exercício político e possibilidades para construção de outras narrativas desenvolvidas pelas mulheres e não para as mulheres, possibilitando a fuga daqueles estereótipos tão trabalhados à feminilidade da *boneca do amor*, que Morin (2011, p. 136) cita como a mulher *desejada* pela construção do cinema e televisão.

# Estudo Científico dos Ciberfeminismos

A investigação do objeto que se recorta nos feminismos mediados pela tecnologia da comunicação em rede social se dá pelo emprego da etnografia online que acompanha ocultamente as comunidades e páginas feministas na rede social Facebook, blogs, sites e vídeos do Youtube, pelo referencial metodológico Skågeby (2013), o qual, inspira a criação do banco de dados brutos oriundos do campo social-digital e posteriormente separa-los em pastas em distinta categorias de dados.

O trabalho Donna Haraway (1993) sobre os estudos científicos dos feminismos faz-se também essencial como referencial metodológico, pois estimula os diferentes olhares sobre os feminismos, *decodificando-os, transcodificando, traduzindo-os de maneira crítica*, estimulando desta forma, os deslocamentos para categorização entre os diferentes feminismos nos ciberfeminismos. Esta pesquisa também se orienta na obra de Latour (2012:1) e sua teoria “ator rede”, possibilitando as análises das conexões entre as atrizes sociais-digitais atuantes em rede e na elaboração de pastas aos diferentes ciberfeminismos. Tais autores garantem o caminho da metodologia, onde os dados coletados entram em análises convergindo com outras bibliografias que explicam o fenômeno dos feminismos contemporâneos nas redes e nas ruas, partindo dos feminismos mediados pela tecnologia.

Quando Donna Haraway (1995:01-27) escreve sobre o *privilegio da perspectiva parcial*, propõe uma *metáfora sensorial* sobre a *visão*. Esta parte dos sentidos é essencialmente necessária, segundo sua colocação, se quisermos evitar as *oposições binárias*, na objetividade da incorporação de projetos científicos voltados aos estudos dos feminismos. Assim, visa garantir o seu desempenho, de maneira crítica, em saberes *localizados* dos feminismos, os quais, entre si, são diferenciados. Tal localização se dá no mapeamento das páginas feministas no Facebook, referente à perspectiva que atende a proposição da autora, na ação *de conhecimento potente* no sentido de *construir mundos mais livres das organizações formadas por eixos de dominação* e hierarquia. Ao introduzir as mediações tecnológicas simultâneas e transparentes em registros viáveis pela *tecnociência* da cultura digital (ideia estruturada antes do fenômeno das redes sociais online), Haraway oferece uma interpretação visionária, a qual, esta pesquisa se inspira. Para desse modo, criar as explicações científicas e políticas do *corpo/máquina* na ação feminista - em comunicação online, pela difusão digital de suas manifestações políticas. A função da *visão* aqui, segue sua proposta na não *passividade* do olhar em sua função, no *sistema de percepção ativo* nas *construções de traduções* e maneiras *específicas de visualizar os modos de vida*, dos considerados aqui, como *multidão ciborgue feminista* - atuante em reivindicações ciberfeministas na rede digital. As palavras da autora, indicam a necessidade de *fidelidade à visão do outro*, mesmo quando, o *outro é nossa máquina!* Ela encaminha esse estudo, à busca da *compreensão dos sistemas visuais* em sua *funcionalidade técnica, social e psíquica*, trabalhando a imaginação e a razão, na combinação entre a *visão visionária* e a *visão objetiva* dos dados que emergem das redes e das ruas.

Sob o ponto de vista dos ativismos feministas ativos na rede social/digital, ao investigar os dados coletados e categorizados, encontram-se elementos que comprovam a vinculação política

das ações dos movimentos ciberfeministas em rede com o espaço público – demonstrando como as atuações dos grupos sociais/digitais contemporâneos encontram-se globalmente, e automaticamente sinérgicas entre as esferas online e offline, ou no ciberfeminismo emergente da sinergia entre a condição feminina e mídias sociais tecnológicas.

Cabe mais uma vez, voltar a Haraway (1995:25) para finalizar os processos do estudo científico sobre os ciberfeminismos, considerando os saberes localizados, *em conversas e códigos feministas*, o desempenhando da potência dos *significados possíveis* à estimular uma revisão do mundo, a partir, da *decodificação* dialogada e entusiasmada pela *esperança de responsabilidade na política* do cotidiano tecno-capitalista.

## Ciberfeminismos e os Tecno-Fascismos

A tecnologia conjugada ao sistema capitalista contemporâneo repercutindo o que este trabalho trata como tecnocapitalismo revela uma era em que as questões técnicas se sobrepõem às questões humanas de modo normatizado. No entanto, na ação da resistência, o peso da metáfora do ciborgue de Haraway (1985) significativa como grande influência às ciberfeministas é fundamental para que seu manifesto contesta a visão única da narrativa política e a aponta como força das *piores ilusões*. Em seu pensamento, a política-ciborgue pelos ciberfeminismos seria então fruto da *premonição ao conceito da biopolítica* onde o fundamento de tal conceito, sob o ponto de vista de Foucault, faz-se essencial para extrapolar a visão ideológica dicotômica entre as estratégias das democracias pautadas na cultura de mercado e na organização desempenhada pelo estado – que em nome do controle da vida e da economia, investem no trabalho da morte.

Sobre este aspecto, esta pesquisa segue pelo olhar de Mbembe (2001) em torno da biopolítica e de seu desdobramento em *necropolítica*, evidente nos países colonizados da África e América Latina. Este presente estudo considera tal termo dentro da ordem tecno-fascista, isso é; em nome da organização da vida – fundamentada em moralismos e preconceitos, segue gerando *seqüências de injustiças, opressões e morte*. Neste espectro da política, as páginas do Facebook atuadas por mulheres denunciam e clamam por justiça, como Mães de Maio<sup>43</sup>, sob ativismo das mães que perderam seus filhos pela necropolítica desempenhada na força da segurança do estado, assassinando jovens negros da periferia. Há a página do Facebook chamada *Transfeminismos*<sup>44</sup> que traz os feminicídios de mulheres *trans* e travestis com dados que demonstram a estimativa de vida das travestis em torno de 37 anos; a página *Geledés*<sup>45</sup>, com dados sobre os feminicídios de mulheres negras e suas taxas de aumento em comparação às mulheres brancas; e *Feminismo sem Demagogia*<sup>46</sup> que traz dados em torno das mortes de mulheres por causa das condições precárias de aborto clandestino, enquanto, as podem pagar possuem um serviço digno garantem seu bem-estar; tudo por causa da ilegalidade do ato.

Ao contrário das notícias em mídias tradicionais, as páginas feministas nas redes sociais digitais ou as novas ciberfeministas abrem espaços aos debates, mesmo sofrendo inúmeros ataques proto-

fascistas digitais, e rivalidades entre correntes distintas dos feminismos como as Transfeministas e As Feministas Radicais<sup>47</sup>. Estas últimas, não aceitam a condição de mulher àquelas que tiveram a identidade masculina dada ao nascimento. Muitas vezes os posicionamentos das Feministas Radicais em relação às dicotomias de gênero se convergem aos valores do extremismo evangélico.

Assédios, estupros, feminicídios e as diferenciadas formas de violência doméstica que as pautas feministas veiculam pelas plataformas das redes sociais digitais vão apontando o quanto a cultura patriarcal da América Latina violenta os corpos de mulheres, crianças e adolescentes e o quanto violentam a terra, o trabalho e as condições de outras minorias sociológicas.

Quando as páginas feministas do *Facebook* publicam posts sobre os estupros de estudantes embriagadas, como nas festas de medicina da principal universidade do país, ou quando se convocam marchas em diversos lugares do mundo como fez a *hashtag* e grupo *Ni Una A Menos*, na Argentina, em revolta ao assassinato e estupro brutal de Lúcia Peres, violentada e morta enquanto estava sob o efeito de drogas, demonstra também o quanto o corpo feminino embriagado é vulnerável e desumanizado, deixando assim, claro o quanto a cultura patriarcal historicamente viola, violenta e mata, usando os moralismos como uma arma e justificativa rudimentar da dominação masculina.

Frequentes ataques, ameaças e palavras de baixo calão são dispensados nas páginas feministas. Por outro lado, são constantes ações em posts de apoio, por exemplo, ao blog *Escreva Lola Escreva*<sup>48</sup>, que frequentemente sobre ações dos tecno-fascistas, pelos posicionamentos pró - aborto da professora da Universidade Federal do Ceará, Lola Aronovich. As colocações de Marcuse (1998, p.58) podem explicar o fenômeno tecno-fascista alegando que o indivíduo eficiente na sociedade é como aquele cujo o desempenho considera-se uma ação individual apropriada, conforme os requisitos do aparato da moral social, e por isso, a liberdade e a vida ficam confinadas ao propósito do moralismo patriarcal socialmente tolerado e muitas vezes aclamado. Caberia ao papel da Educação emancipar as visões do senso comum sobre direitos e políticas públicas para as mulheres. No entanto, a Educação está ameaçada pelos setores evangélicos no poder político que se recusam a dialogar em torno dos gêneros, e ainda é vulnerável às outras formas de censura na esfera ideológica. Por outro lado, vale lembrar, que quando a sociedade tecno-capitalista é educada pelas redes digitais e as escolas são desinteressantes, as páginas feministas nas redes sociais digitais podem ter a potência na construção de outras narrativas para a atuação feminina, rompendo as estruturas que as antigas mídias se empenharam em manter - moldando e vendendo as maneiras de se construir o “ser mulher”.

Concebe-se que a cultura da dominação, da força, e da morte, tão presentes no colonialismo, desdobra-se no tecnocapitalismo brasileiro, deixando seus espectros operarem na vida da mulher de modo nefasto. Percorrendo a página *Feminismo sem Demagogia*<sup>49</sup>, uma publicação em 13 de setembro de 2016, apresenta dados levantados sobre a violência e dominação - a *necropolítica* que surge do referencial patriarcal extremista está na condição social feminina. Pois, segundo a pesquisa publicada em tal página, realizada pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal, a cada 12 minutos uma mulher é violentada no Brasil. Pela exibição do Mapa da

Violência, a cada dez minutos uma mulher é estuprada. E através do IPEA, a página demonstrou-se que a cada noventa minutos, uma mulher é assassinada no país. Sem contar os dados de outras mortes, como nas condições precárias de aborto, lesbofobia e transfobia, conforme exposto anteriormente neste texto. A exposição de tais dados que as redes sociais online propiciaram deixam claro que o patriarcado não é algo natural, ele cultural e pode ser letal!

## A Multidão Ciberfeminista

Localizando as ações feministas nas redes sociais digitais, disponíveis nas opiniões e posicionamentos projetados nas páginas feministas online, torna-se possível encontrar a energia ativista ativa que Haraway (1985) chama de tecno-biopotência do feminismo e sua articulação rede/ rua como o combustível da *Multidão Ciberfeminista*. É a apropriação da tecnologia das mídias online viabilizada pelo tecnocapitalismo na condição da subversão aos ideais controladores operantes das subjetividades que trazem novas dinâmicas para se pensar, questionar e resistir contra as estruturas sólidas do *Império* tecno-capitalista e suas redes soberanas de poder. Ressalta-se então, a condição *ciberfeminista*, metaforizada na competência de estimular o imaginário num caminho de resistência tecno-biopolítica contra a pretensão totalizante na dominação da vida e dos desejos, historicamente construídos pelo estado, corporações e antigas mídias.

Dessa maneira, o hibridismo entre mulher e tecnologia ativa sua potência em propor outro espectro à biopolítica, confrontando a esfera da dominação patriarcal que segue historicamente normatizando a sociedade em suas condicionadas modulações a fim de identificar e multiplicar a disseminação da indignação sobre a condição feminina nas expressões de resistência, através da energia ativista ativa, atrelada à tecnologia – ou seja, trata-se aqui da tecno-biopotência da *Multidão* ciberfeminista. Como projeto concreto ativo, a condição ciberfeminista na multidão social/digital nas redes e nas ruas pode ser encarada, como defesa ao incômodo gerado por uma crise global da democracia e seus sistemas políticos condutores e estimuladores das desigualdades.

Delimita-se então a condição política da *multidão ciberfeminista* mapeada em metáfora aos feminismos contemporâneos localizadas nos feminismos em rede digital, quando utilizam-se do ambiente no ciberespaço e as ruas contra as variadas crueldades do poder patriarcal do estado e da sociedade com seus valores dicotômicos e hierárquicos utilizadas como meio de perpetuar a violência pela dominação.

Marchas como aquelas que as antigas mídias da informação noticiaram de Primavera Feminista em 2015, a marcha de Junho de 2016 com o lema “Mexeu com uma mexeu com todas”, “Pelo fim da cultura do estupro” e “Mulher sem Temer”, na Avenida Paulista, demonstram que os feminismos se enfatizaram e se proliferaram nas ruas e nas redes do Brasil disseminados pela tecnologia das mídias online. Os diversos países que se manifestaram no Women’s March e o discurso de Angela Daves contra a violência do Estado, do capitalismo,

assim como, o avanço do conservadorismo e da cultura do assédio, enfatizados pela vitória do presidente norte-americano Donald Trump; as marchas convocadas pelas argentinas *Ni Una a Menos*, ou as marchas de 8 de março em diversos países do mundo inclusive Brasil, marcam em sua totalidade a multidão ciberfeminista tomando sua atuação política e inspirando as novas gerações a construir sua cultura não mais pautadas em revistas de moda e na construção normativa do “comportamento” feminino. O que este presente trabalho denomina de *multidão ciberfeminista* segue a teoria de Negri (2004) sobre a *multidão*, quando demanda que seus sujeitos se expressem por si mesmos sem lideranças representadas, e como a expressão da *potência* transformando a prática. A resistência, que vai acumulando a prática contra a exploração e *subjetiviza* pela tomada de consciência.

Outro exemplo da ação da multidão ciberfeminista está na performance realizada em vídeo no YouTube<sup>50</sup> pelas estudantes do curso de engenharia da Universidade de São Paulo em abril de 2017; um vídeo arte performance, o qual denuncia toda a agressão e preconceito que as estudantes sofrem no curso por serem mulheres, onde evidencia-se logo no título da música e refrão: “I am survive...!” ou seja, “Sou uma sobrevivente...!”.

Estas ações demonstram a potência ciberfeminista quando os feminismos viram tema das antigas mídias, seja pela pauta de programa noturno de auditório, ou por levarem um ator considerado velho galã a ser retirado de um trabalho na principal rede de televisão brasileira, por ter assediado uma funcionária, ou quando a pressão feminista das redes forçam os roteiristas de novelas e publicidades a reverem o contar suas histórias apontando-os diretamente, quanto constroem um feminino objetificado e destinados aos entretenimentos masculinos.

Compete então, finalizar, salientando que, a *multidão ciberfeminista*, confronta e enfrenta as estruturas da moral política conservadora e tecno-fascista, onde as mulheres e suas ações feministas são as *subjetividades desviantes*, que pensam, clamam e reclamam nas redes e nas ruas por uma forma mais justa e democrática de viver e existir – na pretensão de interagir e se apropriar com autonomia, o aparato das tecnologias materiais e sociais do mundo para torna-lo mais humano, que técnico.

## Últimas Considerações

Os resultados deste estudo repercutem sobre as novas atuações ciberfeministas redimensionando suas propostas nas redes e nas ruas levando em consideração a amplitude e abrangência do tecnocapitalismo, onde historicamente, interligam-se as opressões de gênero às questões políticas e econômicas. As ciberfeministas, como propostas de questionamentos diferentes

sobre a tecnologia, desdobram-se nos ativismos feministas online, sem que isso fosse um projeto consciente das ciberfeministas do final do século XX. Os recentes ciberfeminismos, em

grande parte, reconhecem o vetor do sistema totalizador, ao mesmo tempo, discriminador e normatizador do controle e da violência contra o gênero feminino.

Os movimentos feministas desdobrados nos ciberfeminismos nas recentes mídias online podem reforçar a resistência, à histórica estrutura de poderes - hegemonicamente capitalistas e patriarcais; alimentando os dispositivos de subjetividades com a potência para revisão e reversão dos valores das bases patriarcais do tecnocapitalismo. Como representação deste movimento dos dispositivos, a máquina em conexão em rede social online pode ser vista como um campo fruto do ideal colonizador e patriarcal. Mas é visualizada também como um campo que proporciona elementos para a reinvenção das subjetividades.

Esta pesquisa está cumprindo seu projeto de localizar nas redes sociais digitais e nas ruas, remetendo ao que Foucault (1991) em seu prefácio à obra de Deleuze e Guatarri traduz como a busca do *desejo*, em sua intensidade *política*, podendo *reverter a ordem* que ainda permanece sob a norma dominante, violenta e fascista que segue *vigorando nos desejos das massas*. A pesquisa vem assim verificando onde a prática política feminista pode agir socialmente, intensificando o pensamento, culminado em outras maneiras de pensar e intervir politicamente.

Compreendendo que o *indivíduo é produto do poder*, conforme as palavras de Foucault, esta tese está percorrendo sua proposta de *agenciamentos em diversos deslocamentos* feministas que incorporam a tecnologia na militância e ação crítica no questionamento sobre as redes de poderes baseados nos padrões de normatividade com ideal dominante no soberano branco, aristocrático e repleto de posses. As amostras dos feminismos online, mencionadas neste estudo, mostram subversão ao uso comum da tecnologia das mídias online pelas mulheres, apropriando-a como fonte de contestação, estratégia de articulação, proteção e diálogo contra os transfigurados fascismos cotidianos, enraizados nas matrizes do pensamento brasileiro.

Aberto à pluralidade de vozes e discursos ciberfeministas, o ciberespaço com suas redes sociais é um espaço público não alheio aos sistemas de dominação social e/ou gênero, porém aqui, coube considera-lo também, espaço com potência política. E, entendendo a consideração do feminismo sobre a intimidade ser política; o campo digital viabiliza a intimidade da mulher traduzida em sua subjetividade nas redes das mídias online e nas ruas, justificando desta forma, o ciberespaço em conexão, como um campo público, altamente político para as mulheres.

## Bibliografia

BAIDOTTI, Rosi. **Diferença, diversidade e subjetividade nômade**. Tradução de Roberta Barbosa. In: Labry`s Estudos Feministas, 2002.

DANIELS, Jessie. **Rethinking Cyberfeminism: Race, Gender and Embodiment**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/236786509\\_Rethinking\\_Cyberfeminisms\\_Race\\_](https://www.researchgate.net/publication/236786509_Rethinking_Cyberfeminisms_Race_) Acesso em:

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996.

<https://pt.scribd.com/doc/48275693/O-que-e-um-dispositivo-Gilles-Deleuze>

FOULCAULT, Michel. Introdução a uma vida não fascista. Tradução de Carmem Bello, Rio De Janeiro. Holon Editorial, 1991. In: **O Anti- Édipo** – prefácio. NY, 1987. Extraído de: Dossier Deleuze , organizado por Carlos Henrique de Escobar.

GALLOWAY. **Un Informe sobre Ciberfeminismo**. Sandie Plant y VNS Matrix: análises comparativo. Disponível em: [www.studiosonline.net/texts/galloway.html](http://www.studiosonline.net/texts/galloway.html) Acesso em:

HARDT, Michel; NEGRI, Toni. **Multidão**. Tradução: Clovis Rossi Marques; Rio de Janeiro, ed Record, 2005.

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborg** – ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. 1990. Disponível em:

<http://www.rodrigomedeiros.com.br/pos/download/oriana/01-ManifestoCyborgI.pdf> Acesso em: fevereiro de 2017

HARAWAY. **Donna saberes localizados**: a questão do feminismo e o privilegio da perspectiva parcial, 1995 Disponível

em:[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065\\_926\\_hARAWAY.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf) Acesso em: fevereiro de 2017

LATOURETTE, Bruno. **Reagendando o Social** – uma introdução à teoria Ator-Rede. Tradução do Gilson Cesar de Sousa; Salvador/Bauru ed. EDUSC,2012.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial** – o homem unidimensional; Tradução de: Giasone Rebuá. Ed. Zahar, 1979.

MARCUSE, Herbert; Algumas Implicações sociais da tecnologia moderna. Tecnologia, Guerra e Fascismo. São Paulo: Editora UNESP,1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Translated by Libby Meintjes, Duke Universit, 2003

Disponível em: <https://www.dartmouth.edu/~lhc/docs/achillembembe.pdf> Acesso em: fevereiro de 2017

MORIN, Edgar. **Cultura de Massa no Século XX**. Volume I – Neurose Edição 10; ed Forence Universitária, 2011.

SASSEN, Saskia. **Towards a Sociology of Information Technology**. *Current Sociology* 50(3):365-88. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wGPc1te4WwYC&pg=PA235&lpq=PA235&dq=Sassen>

STOFENMANCHER, Ileana. **Feminización de la red**. Revista Aura Digital – estudos de la cibercultura hipertextual. Disponível em: [http://vc.uoc/04\\_999\\_01\\_u07/ciberfeminisms47.html](http://vc.uoc/04_999_01_u07/ciberfeminisms47.html)

Acesso em:

- SOLLFRANK, Cornelia. **The true about Ciberfeminism**. Disponível em:  
[http://www.obn.org/reading\\_room/writings/html/truth.html](http://www.obn.org/reading_room/writings/html/truth.html) Acesso em: fevereiro de 2017
- SOLLFRANK, Corneli, **.Revisiting Ciberfeminism**. Disponível  
em:[http://www.artpapers.org/feature\\_articles/2015\\_0506-cyberfeminism.html](http://www.artpapers.org/feature_articles/2015_0506-cyberfeminism.html) Acesso em:  
fevereiro de 2017
- WINNER, Langhton. **Tienen Política los Artefacto?** Open Univesity Press, Filadélfia, 1983.
- WAJCMAN, Judy. **Feminism Confronts Technology**. Pennsylvania State University Press,  
1981.
- WILDING, Faith. **Where is the Feminism on Cyberfeminism?** – The Feminist, 1998.
- II Paradoxa, V. 2 E- Zine, 2013. Disponível  
em:[www.feministezine.com/feminist/cyberfeminist.html](http://www.feministezine.com/feminist/cyberfeminist.html) Acesso em: fevereiro de 2017
- 

- <sup>29</sup> Doutoranda pelo Programa de Estudos em Pós Doutorado na PUC-SP.
- <sup>30</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/555213-a-revolucao-tecnocientifica-cria-o-tecnocapitalismo-que-e-diferente-do-capitalismo-industrial-entrevista-com-javier-echeverria>
- <sup>31</sup> [http://elpais.com/autor/josep\\_maria\\_montaner/tecnocapitalismo](http://elpais.com/autor/josep_maria_montaner/tecnocapitalismo)
- <sup>32</sup> Sandie Plant foi autora de Zeroes and Ones: Digital Women and the New Technoculture Hardcover , onde trata das relações entre mulheres e máquinas, inspirando a quebra das dicotomias rumo a um futuro pós patriarcal.
- <sup>33</sup> Sandy Stone, a intelectual transexual é autora de The War of Desire and Technology at the Close of the Mechanical Age, obra ficcional que inspirava a tecnologia transcendendo a noção de gêneros.
- <sup>34</sup> <http://ladobi.uol.com.br/2014/02/56-opcoes-genero-facebook/>
- <sup>35</sup> [www.oldboys.org](http://www.oldboys.org) - site do Old Boys Network (1994-2001) coletivo artístico e ativista ciberfeminista fundado por Cornelia Sollfrank.
- <sup>36</sup> [https://www.facebook.com/feminismoliberal/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/feminismoliberal/?ref=br_rs)
- <sup>37</sup> [https://www.facebook.com/thinkolga/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/thinkolga/about/?ref=page_internal)
- <sup>38</sup> <https://www.facebook.com/PaoeRosasBrasil/?fref=ts>
- <sup>39</sup> <https://www.facebook.com/JuventudeFaisca/?fref=ts>
- <sup>40</sup> <https://www.facebook.com/feminismomarxista/?fref=ts>
- <sup>41</sup> <https://www.facebook.com/Feministasrevolucionando/?fref=ts>
- <sup>42</sup> [https://www.facebook.com/pg/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/about/?ref=page_internal)
- <sup>43</sup> <https://www.facebook.com/maes.demaio/?fref=ts>
- <sup>44</sup> <https://www.facebook.com/Transfem/?fref=ts>
- <sup>45</sup> <https://www.facebook.com/geledes/?fref=ts>
- <sup>46</sup> [www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/?fref=ts](http://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/?fref=ts)
- <sup>47</sup> <https://www.facebook.com/feminismoradicaldidatico/photos/pb.1645014095762875.-2207520000.1468631773./1661390344125250/?type=3&theater>
- <sup>48</sup> <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>
- <sup>49</sup> <https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/posts/1108155789276409>
- <sup>50</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=FOF7Twtovxg>

# PARTE II – MÍDIA, ARTE E POLÍTICA

# 1. O fotojornalismo e a perda da consciência crítica

Cristina Maranhão<sup>51</sup>

Vivemos na era da imagem. Esta afirmação não é novidade na medida em que extrapolamos as relações nas redes sociais que se utilizam de fotografias para trocar experiências. Este cenário, onde as relações se baseiam em imagens, se aproxima da discussão proposta por filósofos da década de 60 do século XX, mais precisamente por Guy Debord em *A Sociedade do Espetáculo* (1997), e Jean Baudrillard, em *Simulacros e Simulações* (1991). Ambos discutem a existência de uma sociedade fundamentada no espetacular que permeia as relações a partir de imagens sendo estas simulacros do real. Isso quer dizer que as relações da sociedade passam por imagens simulando ou dissimulando o que se poderia considerar um real. É importante atentarmos ao artigo *um*, pois numa sociedade espetacular existem várias possibilidades do real se manifestar.

Assim, partindo desta premissa de vivermos numa sociedade espetacular, discutiremos o fotojornalismo atual e suas imagens de guerra como também a construção da *imagem-clichê* a partir das imagens veiculadas nas mídias tradicionais. Este trabalho é resultado da tese defendida no ano de 2007, na PUC de São Paulo.

Apresentamos aqui uma conceituação da imagem. Encararemos que a imagem fotográfica está inserida dentro de uma relação de *imagem-ação* ou *imaginação*, ou seja, a imagem é uma ação do ato de imaginar. Ao olharmos uma imagem construímos uma teia de relações possíveis internas e externas que permitem que o sujeito se relacione com a imagem tornando esta parte do mesmo.

(...) uma espécie de ligação umbilical liga o corpo da coisa fotografada ao meu olhar: a luz, embora impalpável seja aqui um meio carnal: uma pele que eu partilho com aquele ou aquela que foi fotografado (...)  
(BARTHES,2010, p.91)

Na *Sociedade do Espetáculo* as fotografias produzidas e veiculadas fazem parte da construção do imaginário social a partir dos signos e símbolos presentes nas imagens que cada indivíduo, ou mesmo o grupo de indivíduos, forma. As imagens tornam-se necessárias para a formulação de valores, crenças e moral de cada sociedade. O imaginário de cada grupo ou indivíduo permitiu a estes a imaginação. “(...) A imaginação é um dos modos pelos quais a consciência apreende o mundo e o elabora (...)” (COELHO, 2001). Porém, as imagens na atualidade se reproduzem, transformam-se e se interpõem gerando acúmulo, e este só ocorre a partir de uma produção constante. Esta produção excessiva interpõe uma imagem à outra e acarreta na eliminação da própria imagem, ou melhor, do sentido, do universo de cada uma delas. Cada imagem passa a ser o que a anterior era e a construção do imaginário torna-se refém dos símbolos e signos cristalizados desta reprodução/produção constante bem como o pensamento a partir das imagens e a construção da *imaginação* que se perdem.

Este fenômeno da produção excessiva das imagens culminando na desconstrução da faceta da relação de *imaginação* contribui para a perda da construção do pensamento crítico na sociedade. Isso ocorre devido ao fato de a sociedade fundamentar suas relações nas próprias imagens.

Hannah Arendt em *A Crise na Cultura: sua Importância Social e Política* (1992) procura compreender a relação entre sociedade, a cultura e as mudanças que ocorrem na sociedade com a consolidação de uma cultura de massa.

(...) “homem de massa”: sua solidão – e solidão não é nem isolamento nem estar desacompanhado – a despeito de sua adaptabilidade: sua excitabilidade e falta de padrões e sua capacidade e consumo aliada à inaptidão para julgar, ou melhor, distinguir e, sobretudo, seu egocentrismo e a fatídica alienação do mundo (...) (ARENDR, 1992, p. 250-251)

Sua argumentação mostra que a sociedade de massa herda a relação construída na “boa sociedade”. A cultura tornar-se-ia uma expressão do *status* social, assim, se considera um indivíduo culto, aquele que adquire cultura. Atrelando à mesma o caráter de mercadoria proporcionando valor de troca ao conhecimento e esta alteração em relação à cultura, tem como consequência a perda da faculdade de nos comover. Esta relação de mercadoria e de valorização da cultura desemboca na transformação da mesma em algo que se possa *consumir*. Na sociedade de massa não se necessita mais de cultura, pois se passa a *consumir* a diversão e cria-se uma indústria do entretenimento para alimentar constantemente esta necessidade de consumo de cultura. A cultura é transformada e destituída da sua relação indivíduo/ser social para se *produzir* o entretenimento de fácil assimilação da massa pondo fim a qualquer possibilidade de comoção e criação. Neste mecanismo posto pela filósofa jamais conseguiremos ter espaço para a crítica numa sociedade de consumo já que todas as vias de “escape” estão fechadas e a sociedade de massa incorporou todos os “estratos” da população (ARENDR, 1992).

(...) de fato para muitas pessoas na maioria das culturas modernas, a brutalidade física é antes um entretenimento do que um choque (...) (SONTAG; 2001)

Agora trazemos à nossa discussão dois outros autores que irão corroborar com as colocações de Arendt. Maria Rita Kehl (2001) e Coelho (2001) produziram uma investigação buscando compreender a sociedade do espetáculo a partir das imagens veiculadas pela televisão e a visibilidade deste meio. Em *O Espetáculo como Meio de Subjetivação* (2001), Kehl fundamenta as questões no universo da psicanálise e da perda da subjetividade. A autora, a partir das questões postas por Debord, coloca que a perda da subjetividade do indivíduo na sociedade espetacular ocorre pela perda do pensamento crítico sendo que este esvaziamento da crítica acontece devido à produção industrial de imagens e à alienação do trabalho. Sua fundamentação busca a compreensão pelo prisma do indivíduo e coloca que no processo de construção da classe burguesa ocorreu uma redução do indivíduo onde todos buscavam criar sua própria vida privada. Nesta busca tornavam-se todos idênticos, numa massa sem definição, deixando o indivíduo à mercê das próprias imagens. Na medida em que estas são produzidas em excesso passam a reverberar discursos já cristalizados das instituições sendo este um dos processos que propicia o esvaziamento da subjetividade do indivíduo transformando-se num ser alienado e vulnerável a qualquer construção imagética. Acrescenta-se que o poder de sedução proveniente da imagem espetacularizada reverbera as propriedades do fetiche e que este reproduz a alienação na sociedade do espetáculo, ou uma “mais-alienação”, já que esta retira todas as questões simbólicas do indivíduo equiparando-se a “mais-valia” do capital.

A imagem-fetice na sociedade do espetáculo é uma lógica imposta pelos meios de produção, onde “o que aparece é bom; o que é bom aparece”, determinando o reconhecimento social do indivíduo e pautando todas as relações na sociedade e obviamente às vontades e desejos. Não resta espaço para se desenvolver o pensamento crítico através do julgamento individual, cristalizam-se as formas de ação e escolha impossibilitando a criação de um senso moral. (KEHL, 2004)

Até este momento expusemos que o indivíduo na sociedade do espetáculo passa a relacionar-se com o meio a partir de imagens. Estas que são reverberadas por ele mesmo para que não haja a possibilidade nem a formulação da crítica. Podemos então afirmar que o indivíduo na sociedade do espetáculo vivencia uma realidade moldada a partir destas imagens e relações imagéticas e, podemos então afirmar que a imagem na atualidade corrobora para a cristalização da perda do imaginário social.

Então, propomos agora pensarmos o fotojornalismo atual e as fotografias dos conflitos armados veiculados nas mídias tradicionais. Na totalidade das imagens veiculadas nos principais jornais sejam provenientes de agências nacionais e/ou internacionais, estas constroem um mesmo imaginário de imagens de dor. Não importa qual seja o conflito armado e as razões sociopolíticas para a deflagração do conflito, as imagens tornam-se iguais e trazem os mesmos signos e símbolos construindo uma só imagem para a guerra na atualidade.

Esta afirmação num primeiro momento pode parecer estranha, porém as razões para que isso ocorra são fundamentadas e trabalhadas por dois fieis. A primeira abordagem propõe que ocorreram alterações na formulação dos conflitos armados mundiais e com estas, as mudanças na produção do fotojornalismo veiculado. A segunda sugere olharmos e percebermos mudanças ocorridas na relação imagética na Sociedade do Espetáculo que respalda-se numa realidade moldada por simulacros do real.

Para estudarmos as imagens a partir do prisma da guerra buscamos alguns autores das Ciências Sociais. Nosso caminho foi compreender as alterações ocorridas nas guerras clássicas e perceber como na atualidade os conflitos armados se organizam. Chegamos a três autores que apontam como marco o término da Guerra Fria e a organização mundial globalizada para ocorrerem mudanças significativas na prática da guerra e conseqüentemente nas representações destas.

Destacamos aqui o trabalho de Michael Hardt e Antonio Negri, *Multidão Guerra e Democracia na Era do Império* (2005) e Frédéric Gros, *Estados de Violência Ensaio sobre o Fim da Guerra* (2009). Ambos apontam para uma mudança profunda nas relações que envolvem a prática da guerra provenientes das novas relações comerciais da globalização que propiciaram mudanças nos fluxos existentes no mundo.

Nos livros *Império* (2001) e *Multidão* (2005), Hardt e Negri definem uma nova ordem global denominada de Império. Segundo os autores, esta nova ordem se estruturou a partir dos conceitos do imperialismo, porém não como um momento transitório da história, mas através da reorganização das fronteiras mundiais e dos fluxos econômicos e comunicacionais. É importante esclarecer que o conceito de *império* apresentado aqui se diferencia do conceito de imperialismo ao qual estávamos acostumados, mesmo que inicialmente este possa parecer uma “evolução” do

outro. O imperialismo é uma extensão da soberania dos Estados-nação enquanto o *império* incorpora-se na desterritorialização e não possui fronteiras estabelecidas, mas encontra-se em constante expansão, administrando o pluralismo das entidades e a flexibilidade hierárquica que se organizam em estruturas de comandos reguladores (HARDT e NEGRI, 2001, p.12-13). Assim, esta formulação global só é possível devido à crise da soberania do Estado-nação que, a partir das novas relações de fluxos, proporcionou a organização do Império agregando novas formas de organismos nacionais e supranacionais numa economia global única tal qual um governo supremo do mundo (HARDT e NEGRI, 2001). Logo, esta nova ordem global não só reorganiza os fluxos comerciais, mas também os fluxos militares, sociais e culturais.

(...) a guerra é tradicionalmente entendida como um conflito armado entre entidades políticas soberanas, ou seja, na modernidade, entre Estados-nação. Na medida em que a autoridade soberana dos Estados-nação, até mesmo os Estados-nação mais dominantes vem declinando, começando a se manifestar em sentidos inversos uma nova forma supranacional de soberania em Império global, as condições e a natureza da guerra e da violência política necessariamente estão mudando. A guerra transforma-se num fenômeno geral, global e interminável (...) (HARDT e NEGRI, 2005, p. 21)

Na ordem imperial, toda guerra passa a ter um caráter de guerra civil, e isto ocorre por alguns motivos. Primeiramente, a soberania entre os Estados-nação se diluiu conferindo este poder para o Império e, dentro da nova estruturação, as relações de fronteira, do que se refere às questões internas e externas de um Estado soberano, tornaram-se rarefeitas e passaram a responder às novas regras do Império. Assim, acreditam os autores, todos os conflitos armados na atualidade, sejam em qualquer continente, e mesmo que envolvam Estados, são guerras civis imperiais, não implicam que todo o império se mobilize com estes conflitos numa guerra mundial, mas a sensação de hostilidade e uma potencialidade para a violência letal estará sempre presente nesta nova ordem mundial.

No trabalho de Gros (2009), a investigação desta nova ordem mundial, a qual Hardt e Negri (2001) classificam como uma nova ordem imperial global, não é explícita. No trabalho suas prerrogativas são compreender como a natureza da guerra transformou-se no que hoje ele denomina de *estados de violência*. Para trilhar este caminho o autor respalda-se na racionalidade presente na guerra moderna e sua relação com a moral e a ética como elementos para a investigação. O ponto de partida é o saber, ou seja, na era moderna o guerreiro torna-se o detentor dos saberes da guerra, inaugurando assim as escolas militares. A partir desta premissa, as escolas militares dividem a aplicação do saber em três correntes: intelectualização, na prática em que o soldado passa a compreender a prática a partir das disciplinas tais como matemática e estratégia, entre outras, a burocratização, em que o exército passa a ser pensado a partir da administração recebendo o status de instituição, e a disciplinarização (GROS, 2009).

O autor, como Hardt e Negri (2001), diferencia a guerra moderna em partes, para assim investigar todas as alterações que ocorreram por anos de prática e conceituação do tema, porém aqui, em Gros (2009), o que se torna fundamental para o pensamento é a guerra ser uma relação de forças políticas que agem dentro e fora do Estado. Nas mudanças econômicas e belicistas da 2ª Guerra Mundial tem início a organização do que ele denomina de *estados de violência*. Esta nova estruturação das guerras nos estados de violência propicia o surgimento de uma variação de

figuras que até então não existiam: o terrorista, o chefe de facção, o mercenário, o soldado profissional, o engenheiro de informática, o responsável da segurança que passar a fazer parte da complexidade dos conflitos armados construindo exércitos disciplinados atuando como redes dispersas que entram em embates com a estrutura tradicional, ou como o autor coloca: tornam-se a profissionalização da violência. Estas alterações apontadas por Gros (2009) proporcionam estados constantes de violência sem tempo e sem espaço tendo uma multiplicidade de atores envolvidos imperando princípios específicos de estruturação dos novos espaços de violência, como o estouro estratégico, a dispersão geográfica, a perpetuação indeterminada e a incriminação opondo-se ao estado de guerra tradicional ao qual conhecíamos gerando uma nova estruturação dos conflitos: criminalização, barbarização, privatização e desregulamentação (GROS, 2009).

Como os autores de *Império* (2001) e *Multidão* (2005), Gros (2009) mostra que o novo estado de violência, o qual Hardt e Negri denominam de estado global de conflito, não pode mais ser encarado como um estado de guerra, mas de intervenção. As relações morais e éticas dos códigos da guerra clássica desaparecem neste novo estágio dos conflitos armados no mundo, ou na ordem imperial. A nova forma estabelecida pelas potências de intervir e não mais declarar guerra está diretamente relacionada com a nova determinação dos fluxos. Isto é, a globalização e a mundialização produziram novos fluxos econômicos populacionais e midiáticos. Estas configurações e relações transformaram as fronteiras que antes eram delimitações visíveis em bordas móveis que passaram a depender do fluxo que se estabelece a cada nova reestruturação.

(...) hoje a capacidade de circulação em rede que faz o poder. A guerra dava outrora consistências (material e imaginária: solidez das fronteiras e fama de glória) ao Estado, como unidade política que deveria ocupar seu lugar entre outros. Ela criava e estabilizava ilhas de forças. Hoje a segurança como regulação contínua dos estados de violência assegura a fluidez dos escoamentos, o Estado não constituído senão um polo de segurança entre outros. A intervenção restabelece fluxos interrompidos, inverte movimentos, reconfigura redes. As ultrapassagens das fronteiras provocavam a guerra. É a interrupção de um fluxo (ou a instauração de um novo) que decide a intervenção (...) (GROS, 2009, p. 248)

Podemos afirmar que na atualidade a guerra não é mais regida por normas legais e passou a respaldar-se em políticas de intervenção que reorganizam as fronteiras e criam novos fluxos de comunicação e comercial. Sendo assim, é possível afirmar que as imagens que retratam tais fenômenos tenham mudado e passam a refletir esta nova organização mundial das políticas de intervenção. E assim também irão alterar a construção do imaginário social da guerra na atualidade.

Após nos depararmos com o pensamento destes autores e compreendermos que ocorreram mudanças significativas no quadro mundial retomaremos as discussões no campo da fotografia para assim investigarmos como dentro deste universo que nos parece ser hostil, a capacidade de discernimento crítico aparece na alternativa para o olhar crítico e que ocorra o desvencilhado do simulacro do real.

Apoiar-nos-emos aqui aos trabalhos de Roland Barthes e Susan Sontag. Do primeiro buscamos seu conceito do *punctum*<sup>52</sup>, esta particularidade da imagem de nos retirar do ponto do espectador apático a partir de algum elemento que nos fere. Ao criar a existência do *punctum* da imagem, Barthes, mesmo sem perceber, nos mostra que existe um caminho próprio do universo

imagético em que esta se desloca da teia construída pelo *studium* e a banalidade da Sociedade do Espetáculo. Esta aproximação proposta pode, de início, parecer um tanto quanto absurda, mas ao pensarmos as imagens de guerra ou mesmo qualquer imagem que possa nos tirar da apatia imagética de nossa sociedade, as questões relacionadas ao *punctum* podem ser uma alternativa a esta opressão. Esta faceta do *punctum*, de gerar um incômodo, pode ser de extrema importância, mas para Barthes o “ferir” de uma imagem não é algo a ser posto como positivo. O pensamento de Barthes (2010), de certa forma, nos parece um tanto quanto ingênuo em relação à imagem. Para ele a relação do gosto (*studium*) não é posto como uma prática negativa na relação das imagens e o ser. Ao passo que, para nós, este “gostar” é proveniente da cultura e, na atualidade, torna-se uma imposição e uma não possibilidade de olhar as imagens cuja consequência é a perda da crítica. Assim, a possibilidade que algumas imagens possuem de ferir (imagens que possuam o *punctum*) e conseguirem romper com esta relação do gosto, para nós torna-se extraordinário, porém, contrariamente ao autor, para quem as imagens não devem jamais ferir o seu observador.

Susan Sontag (2003), em seu trabalho denominado *Diante da Dor dos Outros* (2001), nos apresenta outras possibilidades para este “ferir” apresentado por Barthes, colocando um peso maior nesta faceta da imagem. Inicialmente, a autora apresenta a ideia de que as imagens que produzem o choque transformam-se rapidamente em clichês imagéticos. Isto ocorreria quando estas se convertem em fonte de valor e de consumo na sociedade. Assim, se buscamos incessantemente produzir imagens que reverberem somente o “choque” não existindo parâmetros éticos para a realização e difusão da imagem. Consequentemente a exposição constante a estas imagens as tornariam clichês não possibilitando que o sentimento ocorra.

Esta ideia apresentada pela autora está muito próxima da visão que Roland Barthes (2010) tem do fotojornalismo, ou como ele coloca, das fotorreportagens. Seriam imagens que recebemos de uma vez, como um todo, ao folhearmos um jornal sem que qualquer uma delas chame especialmente nossa atenção. Passam por nós, sem que nos interessemos como elas constroem uma unidade imagética sem que suscite algo ao observador. Para o autor as fotorreportagens seriam recebidas de uma vez só sem brechas para relações.

Em um segundo momento a autora apresenta outra ideia; afirma ser importante que as imagens produzam choque no espectador, para que este olhe a imagem e não seja somente um observador passivo do que está posto. Porém, ressalta que as imagens que deveriam chocar ao serem expostas em excesso podem alterar esta relação e produzir outros sentimentos, como o fato de podermos nos entristecer ou consternar e assim diminuir gradativamente a nossa capacidade de reação ao que presenciamos. Assim, a autora coloca a necessidade de existirem imagens que produzam esta reação no ser, mas a qualquer instante estas podem ser “capturadas” na Sociedade do Espetáculo e se tornarem meros clichês-imagéticos (SONTAG, 2001). Temos como exemplo a imagem da menina correndo nua em direção à lente do fotógrafo após a detonação de uma bomba de napalm durante a guerra do Vietnã.

Tal imagem foi registrada há mais de 40 anos e tornou-se um símbolo da atrocidade produzida pelos EUA, durante a Guerra do Vietnã, nos anos 60, porém, de tão exposta, já vemos esta imagem sem que ocorra qualquer reação à violência da guerra, seja esta que a

imagem retrata ou qualquer outra que venha a seguir. Podemos também citar as inúmeras imagens de refugiados sírios, ou mesmo a do menino Aylan Kurdi afogado numa praia grega. Estas imagens por algumas horas conseguiram romper e alterar políticas referentes às questões, porém nem 24 horas após a publicação já haviam sido capturadas pelo espetáculo. Tais imagem transformam-se em apenas clichês-imagéticos da luta contra a guerra e nada mais. Porém, Sontag direciona a questão e relembra que existem as imagens que não são expostas com frequência e, ao serem vistas, sempre produziriam o choque. (SONTAG, 2001)

Logo, encontramos nas imagens que conseguem escapar da formulação da imagem-clichê, e que extraem do observador o *punctum*, a possibilidade de nos comovermos e de nos libertarmos da passividade acrítica em que a Sociedade do Espetáculo nos aprisionou. A hiper-realidade que vivenciamos só consegue ser rompida quando nos deparamos com imagens que ferem e produzem um curto circuito em nosso cérebro de zumbis.

Para Hannah Arendt (1992), este papel que sinalizamos como o da imagem que provoca choque é dado ao artista. Este seria o único que conseguiria ir contra esta sociedade e mostrar o “antagonismo entre a cultura e a sociedade”, ou seja, ser o agente que tirará o véu da ausência de crítica que cobre o indivíduo e mostrará as possibilidades existentes na sua sociedade. Então questionamos; não seria o fotógrafo um artista nesta sociedade moderna e tecnológica?

Assim, podemos constatar que as imagens que recebemos do “estado de violência” e as imagens de guerra (em muitos casos) resumiram-se em retratar refugiados e destroços. Em alguns casos passam a ser uma prova do crime ocorrido em tal região ou somente tornam-se um registro de mais um conflito ocorrido. Quando agregadas às demais imagens do mundo constroem um novo imaginário de guerra, podendo, ou não, romper com a borda espetacular dos fluxos e transformam-se em uma imagem-ação (esta que possibilita a crítica e a saída do anestesiamiento que a Sociedade do Espetáculo nos proporciona) e que tem legitimidade para comprovar que aquele horror de fato aconteceu.

## Referências Bibliográficas

ARENDRT, Hannah. Sobre a Violência. Ed. Civilização Brasileira, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2010.

BARTHES, Roland. A Câmara Clara. Edições 70, Lisboa, 2010.

BRAUDILLARD, Jean. Simulacros e simulações. Relógio D'água, 1991.

COELHO, Teixeira. O Imaginário da Morte In: Rede Imaginária Televisão e Democracia. Org. Adauto Novaes. Companhia das Letras, 1991.

DAYAN, Daniel. O terror espetáculo terrorismo e televisão. Edições 70, 2009.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

- DYER, Geoff. O instante contínuo uma história particular da fotografia. Companhia das Letras, 2008.
- FLUSSER, Vilém. Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da filosofia. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.
- GROS, Frédéric. Estados de Violência: ensaio sobre o fim da guerra. São Paulo, Ideias e Letras, 2009.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. Império. Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.
- \_\_\_\_\_. Multidão, guerra e democracia na era do Império. Editora Record, Rio de Janeiro, 2005.
- KEHL, Maria Rita. Imaginar e pensar. In: Rede Imaginária Televisão e Democracia. Org. Aduato Novaes. Companhia das Letras, 1991.
- KOSSOY, Boris. Realidade e ficções na trama fotográfica. Ateliê Editorial, São Paulo, 1999.
- LIMA, Sergio Claudio F. A Aventura Surrealista. Ed. Vozes, São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. & MISIANO-GENOVESE, Richard. Secrets in Red and Green. La Belle Inutile Editions, 2012.
- RODRIGUES, Thiago. Guerra e Política nas Relações Internacionais. Educ, São Paulo, 2010.
- SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. Textos de periódicos
- WIEVIORKA, Michael. O Novo Paradigma da Violência. Revista Tempo Social, USP, 1997.
- Tese e dissertações
- MARANHÃO, Cristina. Imagens da Guerra: Brasil, Palestina e Portugal. Tese, PUC-SP, 2013.
- \_\_\_\_\_. O Poder da Imagem Fotográfica: Uma análise das imagens publicadas nas revistas Veja e IstoÉ de Luiz Inácio Lula da Silva durante as campanhas presidências de 1989 e 2002. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2007.

---

<sup>51</sup> Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Bacharel em Fotografia pela Universidade Senac SP e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Arte Mídia e Política (Neamp)- PUC/SP.

<sup>52</sup> Roland Barthes em a *Câmara Clara* propõe dois grupos de análise para a fotografia no primeiro divide três intenções, que são chamados pelo autor como prática ou emoções. Estes seriam o *operador* que se personifica na figura e na existência do fotógrafo, o *espectador* que nesta prática são todos os que observam e “consultam” fotografias e por último o *spectrum* que é o objeto, a própria fotografia a ser vista. E ainda dentro da categoria do *spectrum* acrescenta mais dois novos elementos que se associam diretamente com a “capacidade” da imagem de despertar aos olhos do *spectador*. Seriam estes o *studium* e o *punctum*. O primeiro (*studium*) relaciona-se diretamente com o observador na forma de vontade, onde este consegue selecionar o que observar. Porém esta escolha é determinada pelo grupo social em qual está inserido, assim, esta vontade/escolha não é individual e sim uma imposição coletiva. (...) o *studium* é o campo amplo do desejo negligente, do interesse diversificado, do gosto inconsequente: gosto/não gosto (...) (BARTHES, 2010, p. 36). Já o *punctum* parte da imagem e não do observador. São os elementos sensíveis de uma imagem que produz no observador um desconforto, uma “ferida”. Estas imagens conseguem se desvencilhar do universo controlado do *studium* e atingir o observador mesmo que este não queira. (...) o *punctum* de uma imagem fotográfica é esse acaso que nela me fere (mas também me mortifica, me apunhala) (...) (BARTHES, 2010,p. 35).

## 2. Lideranças Políticas no Cinema: João Goulart e Tancredo Neves<sup>53</sup>

Vera Chaia<sup>54</sup>

O cinema brasileiro possui uma produção pequena de filmes que reproduzem a história dos governantes. Somente nos anos 1970 é que começou a produção, de maneira mais sistemática, de filmes que buscavam compreender a ação desses políticos nos períodos em que governaram o Brasil. Geralmente, os filmes ou são laudatórios, por exaltarem a figura do governante, ou são críticos, por apresentarem determinados presidentes e lideranças por meio de suas características negativas.

A presente proposta de comunicação tem como objetivo aprofundar o tema das lideranças políticas, agregando uma nova dimensão, desta vez dada pelo estudo da mídia audiovisual que repercute largamente no âmbito da sociedade contemporânea. Dessa forma, propusemos analisar a construção cinematográfica das imagens de presidentes e lideranças políticas do Brasil veiculadas amplamente por inúmeros filmes produzidos no país.

O enfoque da pesquisa considerou as múltiplas facetas que encobrem as atividades políticas dos governantes no âmbito do poder executivo e de outras lideranças políticas que se destacaram no cenário político brasileiro. Considerando a diversidade do campo de atuação política desses governantes, o estudo se norteou por uma ampla tipologia de ações que se constrói a partir das questões do significado da liderança, passando pelas condições de emergências de crises e escândalos até chegar à exaltação do personalismo político. Interessou também estudar e detectar nos filmes a construção de determinadas imagens que se confrontam com os discursos políticos proferidos por tais lideranças.

A dimensão política do cinema explicita-se quando elege como tema de seus filmes de ficção e/ou documentários as lideranças políticas, criando e disseminando determinadas perspectivas que abordam os governantes do país, construindo imagens públicas que passam a fazer parte do imaginário político.

Nesse sentido, o cinema corrobora com o aparecimento do personalismo na cultura política nos tempos atuais, pois ele é marcado por uma série de concepções que influenciam a própria prática política. Deposita-se fé no indivíduo, como se essa autoridade pudesse resolver todos os problemas da nação brasileira. É valorizado o prestígio pessoal e a capacidade individual, como se um indivíduo fosse capaz de levar avante sozinho um projeto de governo.

No presente trabalho, aprofundar-se-á a análise do ex-presidente João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro), que foi destituído pelo golpe de militar de 1964, e o presidente Tancredo Neves (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral em 1985 e que morreu antes de assumir o cargo. Portanto, o trabalho deverá propiciar a construção de definição de lideranças políticas, para obter uma tipologia a partir dos filmes,

documentários e ficções a fim de analisar a construção das imagens dos governantes e lideranças na produção cinematográfica brasileira.

A partir da filmografia *Tancredo – a travessia*, filme de Silvio Tendler (2013), e do documentário *Dossiê Jango*, de Paulo Henrique Fontenelle (2013), busca-se compreender como alguns governantes brasileiros são retratados em documentários em períodos conturbados, considerando que a normalidade democrática de troca de poder é relativamente nova na história do país.

## João Goulart: da ascensão à morte no exílio

Para o estudo da liderança política de João Goulart, optou-se por recuperar o documentário *Dossiê Jango*, dirigido por Paulo Henrique Fontenelle.

O filme tem como objetivo lembrar o período em que João Goulart, presidente deposto pelo golpe militar em 1964, viveu no exílio e as circunstâncias nebulosas de sua morte.

As cenas reproduzidas no filme retratam o período democrático, o golpe e o exílio de Jango, contados por vários depoentes, incluindo políticos, jornalistas, escritores brasileiros, uruguaios e argentinos. Mas a figura central é a de seu filho João Vicente Goulart, que busca a verdade da morte misteriosa de seu pai.

A primeira frase que é citada no filme diz respeito à história, memória e verdade:

A verdade não pode ser inatingível. É preciso atingi-la, obrigatoriamente estabelece. Tudo o que pensamos ser verdade, um dia muda, e há coisas que mudam a História. Se alguém disser que sabe a verdade absoluta do que aconteceu no Brasil, desde 1964 até 2012, se disser que sabe, ou é um mentiroso ou um ingênuo. A História deve ser recuperada, porque não está recuperada. Pelo contrário, está oculta. Os silêncios são parte da ocultação da verdade. Por quê?

Vem então a imagem do presidente João Goulart, sentado em uma cadeira, e a informação divulgada no Congresso Nacional no dia 1 de abril de 1964: “O senhor Presidente da República deixou a sede do governo. Assim sendo, declaro vaga a presidência da República”. O golpe militar estava configurado, com apoio de empresários e políticos de oposição ao seu governo. A destituição de João Goulart foi dada pelo presidente do Congresso.

O filme reconstrói a trajetória política de João Goulart (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro) a partir da eleição de Juscelino Kubitschek (PSD – Partido Social Democrata), em 1955, eleito vice-presidente, com uma votação maior do que a do candidato à presidência. Lembremos que Jango havia sido Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (1950-1954) com um desempenho importante para a classe trabalhadora, aumentando em 100% o salário mínimo daquele período. Foi uma época de grande desenvolvimento econômico, além de uma visão otimista dos brasileiros, que acompanharam a conquista da Copa do Mundo de Futebol, o surgimento da Bossa Nova e um crescimento de 11% ao ano.

João Goulart é reeleito vice-presidente de Jânio Quadros, candidato de uma coalização que englobava vários partidos, dentre os quais se destacava a UDN (União Democrática Nacional). Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961 e João Goulart assumiu a Presidência da República,

após várias tratativas entre os setores conservadores e os militares, que consideravam Jango um político comunista e não confiável.

Somente após um longo confronto de setores que apoiavam Goulart, dentre eles, destaca-se Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e os setores que se opunham à posse de Jango, que se implanta o parlamentarismo brasileiro, como uma maneira de cercear a atuação de João Goulart. O primeiro-ministro que assumiu o cargo foi Tancredo Neves, político moderado do PSD. Após alguns meses, é realizado um plebiscito e o presidencialismo recebe ampla votação dos eleitores brasileiros. E com isso Jango conquista maiores poderes para governar.

Em 1962 ele inicia seu plano de governo, que inclui a implantação das reformas de base: agrária, tributária e fiscal, dentre outras.

Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos – um dos entrevistados – comenta que o golpe não era esperado e o que aconteceu foi a inauguração de uma nova época da doutrina da Segurança Nacional.

*Jornal do Brasil* estampa na sua manchete: “Goulart toma rumo desconhecido e o Brasil volta à normalidade”. A imprensa também exerceu um papel fundamental na articulação do golpe e na destituição do presidente João Goulart. Informava-se que o presidente deposto havia fugido para o Uruguai acompanhado de políticos que o apoiavam e que se opunham ao golpe.

No depoimento de João Vicente Goulart, filho de Jango, ele relembra o dia em que foram para o Uruguai:

As lembranças do Brasil são esporádicas, mas, nesse dia, por exemplo, a rotina mudou, naquele momento. Vimos malas prontas, a mãe correndo, um avião esperando. Mas é um dia que a gente relembra como um dia fora do dia a dia de uma família que estava no Brasil e foi arrancada do seu meio, dos seus amigos e, principalmente do seu país. Mas, pior do que as coisas materiais são as coisas que este país sofreu durante os anos da ditadura. O que nós não podemos perder é, sem dúvida alguma, agora, o conhecimento daquilo que existiu. Tanto é que, quando derrubam Jango, derrubam Jango pelo acordo de Pequim.

Quando Jânio Quadros renunciou, Goulart estava viajando para a China em missão diplomática e comercial a mando do então presidente. Essa aproximação entre o Brasil e a China foi interpretada pelos setores conservadores como uma demonstração de que Jango era comunista, o que não era verdade. Ele era um político preocupado com questões sociais.

O que mais se ouviu nesse período foi a defesa da Constituição e da legalidade. Leonel Brizola, do PTB, foi o governador que organizou a Rede da Legalidade através do rádio, meio de comunicação essencial e importante naquele período.

O governo dos Estados Unidos estava preocupado com a política brasileira, que não poderia ir para a esquerda, conforme exemplo recente da Revolução Cubana. João Goulart recebeu a visita de Robert Kennedy, emissário do governo de John Kennedy. Uma das exigências era mudar seu ministério, mudar sua política econômica e sua política externa. Ele se recusou e se confrontou com os Estados Unidos. Lincoln Gordon era o embaixador nos Estados Unidos no Brasil e mantinha constantes conversações com o presidente sobre o governo de João Goulart.

O Congresso formaliza o golpe, depondo João Goulart, após os militares darem o golpe. Jango viaja do Rio de Janeiro para Brasília e de lá, aconselhado por seus aliados, parte para o Rio

Grande do Sul. Ranieri Mazzili assume a presidência, com a conivência de Auro de Moura Andrade, então presidente do Congresso Nacional.

Cena de um avião da Força Aérea Brasileira levando a Goulart e a sua família para o Uruguai.

O Jango foi assassinado, primeiro quando foi exilado. E o exilado é um morto vivo, que sente que é jogado na beira da estrada, que lhe negam qualquer direito de acesso a qualquer coisa, mas ele sente, respira, é um morto que respira. E nesse respirar do Jango, Uma das grandes angústias dele era o total desrespeito daqueles que foram liderados seus, que procuraram se acomodar, ou, pelo menos não se comprometer, na convivência política com ele, salvo aqueles que estavam exilados, mas os que aqui ficaram se afastaram muito. Isso maltratava muito o doutor João Goulart. (Entrevista com Cláudio Braga, assessor particular de João Goulart)

O filho de Jango comenta: “Com sua atitude de ir para o exílio e não resistir, hoje a história está dando a vitória a ele. Qual é a grande vitória de Jango? Preservou-se o território, que estava em risco diante de uma resistência, e, principalmente, preservou o povo brasileiro de uma guerra civil”.

Carlos Lacerda, inimigo declarado de Getúlio Vargas e de João Goulart, explica porque foi criada a Frente Ampla, em 1967, composta prioritariamente por ele, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Segundo Lacerda, o que os une é: “Democracia e Progresso no Brasil”. Em 1968 foi baixado o Ato Institucional nº 5 e as poucas liberalizações foram eliminadas, prevalecendo uma ditadura com mais repressão.

Com a ditadura no Brasil proliferam outras ditaduras em países da América Latina: Uruguai, Chile, Paraguai, influenciando a Bolívia, e depois, Argentina. Depois da queda da democracia no Uruguai, o filho e a mulher de Jango foram presos e ele mesmo foi perseguido. Com a vitória de Juan Perón na Argentina, João Goulart e sua família foram convidados para se mudarem para lá, segundo o depoimento de Denize Goulart, sua filha. Logo depois veio o golpe militar na Argentina.

Começa, em 1974, a Operação Condor, que englobava a atuação das Forças Armadas do Chile, do Brasil, da Argentina e do Uruguai, agindo para eliminar inimigos das ditaduras militares, incluindo Jango e sua família, que, por conta disso, tiveram de se mudar para Paris a fim de fugir das ameaças de sequestro de seus filhos.

Foram mortos, naquela ocasião, o general Carlos Prats, vice-presidente deposto do Chile, e sua esposa, vítimas de um atentado. Orlando Letelier, ex-ministro da defesa do Chile também foi assassinado.

Rafael Michelinei, senador do Uruguai comenta, no documentário, o que foi o Plano Condor. Foram assassinados na Argentina em maio de 1976, o seu pai, Zelmario Michelinei, senador cassado do Uruguai, e Gutierrez Ruiz, deputado cassado do Uruguai, amigos de Goulart. Também foi assassinado o general Juan José Torres, presidente deposto da Bolívia, de linha progressista.

Após esses assassinatos, Jango recebeu uma informação de que ele seria o próximo líder a ser assassinado e seus filhos sequestrados.

Depoimento de Jair Krischke: “João Goulart, no mês de setembro, recebeu um aviso do chefe de polícia de Buenos Aires, dizendo: ‘Até aqui, dr. João Goulart, nós mantivemos a sua segurança. Daqui pra frente, não posso mais lhe garantir nada’”.

Jango planejava voltar ao Brasil. Segundo o jornalista Geneton Moraes Neto:

Há um relatório do SNI (Serviço Nacional de Informações), produzido em agosto de 1976, um relatório confidencial, que diz o seguinte (Imagem da cópia do documento): “Em Paris, pela obsessão da volta e das perspectivas que lhe estão criando no Rio Grande do Sul, João Goulart mostrou-se inclinado a regressar ao Brasil. Ao lhe ser ponderado que conviria, antes de adotar tal decisão, o reexame da questão, respondeu que seu propósito de retorno está admitido, em princípio, sem haver uma resolução definitiva”.

Jango havia sido cassado por dez anos e, em princípio, era livre para voltar ao Brasil. Mas havia um aviso claro dos militares, de que caso voltasse, seria preso e ficaria incomunicável. Naquele período, Goulart tinha um encontro com o seu amigo e piloto Manoel Leães, que havia sido procurado por um emissário representando os militares, mas, quando ele se dirigia à Argentina, soube que Goulart havia sofrido um infarto e morrido.

Jango, que era cardíaco, depois de tomar um comprimido para o coração, teve um infarto e morreu em dezembro de 1976.

O caixão foi levado ao Brasil por um barco e depois que chegou à Uruguaiana, seu féretro foi acompanhado por militares. No cortejo entre Uruguaiana e São Borja havia pessoas acenando com lenços brancos e faixas com os dizeres: “Jango continuará conosco”. Cenas do velório e do enterro do presidente João Goulart.

Artigo do jornalista Carlos Castello Branco: “Proibido de entrar no Brasil, sem direito a viver no Uruguai, morreu na Argentina, como um peão em busca do galpão, o ex-presidente do Brasil”.

Brizola também se manifesta:

Ele morreu onde não queria morrer, no exílio. Se há um que não queria morrer no exílio era o Jango. Desculpem, mas, quando eu falo em morrer, eu lembro de uma dúvida que tenho. Dificilmente conseguirão tirar das minhas convicções esta dúvida. Eu acho que o João Goulart não morreu de morte natural. Como outros, daquela época. Foram vítimas de um plano terrorista dos grandes poderes mundiais que visavam varrer as lideranças autênticas da América Latina.

Miguel Arraes, exilado na Argélia, também falou, em entrevista, que João Goulart estava marcado para morrer.

Roger Rodriguez, jornalista uruguaio, comenta que Jango era considerado perigoso para os militares, por ser um líder e um presidente deposto.

Não foi o único presidente morto em 1976: “A morte de Juscelino Kubitschek, em um acidente de automóvel, surpreendeu o país” (agosto de 1976). Seu motorista abasteceu o carro num posto de gasolina de um brigadeiro criador do serviço de informação da aeronáutica. Acidente até hoje mal explicado.

Carlos Lacerda também morre em março de 1977. Ele estava gripado, foi a uma clínica, recebeu uma injeção e morreu. Morreram os três líderes da Frente Ampla.

Operação Andreia surge em Santiago do Chile, segundo João Vicente Goulart, que relembra que essa operação testava

dez venenos para aniquilar os inimigos que eles estavam montando, onde quer que eles estivessem. Esse laboratório é conduzido por um grande químico chamado Eugenio Berrios e que morreu depois, foi assassinado em Montevideu. No Projeto Andrea, eles desenvolvem dez venenos sob a responsabilidade do químico Eugenio Berrios e o Michael Townley, um agente recrutado pela CIA. Hoje vive sob proteção do governo americano. É

ele, Michael Townley, que, na cara dos americanos, executa o Letelier, em Washington. Eles fazem um atentado contra o vice-presidente do Chile, em Roma, e terminam matando-o na França. Ou seja, não só bastava exterminar seus adversários dentro dos seus territórios, como também onde eles estivessem.

Outras entrevistas reforçam a ideia de que João Goulart era cardíaco e que houve uma troca de medicamentos, provocando o infarto, mas era muito difícil de se comprovar. Outros entrevistados reafirmam que ele foi assassinado e que seu corpo deveria ser exumado e examinado. As dúvidas persistem no filme e várias versões reforçam a necessidade de esclarecer essa morte. Não foi feita autópsia e o corpo de João Goulart foi colocado num caixão, vestido ainda de pijama. Todo o cortejo foi acompanhado pelo Serviço de Informação. Para averiguar a morte de Jango, foi aberta, no ano 2000, uma comissão parlamentar no Congresso.

Outro personagem importante nessa trama foi Henrique Foch Diaz, uruguaio amigo do presidente, que procurou a viúva de Jango para falar que a morte dele não havia sido natural, que ele tinha sido assassinado. Henrique recebeu a procuração de Maria Thereza, viúva de Jango, para investigar o caso e pediu a exumação do corpo de Jango. A viúva retirou a procuração e foi acusada por Diaz de fazer parte do complô que mandou assassinar seu marido. Ele escreveu um livro *João Goulart – El crime perfecto*, relatando toda a sua investigação e aparece no documentário reforçando a sua posição de que Jango fora assassinado. O livro não foi autorizado no Uruguai, por ter sido acusado de haver roubado o presidente João Goulart. Em seu livro, ele denunciava a morte de 18 pessoas – 15 de coração e outras três por acidentes. O próprio Diaz também morreu de coração.

Miro Teixeira fez parte da Comissão que averiguava a morte de João Goulart e o relatório concluiu que ele morreu durante a Operação Condor.

Mario Ronald Barreiro Neira, um uruguaio preso no Brasil, foi entrevistado em 2002, por Roger Rodriguez. O preso falou que havia um complô para assassinar Goulart dentro da Operação Condor. João Vicente Goulart, jornalista que trabalhava no Senado brasileiro, entrevistou Mario Neira, que era do serviço de informações da polícia uruguaia e fez parte, segundo ele, “*de um conluio que acabou com a vida do seu pai*”, “*tudo que ele falava era monitorado*”. “*Nós sabíamos que havia trinta comprimidos e que um seria letal. Desse modo, eu me pergunto, por que um e não todos? É que não podem ficar comprimidos. Não poderia sobrar um comprimido para uma perícia. A morte do presidente estava decidida, através de um método encoberto*”. A explicação da não realização da autópsia no corpo do ex-presidente é que o veneno permanecia no corpo durante 48 horas. Depois os vestígios dessa substância desapareceriam.

Segundo Roger Rodriguez, faltou confirmar a troca dos comprimidos do João Goulart. Todas as outras informações foram corretas. Ele levantou a possibilidade de um agente dentro do círculo íntimo do João Goulart ter feito a troca dos medicamentos.

Roger Rodriguez comenta que “*o Estado nunca decide abrir uma investigação formal sobre a morte de um presidente deposto?*”.

Imagens dos ditadores argentinos sendo condenados pelo governo democrático que derrubou a ditadura na Argentina em 1985. A justiça da Argentina está investigando a morte de

João Goulart e faz parte do processo Verdade e Justiça, o qual exige que o Brasil faça a exumação do corpo para verificar a hipótese de envenenamento.

João Vicente fala indignado que o governo brasileiro não fez nada, não condenou militares, enquanto na Argentina o processo de anistia e a condenação dos militares efetivamente aconteceu: “é de fundamental importância o conhecimento pleno daqueles que mataram, que torturaram, que lutaram, daqueles que resistiram. Porque, diga-se de passagem, a subversão se dá por aqueles que subverteram a Constituição, não por aqueles que lutaram contra a subversão da Constituição”.

Pablo Andrés Vassel, promotor público argentino, afirma: “Invariavelmente, a história nos demonstra que, quando se perde a memória e se oculta à verdade, os povos voltam a repetir as tragédias do seu passado”.

O filme termina afirmando a necessidade de se investigar a morte misteriosa de João Goulart.<sup>55</sup>

Roger Rodriguez afirma:

Enquanto o Estado brasileiro não tiver vontade política de investigar a sério o que aconteceu com João Goulart, não vamos chegar à verdade. Qual a razão dos segredos? Por que os documentos são segredo de Estado? A quem interessa esse segredo? O que não se pode saber? O segredo de Estado gera um Estado secreto. E esse Estado secreto gera histórias oficiais que ninguém pode desmentir... O silêncio é parte da ocultação da verdade.

Imagens do retorno de exilados políticos, a comemoração da elaboração da Constituição de 1988 e dos presidentes eleitos após 1989.

João Vicente Goulart: “Tenho orgulho de ser filho de Jango. Tenho orgulho de ser filho daquele homem que se tornou o único presidente a morrer no exílio”.

Para compreender o porquê da não averiguação da morte de João Goulart, deve-se lembrar que o processo de transição política foi negociado com a aquiescência dos militares. A corrente autoritária que governou o Brasil durante esse período se considerava portadora dos interesses gerais da nação brasileira e dava prioridade às questões técnicas. Acreditava e confiava na infalibilidade da representação profissional como a maneira mais adequada para promover a paz e a harmonia social.

No caso específico do Brasil, a questão da transição começou a ser discutida em meados dos anos 1970, com o processo de liberalização promovido pelo governo Geisel, entendida, de forma geral, como processo gradual rumo à democracia, com permanência de traços do regime anterior e criando condições de confrontos e lutas entre atores políticos diversos.

O denominado processo de abertura política coincide com a crise econômica gerada pelo endividamento do governo anterior – do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) – e pela crise internacional gerada pelo aumento do preço do barril do petróleo, associada à falência do “milagre econômico brasileiro”. Tal cenário gera consequentemente desemprego e até mesmo um estremecimento de relações entre a burguesia nacional e a internacional com o regime militar, diante do processo crescente de estatização.

O então presidente general Ernesto Geisel (1974-1979) preparava a saída dos militares do poder, de forma planejada, objetivando não prejudicar a imagem dos militares, evitando assim o

que ocorrera em processos semelhantes em outros países da América Latina, onde a imagem dos militares sairia extremamente desgastada. Nesse sentido a transição do regime autoritário para o regime democrático foi negociada com os militares, que defendiam a anistia limitada e sem revanchismo.

## Tancredo Neves, A Travessia – direção de Silvio Tendler, em produção de 2010

Cenas iniciais – peregrinação do povo na frente do Hospital do Coração, na cidade de São Paulo, em que Tancredo Neves estava internado. Rezas, cantorias, terços, imagens de santos. Também aparece a dona Risoleta Neves, mulher de Tancredo. Imprensa cobrindo o acontecimento. Verdadeiro espetáculo e ritual de passagem entre a vida e a morte.

Antonio Britto, porta-voz de Tancredo Neves, fala a todo o momento das condições de saúde do presidente, eleito pelo Colégio Eleitoral, mas não empossado, pois morreu antes. O último comunicado é da morte de Tancredo. Imagens do enterro e do caixão coberto com a bandeira brasileira. Populares chorando e o Hino Nacional sendo cantado por Fafá de Belém.

Imagem e fala de sua viúva e imagem de Aécio Neves, seu neto e herdeiro político. Enterro na cidade natal de Tancredo, São João Del Rey, em Minas Gerais.

Depoimento de Fernando Henrique Cardoso: “Tancredo tinha uma visão de estadista. Ele não era um político banal”.

Acompanhamos a narrativa da história de Tancredo Neves e imagens de sua cidade natal. Na avaliação do próprio Tancredo, ele era “conciliador, temporizador, o paciencioso”. Ele era advogado e ocupou vários cargos políticos: vereador, deputado estadual, deputado federal, ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas, primeiro-ministro do governo de João Goulart, quando foi implantado o parlamentarismo, senador, governador de Minas Gerais.

O documentário reconstrói a história brasileira a partir de 1930, período tão falado e tão estudado. Em 1950 Getúlio Vargas retorna ao poder através do voto, depois de ter sido deposto em 1945. É a partir desse período que as trajetórias de Getúlio e Tancredo se cruzam. Em 1953 Tancredo é nomeado ministro da Justiça por Vargas. Em agosto de 1954, ele se encontra ao lado de Getúlio acompanhando a crise política instaurada naquele período e que irá culminar com o suicídio do então presidente.

Depoimento do Tancredo sobre Vargas:

O presidente sofreu a sombra das hostilidades dos interesses que ele contrariou em nome do Brasil e do povo brasileiro. A luta pelo salário mínimo, a luta pela nacionalização do trabalho brasileiro, a luta, sobretudo, para por em funcionamento das refinarias, a luta para manter a Petrobrás, tudo isso foi criando então, no governo do presidente uma atmosfera de muita pressão que os adversários aproveitavam com muita habilidade e com muita eficiência.

Getúlio, reconhecendo a lealdade de Tancredo naquele período difícil, o presenteia com a caneta que assinou a sua carta testamento e que foi divulgada depois do suicídio de Vargas

ocorrido em 24 de agosto de 1954.

Reconstituição dos momentos que antecederam o suicídio de Vargas. Enterro do presidente e leitura da carta testamento. Fotos de Tancredo, Juscelino Kubitschek e João Goulart acompanhando o velório e o enterro de Vargas.

Trajetória de JK, os meses de Jânio Quadros e sua renúncia em agosto de 1961.

Em 1960 Tancredo é candidato, pelo PSD, a governador de Minas Gerais e é derrotado pelo banqueiro Magalhães Pinto, da UDN. Segundo Tancredo, ele perdeu a eleição por causa da dissidência que havia no seu partido.

Depois da renúncia do Jânio, ocorre uma negociação para que João Goulart, seu vice, assumira a presidência e Tancredo Neves foi um dos negociadores dessa volta e da posse de Jango. Tancredo é escolhido primeiro-ministro do gabinete parlamentarista e imagens da posse de João Goulart e de Tancredo.

Tancredo assume a defesa das reformas de base propostas por Jango e afirma:

O presidente da República em seu discurso de primeiro de maio, sugeriu o debate em torno de um tema de bastante interesse, qual seja, o de se atribuir poderes constituintes ao futuro Congresso para uma revisão limitada da nossa carta constitucional. O que é verdade é que vai, por todo o país, um clamor nacional pelas chamadas reformas de base. Sem que alteremos alguns dos dispositivos de nossa Constituição essas reformas dificilmente alcançarão os objetivos a que elas se destinam.

Tancredo participa de ato público pela reforma agrária.

Tancredo renuncia, em 1962, ao cargo de primeiro-ministro para concorrer ao cargo de deputado federal. O parlamentarismo é revogado por um plebiscito e Jango adquire amplos poderes. No dia 31 de março, é deflagrado o golpe militar que derruba o presidente João Goulart e Tancredo permanece fiel ao presidente.

Recuperação dos últimos momentos de Jango no poder. Almino Afonso, político do PTB, comenta que foi um golpe de Estado dado pelo presidente do Congresso Nacional. Almino estava sentado na primeira fila com Tancredo e relata que este se levantou e chamou o presidente do Congresso de “canalha, canalha”.

Reprodução de manchetes de jornais e de manifestações contra o golpe.

Naquele período, pós-golpe militar, vários políticos foram cassados. O que o documentário levanta de dúvida é por que Tancredo não foi cassado? Fala do Tancredo:

Eu fui amigo do presidente Castelo Branco (1964-1967), que tinha maior respeito, fui dirigido por ele na Escola Superior de Guerra onde nós estreitamos um bom relacionamento pessoal, mas não pude votar nele para presidência da República, e fui o único homem do PSD que não deu o seu voto ao presidente Castelo Branco.<sup>56</sup>

Castelo não cassou o Tancredo por questões pessoais. Ele apoiou Castelo para ascender na carreira militar, segundo seu sobrinho Francisco Dorneles.

Tancredo compunha a ala mais moderada do MDB. Ele contemporizou, em vários momentos, com o regime militar, não radicalizando posições. Articula uma transição para a volta do regime democrático pacífica, sem revanchismos e sem radicalismos.

Com João Batista Figueiredo (1979-1985), é promulgada a Lei da Anistia. Assistimos a volta dos exilados políticos. Tancredo reforçou a ideia de que a única anistia que poderia ocorrer seria

essa negociada com o regime militar.

Tancredo funda o PP (Partido Progressista) com Magalhães Pinto. Ele volta ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) por causa da legislação eleitoral que proibia as coligações.

Tancredo é candidato a governador de Minas Gerais. No discurso de posse ele afirma: “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade. Não se deve ao acaso que esta praça e este palácio tenham a mesma denominação. Liberdade é o outro nome de Minas”. O objetivo de Tancredo era derrubar o regime militar.

Dante de Oliveira, deputado federal do PMDB, propõe uma emenda para realização de eleições diretas para a presidência da República e funda o movimento das Diretas Já, que ganha espaço e apoio em vários setores da sociedade brasileira. Imagens dos comícios e de manifestações populares. Música ao fundo: “Vai passar” de Chico Buarque e Francis Hime, de 1984.

Música de Milton Nascimento Wagner Tiso: “Coração de estudante” em 1983. Imagens de políticos e artistas que apoiaram as Diretas Já.

Tancredo sendo entrevistado: “Eu luto pelas eleições diretas enquanto elas tiverem possibilidade de se viabilizarem. Eu estarei ao lado dos meus companheiros dando tudo que esteja ao meu alcance para que elas possam ser transformadas em realidade”.

Tancredo, já prevendo a derrota da emenda parlamentar, articula outro plano: “Se falhar as eleições diretas o PMDB vai ter que enfrentar uma nova realidade política: não comparecer ao Colégio Eleitoral, lançar mão de candidato, lançar um candidato de luta, lançar até um candidato de conciliação”.

No dia 25 de abril de 1984 a emenda é derrotada, depois de 16h de votação no Colégio eleitoral: 368 deputados presentes, 298 deputados votam sim pelas diretas e 113 parlamentares faltam à sessão, três se abstêm e 65 votam não. Por apenas 22 votos a emenda é derrotada. A sessão da votação é mostrada no documentário.

Tancredo, depois da derrota das Diretas Já, se transformou no Plano B: concorrer via Colégio Eleitoral, para presidência da República. José Serra e Fernando Henrique Cardoso comentam a proposta de apoiar Tancredo na eleição indireta. Serra comenta que: “Tancredo tinha esta capacidade de arregimentar forças do outro lado, era mais aceito do que Ulysses (Guimarães)”. Ulysses seria candidato natural, mas Tancredo ganhou a escolha do PMDB. O que predomina agora é o jogo político, pois os atores lutam para a obtenção do poder. Os acordos são feitos por Tancredo e seus apoiadores.

Os militares também apoiam Tancredo. Fala de Tancredo: “Mineiro radical não existe. Ser mineiro não é radical e se é radical não é mineiro, ainda que tenha nascido em Minas”.

A oposição, com a criação da Frente Liberal, ganha os dissidentes do PDS, o que inviabiliza a candidatura de Paulo Maluf. Tancredo renuncia ao governo de Minas Gerais e começa sua campanha para a presidência do Brasil. O slogan da campanha de Tancredo é “Muda Brasil Tancredo presidente” e os comícios pró-Tancredo começam a serem realizados, visando obter apoio popular.

Os militares, como Mario Andreazza, comentam que havia mais bandeiras vermelhas do que a bandeira verde amarela do Brasil, insinuando que Tancredo recebia apoio dos comunistas. Tancredo, para desmentir essa visão, participa de uma festa religiosa, o Círio de Nazaré, em Belém, para mostrar a sua identificação com o catolicismo.

Nesse período, ele já não estava bem de saúde, como observa o jornalista Ricardo Kotscho. Ele perguntou para o Tancredo como ele tinha forças para aguentar a campanha eleitoral exaustiva, recebendo como resposta que ele tomava vitamina P, complementando P de Poder, é o poder que move o homem.

No final da campanha, os dissidentes de esquerda negam apoio a Tancredo, dentre eles o Chico Pinto do PMDB da Bahia, que comenta: “Esta Frente está se diretizando em função da posição de alguns setores de esquerda que preferem ficar numa postura contemplativa ou de crítica por fora ao invés de interferir por dentro”. Os parlamentares do PT (Partido dos Trabalhadores), em um total de oito, dividem-se na atuação no Colégio Eleitoral, ou pró ou contra.

Em 15 de janeiro de 1985, membros do Colégio Eleitoral dão 480 votos a Tancredo Neves contra 130 recebidos por Paulo Maluf, 16 abstenções e nove ausentes. O povo acompanha a votação no Colégio Eleitoral pela televisão. Comemoração da vitória de Tancredo em vários lugares, inclusive na rampa do Palácio da Esplanada, com populares carregando uma enorme faixa representando a bandeira brasileira. Ao fundo Cazuza canta “Pro dia nascer feliz”, de Cazuza e Roberto Frejat, de 1985.

Na véspera da posse, 14 de março de 1985, Tancredo sente fortes dores abdominais. “Começa o calvário do homem e do país”. No dia seguinte ele estava no hospital. Aécio Neves, neto e secretário particular do presidente Tancredo, comenta que o avô estava se tratando já há alguns dias. Os médicos que o atendiam afirmam que ele poderia tomar posse e depois ser operado, mas as dores aumentam e Tancredo, na cama, assina vários atos, dizendo a Aécio: “Isto é garantia de que não vai haver retrocesso, eu não sei o que vai acontecer comigo”.

Na sala de operação, em que Tancredo foi operado de diverticulite, entraram vários políticos. Tancredo não toma posse e o vice-presidente, José Sarney, seu vice, assume a presidência, com várias restrições constitucionais e políticas. Sarney aparece no documentário assumindo a presidência no Congresso Nacional.

Calvário de 38 dias de Tancredo. Ele é transportado para São Paulo e é novamente operado no Instituto do Coração. O seu porta-voz Antonio Brito dá a todo o momento informações sobre seu estado de saúde. Segundo seu neto Aécio Neves os médicos de Brasília cometeram erros na primeira cirurgia, o que provocou um agravamento em seu estado de saúde.

O filme termina com a música Tancredo, a travessia, de Fernando Brant e Edu Krieger. Imagens da vida e da carreira política de Tancredo Neves.

## Considerações Finais

As reconstruções das vidas dos presidentes retratam e servem para construir imagens de lideranças políticas que vivenciaram períodos conturbados na história do Brasil. Nessa direção, cabe observar tanto o uso do recurso político do uso da morte/perda do corpo do governante, quanto os trágicos destinos de Getúlio Vargas, Juscelino, Jango e Tancredo Neves, enquanto semelhanças entre os quatro governantes.

A carreira política de João Goulart é marcada pela ocupação de cargos políticos fundamentais para projetá-lo enquanto liderança política. É uma liderança nascida na vida política brasileira, com características institucionais, mas ele também se destaca como um líder de resistência ao se confrontar com os opositores de Getúlio Vargas e a resistir e lutar para assumir a presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros. O maior feito de Jango foi o combate que travou com o Congresso Nacional, no período em que ocupou a presidência e no confronto que estabeleceu com a oposição ao legislar em praça pública. Porém a resistência não se prorrogou, pois, ao se deparar com o golpe militar e civil que o depôs da presidência, Goulart se retira da vida política e, apesar de todas as tentativas de retornar ao Brasil, só consegue esse feito depois de sua morte, questionada até o momento se foi natural ou assassinato.

Tancredo Neves viveu a política brasileira em vários momentos e ocupou todos os cargos políticos que envolveram pleitos eleitorais. É uma liderança de carreira, que surge como uma liderança institucional. Ele é caracterizado como conciliador, apaziguador e articulador de uma saída política dos militares do poder. Nos momentos cruciais da política brasileira, ele não se omite e apresenta resistência. Depois de uma negociação difícil, por envolver vários segmentos da sociedade brasileira, consegue ser eleito presidente da República, em 1985, pelo Colégio Eleitoral. A tragédia marcou o final da carreira política exitosa de Tancredo, que morreu antes de assumir o cargo político mais desejado por ele.

## Referências Bibliográficas

Mendes, Priscilla (2014). Perícia de restos mortais de Jango não encontrou sinal de envenenamento, diz PF. **Globo.com**, 1 dez. Recuperado em 24 de agosto de 2016, de <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/laudo-de-restos-mortais-de-jango-nao-encontrou-veneno-diz-pf.html>.

## Filmografia

*Dossiê Jango*, Paulo Henrique Fontelle, 2012.

*Tancredo – a travessia*, direção de Silvio Tendler, 2010.

---

53 O artigo se insere no Projeto Temático “Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais” (nº12/50987-3) financiado pela FAPESP. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Também é tema da pesquisa que Vera Chaia desenvolve no CNPq, como PQ.

54 Professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pesquisadora do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP, do CNPq e da FAPESP.

55 “O laudo pericial dos restos mortais do ex-presidente João Goulart não encontrou sinais de envenenamento, informou nesta segunda-feira (1º) a Polícia Federal. O resultado foi apresentado pela PF e pela ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. De acordo com os peritos responsáveis, apesar de não ter sido encontrado sinal de veneno, a hipótese de envenenamento não pode ser completamente negada, porque os anos passados entre a morte do ex-presidente e a perícia podem ter prejudicado os dados. Por isso, na análise da equipe de peritos, o laudo é ‘inconclusivo’ sobre a causa da morte. Os exames dos restos mortais começaram em 2013, a pedido da Comissão Nacional da Verdade. Jango, exilado da ditadura militar, morreu na Argentina, em 1976. A causa oficial da morte foi infarto. Para a família, ele teria sido assassinado em uma ação da Operação Condor, aliança entre as ditaduras militares da América do Sul nos anos 1970 para perseguir opositores dos regimes. A suspeita levantada era de envenenamento por cápsula colocada no frasco de medicamentos que ele tomava para combater problemas no coração” (Mendes, 2014) .

56 Após o golpe militar, as eleições presidenciais eram indiretas, ou seja, os presidentes eram eleitos via Colégio Eleitoral, composto pelos políticos que compunham o Congresso Nacional. As eleições diretas para presidente da República, só foram retomadas em 1989.

# 3. Instabilidades políticas: liderança política em Shakespeare e Maquiavel<sup>57</sup>

Miguel Chaia<sup>58</sup>

Shakespeare escreveu “Júlio César” em 1599 e alguns anos depois, em 1607, produz “Coriolano” – peças nas quais o autor trata de personagens/lideranças políticas na relação com o povo, com cidadãos ou súditos, esboçando uma problemática política que se constrói em cima de um “nome” a ser ouvido, seguido, respeitado e, inclusive, alvo de revolta por parte do povo. As duas peças abordam a figura de um líder condutor – Julio César, Marco Antonio e Coriolano – que sofre revés na sua trajetória de líder e pretendente a inovador político, pregando uma ética diferente daquela vigente no âmbito da sociedade romana. As duas peças possuem como cenário Roma, cidade que experimenta a República, as tensões originadas dos confrontos entre tirania e liberdade e, ao se tratar da participação republicana, também se torna um local da presença do povo participante e presente na cena pública. Alguns autores relacionam o cenário político romano de “Coriolano” à situações próximas de uma democracia.

Ao relacionar os pensamentos políticos de Shakespeare e Maquiavel, pode-se chegar a La Boétie para pensar o papel da liderança política como um “nome” a ser colocado no âmbito da necessidade de um povo – ou para se organizar ou para ser conduzido. Como se a presença de um povo enquanto um conjunto de cidadãos tivesse necessidade de um líder para a sua pertinência/existência. Mas, simultaneamente, também pode se problematizar as situações que exigem a relação líder-povo, uma vez que em certas circunstâncias a relação entre governante e governados pode se dar tendo como fundamento as leis ou a boa constituição.

Em “Romeu e Julieta”, história de dois jovens nascidos em duas famílias inimigas, Julieta pergunta à Romeu: “o que é um nome?” ; “Chama-te apenas Romeu e estarás rebatizado”. Assim, esta nomeação na relação amorosa ganha em Shakespeare uma significativa conotação política - existem circunstâncias de larga instabilidade nas quais as massas de uma República (ou de uma democracia) estão à busca de um nome para serem governadas. O fundamento da dominação política pode estar num nome. “Julio Cesar” e “Coriolano” constituem tragédias “da nomeação absoluta: com o que se é nomeado? *O que existe em um nome?...* Diga-me não para que eu possa forçar esse *não* a fundar o meu *renome*, a afirmá-lo como vossa recusa” (SIBONY, 1992, p. 96).

Em “Júlio César”, após a morte de Cesar, Marco Antônio faz um discurso de forte conotação sentimental e política, levando os cidadãos romanos a reverem a imagem de César (César não quis aceitar a coroa; portanto é certo que não era ambicioso) e até inicia uma revolta (“Revoltar-nos-emos”, grita o povo). Contudo Antônio consegue controlar a situação. Com a chegada de Otávio a Roma e forma-se um novo triunvirato que preenche o espaço de vazio político deixado por César, que fora assassinado pelos republicanos derrotados (Queimaremos a casa de Bruto, grita o povo).

Em “Júlio César”, Shakespeare cria uma sequência de situações de instabilidades políticas em Roma, envolvendo lideranças diferentes (César, Bruto, Marco Antônio), situações estas nas quais os cidadãos passam de um nome a outro. As instabilidades sucedem-se, sendo que a cada nova situação estabelece-se uma determinada relação entre líder e povo. Quanto mais uma sociedade tende a incluir o elemento cidadão/povo, mais se torna complexa e incontrollável a relação política entre governante e governados. Correlatamente, mais se torna instável e difícil o exercício da liderança política. Maquiavel ganha, assim, maior significado para acompanhar as narrativas políticas produzidas por William Shakespeare.

Se Júlio César é assassinado, torna-se necessário outro nome para governar Roma, para dirigir o povo. Este outro nome tanto pode ser Brutus quanto Marco Antonio. Ou ainda, no caso da peça “Coriolano”, quem ocupa este papel de candidato a dirigente político de Roma é Caio Márcio que, ao vencer sozinho os inimigos na cidade de Coríolos, tem ao seu nome acrescentado o local da terrível batalha – Caio Marcio Coriolano. A figura de Caio Márcio amplia-se em significação heroica. Assim, seus valores e suas virtudes deverão propiciar a facilidade do mando, da dominação, da liderança. Num primeiro momento a imagem valorosa de Coriolano o capacita a liderar uma Roma exaurida em altos impostos e falta de alimentos. A cidade necessita de uma solução política urgente, e Coriolano, vitorioso e ensanguentado, poderia ser a resposta política para a crise da cidade. Entretanto, seu orgulho recusa louvores, bajulações e despojos. Na sua volta, com o apoio do senado e do povo, Coriolano candidata-se ao cargo de cônsul de Roma. Para tanto ele precisa dos votos dos cidadãos. Dado o seu orgulho, franqueza, desconsideração dos costumes e leis locais e desprezo pelo povo, ele é expulso de Roma após conspirações dos tribunos, inquietos com o seu triunfo, e em decorrência da revolta do povo. Banido, ele arquiteta vingança contra Roma e seu povo.

No caso da tragédia “Coriolano”, Shakespeare assume uma perspectiva que reúne as mudanças sofridas no processo de constituição de um potencial líder, tanto em função de seus méritos e arrogância, quanto em decorrência da posição assumida pelo povo de Roma.

No início do texto, o povo de Roma se mostra com forte potencial revoltoso contra as condições que geram a fome na cidade. Cidadãos famintos acusam o egoísmo dos patrícios e o orgulho de Caio Márcio, futuro Coriolano, pelas suas mazelas. Este mesmo potencial de revolta deverá retornar contra Coriolano, após as eleições para cônsul de Roma, revolta manipulada pelos seus inimigos.

Na primeira cena da peça, em Roma e nos arredores da cidade, cidadãos amotinados, com bastões e outras armas, exclamam:

- Estão todos aqui resolvidos a morrer, antes que passar fome?
- Estamos resolvidos.
- Para começar, sabem que Cio Márcio é o principal inimigo?
- Sabemos, sabemos.
- Vamos matá-lo, pois teremos então trigo ao nosso preço.

...

- Somos tidos como maus cidadãos, os patrícios como bons... Mas nós valemos muito para eles. A magreza que nos aflige, a nossa miséria concreta, são uma espécie de inventário que dá conta detalhada de sua abundância. O nosso sofrimento é ganho para eles. Vinguemo-nos de tudo isso com nossas pás antes que eles nos transformem em dentes de ancinhos. Pois os deuses sabem que digo isso por fome de pão, não por sede de vingança (SHAKESPEARE, 2004, p.15-16).

Colocadas as circunstâncias de crise para o aparecimento de uma liderança política necessária para conduzir o processo político há um momento carregado de conflitos e necessitado de um projeto inovador ou audacioso para retirar Roma da desagregação e da eminência de novas e piores revoltas. Mas Coriolano, deverá pensar agir em direções opostas àquelas sugeridas por Maquiavel, em “O Príncipe”. Na verdade, Coriolano mostra o avesso da construção da trajetória de um líder, embora tenha as condições básicas para tanto – situação de crise, potencial de revolta da população, imagem disseminada na cidade baseada no heroísmo, bravura, valentia.

Contrariando as indicações de Maquiavel para um príncipe conquistar e manter o poder político, Coriolano irá se perder na política intrincada de Roma, liberal no sentido dado pelo florentino e com significativa força do povo. Um herói que se torna um vilão. Um deus que se torna uma besta. Um político caído, com o potencial de conquistar e manter o poder, que foi derrotado pela pressão inimiga e pela impossibilidade de se adaptar às regras geradas pelo poder.

Coriolano alcançou um patamar propício para exercer a liderança política, mas não conseguiu desempenhar esta função – pela ausência da virtude e da sabedoria para entender que a dimensão política é da instância do coletivo.

Na contramão dos ensinamentos de Maquiavel em “O Príncipe” (1969), que no capítulo IX, referindo-se ao principado civil, escreve que não é necessária muita virtude ou muita fortuna para aquele que ascende ao poder com o favor do povo (e dos grandes), Coriolano, orgulhoso de sua posição aristocrática, não concorda com o direito do povo rebelar-se e de reivindicar alimentos para matar a fome. Ele prega que o povo serve para o campo de batalha, sob a direção de algum patrício. Contra a opinião de Menênio de que a revolta dos cidadãos é sábia, Coriolano diz estar preparado para a eclosão popular

Obrigado. O que há, ralé briguenta, /Que coçam o pensar até virarem/ Uns coscorões... Quem for gentil com vocês só bajula/ O que há de vil. O que querem, cachorros,/ Que não amam paz nem guerra. Uma assusta, / outra os leva a gabar-se. Quem espera que se afirmem leões, encontra lebres; ...Vocês acham virtude/ Fazer herói o transgressor punido. / Maldizer a justiça. O que tem mérito / Ganha seu ódio/ ...Que morram! / Que morram! Choram fome, citam motes...Jogam longe os gorros, como se prós pendurar/ Lá nos cornos da lua, e cada um? Gritando mais que o outro” (SHAKESPEARE, 2004, p.24-25).

Coriolano defronta-se simultaneamente com dois inimigos internos: os grandes e o povo. Neste caso, ainda no capítulo IX, Maquiavel diz que aquele que chega ao poder do principado com o favor da população, tem pouquíssimos preparados a não obedecer. E continua:

Além disso, sem injúria aos outros, não se pode honestamente satisfazer os grandes, mas sim pode-se fazer bem ao povo, eis que o objetivo deste é mais honesto daquele dos poderosos, este oprimir enquanto aquele apenas quer ser não oprimido. Contra a inimizade do povo um príncipe jamais pode estar garantido, por serem muitos: dos grandes, porém, pode se assegurar porque são poucos. O pior que pode um príncipe esperar do povo hostil é ser por ele abandonado; mas dos poderosos inimigos não só deve temer ser abandonado, como também deve recear que os mesmos se voltassem contra, pois havendo neles mais visão e maior astúcia contam sempre com o tempo para salvar-se... (MAQUIEAVEL, 1969, p. 62).

Coriolano despreza o povo, sabedor dos conflitos entre patrícios e cidadãos que o apoia num certo tempo oferecendo-lhe a possibilidade do seu voto. Mas sem avaliar o significado do apoio do povo, Coriolano coloca-o ao lado dos poderosos inimigos tribunos, que deverão manipular os cidadãos. Coriolano, esvaziado da virtù, frente a uma conjuntura que impõe a necessidade de um novo projeto inovador para Roma, deixa de fazer o bem ao povo faminto, honesto nas suas solicitações (como bem compreende Mênênio) e, embora tenha o apoio do senado, será derrotado pela visão oportunista e pela grande astúcia dos tribunos. Ao ser hostil com o povo, o povo torna-se fácil grupo de manobra para também hostilizar Coriolano.

Assim, o potencial de liderança de Coriolano esvazia-se em si mesmo – um líder deve ter o sentimento de pertencimento no conjunto do corpo coletivo. O bravo Coriolano quer ser um condutor de si mesmo e de seu estrito grupo social de origem.

Retomando Maquiavel, ainda no capítulo IX, “Concluirei apenas que a um príncipe é necessário ter o povo como amigo, pois, de outro modo, não terá possibilidades na adversidade” (Idem, 63). Coriolano não poderá avançar em seu projeto político de tornar-se cônsul romano, entre outros motivos, porque lhe falta estratégia para lidar com o povo. E sua postura negativa frente ao povo deverá facilitar as maquinações que serão feitas contra ele, levando-o ao exílio.

Mas outros aspectos constantes em “O Príncipe” também são importantes para analisar os empecilhos na formação de uma liderança política que queira conquistar e manter o poder político. Ao final do capítulo XVII, este autor retoma a questão de o príncipe ser temido e ser amado, enfatizando: “deve apenas empenhar-se em fugir ao ódio como foi dito”.

No início do capítulo V, Maquiavel escreveu:

Quando aqueles Estados que se conquistem, como foi dito, estão habituados a viver com suas próprias leis e em liberdade, existem três modos de conservá-los: o primeiro, arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; e o terceiro, deixá-los viver com suas leis...Querendo preservar uma cidade habituada a viver livre, mais facilmente que por qualquer outro modo se a conserva por intermédio de seus cidadãos (1969, p.35-36).

Em se tratando de uma cidade na qual o povo goza de liberdade e age publicamente por normas já estabelecidas na prática política, Coriolano afronta a relação já estabelecida entre governante e governados. Além dos votos do senado, Coriolano necessita do voto do povo para exercer o cargo de cônsul e, para tanto, deve seguir o costume romano de dirigir-se ao povo e na forma de suplicante justificar o seu pedido de voto, mostrando seus méritos e seus ferimentos ganhos em batalhas. Arrogante e orgulhoso acaba por ofender e irritar os cidadãos que ele deveria, isto sim, seduzir. Estes lhe dão seus votos, mas são manipulados pelos astutos tribunos que levam Coriolano a ficar fora de si e lançar injúrias e ofensas contra o povo. A armadilha montada é aquela que leva Coriolano a expor sua visão negativa do povo, sem moderação e sem controle. A ética pessoal do personagem se sobrepõe à ética pública de um governante. Sequer ele tenta parecer um liberal, quando deveria parecer ser. Ele não compreende que não pode ter o povo como inimigo – ou, pelo menos, não consegue aparentar o respeito pelo povo. Duas éticas estão em jogo: a individual, nascida do orgulho de um herói que não admite bajulações e se comporta com valores pessoais intrínsecos, e a ética que brota de um trato já estabelecido, no qual o povo tem um espaço público definido e um papel já descrito pelos costumes. Neste

sentido, chamando a atenção para o comportamento liberal de um príncipe, no capítulo XVI, Maquiavel escreve: “Um príncipe, pois, não podendo usar esta qualidade de liberal sem sofrer dano, tornando-a conhecida, deve ser prudente, deve não se preocupar com a pecha de miserável, eis que com o decorrer do tempo será considerado sempre mais liberal”(1969, p.98). Coriolano não é um político prudente e não se mostra um liberal para um povo acostumado a normas instauradas. Sem a amizade do povo, facilita a insurgência contra si mesmo.

Neste sentido, Maquiavel alerta, no capítulo VI, que no principado completamente novo – mas válido também para o caso de Coriolano em Roma – “encontra-se menor ou maior dificuldade para mantê-lo, segundo seja mais ou menos virtuoso quem o conquiste” (1969, p.40). Uma vez eleito pelo senado e pelo povo suas dificuldades de manutenção do poder emergem imediatamente, pois falta-lhe a virtude, como consta no capítulo VII de “O Príncipe”, não sabendo manusear também a fortuna. No entanto, diferentemente da conclusão do capítulo XXV, ser impetuoso prejudicou mais Coriolano do que ser cauteloso. Também a sorte o deixa de lado.

O livro “Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, a partir da observação inicial do capítulo VII de “O príncipe” (torna-se príncipe pela virtude ou pela fortuna), permite analisar a questão da liderança sob o prisma da relação com o povo, de nova maneira. No capítulo quinquagésimo oitavo tem como título “A multidão é mais sábia e constante do que o príncipe”, Maquiavel critica a afirmação de Tito Lívio e de outros historiadores que consideram a multidão inconstante, dizendo, “portanto que o defeito que os historiadores atribuem à multidão pode ser imputado aos homens, de modo geral – e aos príncipes em particular” (1979, p.183). Tanto príncipes quanto multidão, diz Maquiavel, “estão sujeitos aos mesmos erros, quando não há freios que modere as paixões” (1979, p.184). Seja Coriolano, seja o povo romano, ambos podem errar caso não assumam a necessidade do controle das suas paixões: é o caso de Coriolano raivoso contra o povo e, também, o caso do povo revoltoso contra a fome e os tributos.

Estas formulações de Maquiavel em “Comentários” permitem problematizar a pertinência da liderança, uma vez que ela pode ser estabelecida em certas circunstâncias e não em outras. O surgimento e exercício da liderança política, portanto, tem a ver com as condições de crise em uma sociedade, com a necessidade de um projeto reformulador, com a dispersão de um povo e com necessidades de transformação social de difícil realização. Talvez Coriolano tenha errado em sua estratégia política, talvez o povo romano tenha também errado – mas também pode ser que a cidade não estivesse em condições para ser dirigida por um homem que se pretendesse torna-se um “nome”, um líder condutor de um povo (disperso?). Esta observação justifica-se pelo seguinte trecho dos “Comentários”:

Um povo que tem o poder, sob o império de uma boa constituição, será tão estável, prudente e grato quanto um príncipe. Poderá sê-lo mais ainda do que o príncipe reputado pela sua sabedoria. De outro lado, um príncipe que se libertou do jugo das leis será mais ingrato, inconstante e imprudente do que o povo. A diferença que se pode observar na conduta de um e de outro não vêm do caráter – semelhante em todos os homens, e melhor no povo; provém do respeito às leis sob as quais vivem, que pode ser mais ou menos profundo (1979, p.185).

Afirmando que a história do povo romano e os exemplos nela existentes permitem apoiar estas afirmações, Maquiavel aponta para circunstâncias que se tornam significativas pelo fato de uma liderança ou o papel desempenhado por um príncipe tenha como fundamento a força das leis. Uma boa constituição é fonte da estabilidade e da prudência de um povo e de um príncipe. A conduta de um povo e de um príncipe – a sabedoria em ambos – pode não ter origem no caráter, mas na forma como foi elaborada a lei e como ele apresenta para o povo. Neste caso, em várias situações, o povo procede melhor do que o príncipe.

Nesta direção pode ser melhor compreendida a passagem seguinte, do capítulo IX de “O Príncipe”:

Porque em toda cidade se encontram estas duas tendências diversas (ascender ao poder ou pelo favor do povo ou pelos grandes) e isso resulta do fato de que o povo não quer ser mandado nem oprimido pelos poderosos e estes desejam governar e oprimir o povo; é destes dois anseios diversos que nasce nas cidades um dos três efeitos: ou principado, ou liberdade, ou desordem (1969, p.61).

Em seguida, no capítulo IX, diz Maquiavel que o príncipe que obtém o poder com a amizade do povo, será fácil conservá-lo amigo, pois o povo pede apenas não ser oprimido.

Assim, com a tragédia “Coriolano”, Shakespeare cria um tipo de homem político que permite não apenas pensar a liderança política, mas também o avesso da liderança e, inclusive, a desnecessidade da liderança política em determinadas circunstâncias históricas. A peça trágica “Coriolano” aponta para as dificuldades da conquista e da manutenção do poder político e, além do mais, discute a complexa situação política que facilita ou dificulta a emergência de uma liderança política.

Conforme Lee Siegel (2012), a peça aponta para alguns graves problemas da democracia na contemporaneidade, como a situação na qual um líder ou governante coloca-se acima das normas sociais ou das leis de uma nação, retomando a ideia aristotélica “de que a pessoa incapaz de viver em sociedade é ou deus ou uma besta”. O medo e a desconfiança do povo frente a um governante legitimamente eleito, a procura e o insucesso da busca de um líder redentor, a gradativa perda da aprovação e da confiança de um governante e o desencanto crescente com o político e a política – são possibilidades colocadas pelas obras de Maquiavel no seu entrecruzamento com as peças de Shakespeare.

Maquiavel e Shakespeare, ao reunirem as potências da política e da arte, são portadores de uma visão trágica que subtende a política e a vida fundamentadas em conflitos agônicos. Portanto, a política é o reino da instabilidade e da crise – que ocorrem de forma cíclica – colocando permanentemente à prova os governantes e os governados. Nestas circunstâncias podem apresentar-se, formar-se e ou serem bem sucedidas ou fracassarem as lideranças políticas.

## Referências Bibliográficas

Alba, A. – **Roma**. Editora Mestre Jou, São Paulo, 1964.

- Boquet, G. - **Teatro e Sociedade**: Shakespeare. Editora Perspectiva, São Paulo, 1989.
- Chaia, M. - A Natureza da Política em Shakespeare e Maquiavel. In: **Estudos Avançados**, Revista USP, nº 23, São Paulo, 1995.
- Frye, N. - **Sobre Shakespeare**. Ed. USP, São Paulo, 1992.
- Heliodora, B. - **A Expressão Dramática do Homem Político em Shakespeare**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- La Boétie, E de - **Discurso da Servidão Voluntária**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987
- Maquiavel, N. - **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Ed. UNB, Brasília, 1979.
- Maquiavel, N. - **O Príncipe**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1969
- Potterson, A. - **Shakespeare and the Popular Voice**. Cambridge, Basil Blackwell, s.d.
- Shakespeare, W. - **Júlio César, Lello & Irmão**. Editores, Porto, 1988 (Claredon Press - Oxford)
- Shakespeare, W. - **Coriolano, Lacerda editores**. Rio de Janeiro, 2004 (tradução de Heliodora, B.) .
- Shakespeare, W. - **Macbeth, Editora Brasiliense**. São Paulo, 1989 (Claredon Press - Oxford, para consulta)
- Sibony, D. - **Na Companhia de Shakespeare**. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1992
- Siegel, L. Deuses e Bestas, jornal **O Estado de S. Paulo**. Acesso em: 30/01/2012.

---

<sup>57</sup> O artigo se insere no Projeto Temático “Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais” (nº 12/50987-3) financiado pela FAPESP. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

<sup>58</sup> Professor do Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e pesquisador do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP e da FAPESP.

## 4. A arte crítica de Aluísio Azevedo<sup>59</sup>

Rodrigo Estramanho de Almeida<sup>60</sup>

Este ensaio toma por objeto a produção artística e literária do maranhense Aluísio Azevedo (1857-1913) entre 1870 e 1890. Nessas décadas, o escritor atuou como desenhista em jornais da corte, bem como produziu, entre outros, dois de seus mais importantes romances: *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890). Aqui o objetivo é analisar fragmentos da obra do autor, na tentativa de alcançar aspectos da crítica política e social imbuída em sua produção. Buscaremos, assim, demonstrar que a arte de Aluísio Azevedo revela importantes sentidos e pontos de contato com ideologias de fins do século XIX no Brasil, mormente o positivismo e o republicanismo. Nesse sentido, a análise pretende recolher indícios que permitam perseguir o pensamento social de um escritor brasileiro que atuou artística e politicamente em fins do Império.

Em um primeiro momento discorreremos brevemente sobre a presença do positivismo no Brasil, procurando averiguar a ambiência ideológica na qual o autor se inseria nas décadas de setenta e oitenta do século XIX. Conjuntamente, nesse primeiro movimento, verificaremos o momento em que o artista migra para a corte no Rio de Janeiro onde se manifestará como desenhista. Uma ilustração e um excerto de poema serão analisados a guisa de interpretação.

Na segunda parte do ensaio anunciaremos a presença da estética naturalista na obra do escritor aproximando pontos consonantes dessa escola literária com o positivismo. No tópico seguinte faremos algumas considerações sobre o círculo intelectual a que Aluísio estava relacionado, mormente a relação com o intelectual maranhense Celso de Magalhães.

Para concluir, analisaremos conjuntamente traços específicos de dois romances do autor. *O Mulato* de 1881 e *O Cortiço* de 1890. Demonstraremos que os livros revelam uma arte crítica de tino republicano e positivista – ingredientes doutrinários pouco relevados pela crítica nas análises da produção do autor.<sup>61</sup>

## Sob o século de Auguste Comte

A presença do positivismo na formação das ideias e em acontecimentos políticos no Brasil é fato sabido e reiteradamente estudado.<sup>62</sup> Dos primeiros manifestos republicanos aos diários e semanários de crítica à monarquia, passando pela proclamação da república, são muitos os acontecimentos de ordem política e social – dos mais mezinhos aos mais consagrados – que podem ser analisados por uma ótica que busque um entendimento dos condicionamentos e motivações sob a égide das doutrinas de Auguste Comte (1798-1857).

De fato, é na produção da geração intelectual dos anos 1870 que pode-se averiguar de forma mais veemente a “crença no determinismo universal até a certeza da capacidade emancipadora do homem sobre a natureza” (LINS, 1964, p.11), bem como a defesa da Lei dos Três Estados, a crítica às tradições e à monarquia e conseqüentemente a defesa do Estado laico e republicano. Foi assim o positivismo, “o eixo em torno qual girou o estado de espírito de toda uma geração.” (LINS, 1964, p.11)

O foco, em geral, dos estudos sobre o aparecimento e o desenvolvimento da doutrina positivista na vida intelectual brasileira quase sempre se baseia em temas e figuras centrais do ativismo e do pensamento político do país. Concentram-se mais as análises no interior das fronteiras intelectuais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Recife e se dedicam aos grupos mais influentes nas questões políticas como a Igreja e o Apostolado Positivista do Brasil; os círculos federalista, republicano e abolicionista. É possível, no entanto, estudar a presença do positivismo – e das ideologias políticas que decorrem dessa doutrina – na produção e no ativismo artístico e literário.

Esse é o caso do escritor Aluísio Azevedo, que tal como outros literatos de sua geração terá a obra marcada por forte afluência intelectual dos anos 1870. Para melhor compreender como se dá a relação da obra de Aluísio Azevedo com a vaga intelectual de fins do século XIX é determinante, mesmo que rapidamente, relevar o momento inicial de sua carreira.

Depois da adolescência em São Luís do Maranhão, Aluísio transferiu-se, em 1876, para o Rio de Janeiro com a finalidade de estudar desenhos na Imperial Academia de Belas Artes. Estudou pouco. Durante seus dois anos de estadia na corte se dedicou, sobretudo, à colaboração como desenhista para jornais cariocas<sup>63</sup>.

Assim é que entre 1876 e 1878 Aluísio Azevedo contribuiu com dezenas de ilustrações, charges e caricaturas para as páginas de *O Mequetrefe*, *O Fígaro*, *Semana Ilustrada*, *Zig-Zag* e, *Comédia Popular*, todos jornais cariocas de alguma expressão e de tino crítico ao império e à figura de Dom Pedro II<sup>64</sup>

Neste ramo é que Aluísio, antes mesmo de se tornar escritor, demonstrará sua capacidade crítica e combativa, ativando a pena e o nanquim contra os tradicionalismos, a ordem imperial e

Dom Pedro II. Para a concepção dos desenhos sua pena é embebida em tinta positivista, como se verá na ilustração *Juízo Final*.<sup>65</sup>

A ilustração (anexo - figura 1) feita para o jornal carioca *O Mequetrefe*, em 1878 faz uma espécie de profecia para o século XX a partir do qual ocorreria o “juízo final” da Igreja, pois o paradigma moral pensado por Auguste Comte baseado na ciência e no positivismo levaria a liberdade a todo o povo com uma nova filosofia política. O jovem Aluísio Azevedo, com pouco mais de 21 anos, já demonstrava, ilustrando o panfleto republicano, que articulava muito bem os princípios do positivismo francês à crítica ao segundo reinado. Podemos depreender que o então desenhista concebia uma crítica direta ao clero posicionando-o como a fração da sociedade – no caso do Brasil podemos ler fração do Estado, posto que a Igreja era entidade constitucionalmente relacionada ao sistema imperial sendo responsável, inclusive, pelo registro civil – responsável assim, na concepção de Aluísio, pelo obscurantismo e pelo atraso.

A saída política de tal mazela estaria na ascensão da liberdade por meio da ciência e de uma nova política que, com um novo sol, iluminaria o século XX. A sugestão de Aluísio Azevedo, se levada a cabo, considerando as proposições de Auguste Comte, indica que os tempos que se aproximavam trariam a última fase da história: a científica, sucessora das fases religiosa e metafísica<sup>66</sup>. Tal ilustração certamente não seria concebida por artista pouco habituado a certas leituras e certa filosofia como, nesse caso, a do positivismo.

Como arremate e confirmação de que Aluísio Azevedo muito bebeu na fonte do positivismo, trasladamos trechos do poema *Resposta à carta da Exma. Viscondessa*, escrito pelo autor em setembro de 1878:

Viscondessa, perdão, se esta missiva,  
Pesada, como é na sua essência,  
Importuna magoar Vossa Excelência  
Como um bafo grosseiro à sensitiva  
  
Porém me cumpre declarar com urgência  
Que, lendo a *Filosofia Positiva*,  
Se bem que aquele assunto não me sirva,  
Sobremodo impressionou-me a tal ciência.  
  
E desde então, querida Viscondessa,  
Por mais que me jurem coisas do infinito.  
Dessa ideia não logram que me desça;  
  
Consenti, pois, dizer o que repito,  
Inda que isso a vós mal vos pareça  
- Em alma, Deus e céus não acredito.

(AZEVEDO, 1878 apud MENEZES, 1958, p. 93)

Ora, o autor registra crítica ferrenha à fé religiosa e faz referência direta ao título de um dos principais livros de Auguste Comte. Ironicamente diz que o assunto – do livro – não lhe serve, mas que “sobremodo” impressionou-lhe “a tal ciência” e que a partir dessa leitura sua visão de mundo não se volta a “coisas do infinito”.

Assim é, que antes mesmo de se tornar escritor, Aluísio Azevedo registra em suas ilustrações tributações ao positivismo. Daí que tal condicionamento doutrinário se entrelaçará, mais tarde, às linhas de seus romances.

## A proposta naturalista: o positivismo nas letras

Antes que façamos um esboço das relações intelectuais de Aluísio e uma breve análise da presença positivista e republicana em seus romances, vale registrar que, segundo boa parte da crítica, seria o autor responsável pela trasladação para o Brasil da escola francesa, capitaneada por Émile Zola, que tinha por definição a estratégia de transformar a atividade literária em uma atividade experimental com o objetivo principal de analisar a realidade segundo a observação do homem em seu meio e momento<sup>67</sup>. Na proposta naturalista de Émile Zola, esmiuçada em seu livro *O romance experimental*, de 1870<sup>68</sup>, *grosso modo*, o escritor estaria a serviço da realidade e só levaria para seus escritos impressões coletadas em seu cotidiano e, portanto, legitimamente reais. Segundo a cartilha naturalista de Zola, o escritor, tal como o médico e o cientista, deve colocar à prova as impressões coletadas na realidade e só depois de submetê-las a uma “empíria literária” e levá-las ao público em um romance de impressões e costumes. Desse modo, no plano estético naturalista:

sem admitir que se faça propaganda política direta, espera [-se] que, pela eficácia da própria narrativa, sem nenhum discurso retórico, se colabore na implantação da justiça, da liberdade, sobre a terra. Os fatos falam por si. A arte aspira a construir uma república naturalista, onde a sociedade resida no povo. Objeta-se que há contradição entre este ideal de transformar o mundo e o homem com a crença no determinismo (TRINGALI, 1994, p. 130).

Ora, o *Romance Experimental* e conseqüentemente o naturalismo podem ser compreendidos como ramificações da filosofia positiva nas letras. Assim, nada mais objetivamente passível de afirmação do que dizer que o principal impulso que moveu a concepção estética e metodológica de Zola foi o espectro da filosofia positiva de Comte. Pois, “acentuando a impossibilidade de se atingir a verdade absoluta e proclamando a superioridade da experiência, Comte vai contribuir de maneira decisiva para delinear o caminho aberto à inteligência da época e, em particular, aos romancistas naturalistas” (CARONI, 1979, p.21).

É assim que o naturalismo será para Aluísio Azevedo, a partir de 1881, o modelo estético ideal para a concepção de seus romances. Ainda mais que essa escola foi mediada na crítica literária brasileira por intelectuais da geração de 1870 – por exemplo, Silvio Romero (1851-1914) e Araripe Júnior (1848-1911) – e imbricada a outras gramáticas filosóficas, políticas e estéticas, tais como o determinismo, o positivismo, o republicanismo e o realismo, tomando corpo político e social combinando-se, na luta da jovem intelectualidade, à crítica direcionada à saturação tradicionalista do segundo reinado.

Assim, no Brasil, como previsto nos objetivos de Zola, o “naturalismo trouxe ao romance um vigoroso impulso de análise social” (CANDIDO, 2002, p.114). Mas não podemos deixar de considerar que não se trasladou o movimento estético para o país sem que houvesse

interferência. No entanto, e Aluísio por levar a alcunha de primeiro naturalista e um dos responsáveis por isso, houve profunda transformação na forma e no conteúdo do romance de observação. A mudança de conteúdo se explica facilmente, já que mudou o local que se observava, mas, não obstante, esse fator resultou em uma transformação ao tipo de naturalismo que se articulou à produção literária brasileira, pois “por força do clima aqui dominante” (SODRÉ, 1965, p. 173) eliminou-se do naturalismo ortodoxo a suas arestas, possibilitando a sua adaptação. E assim “ocorrera, em realidade, porque os nossos naturalistas, e Aluísio Azevedo principalmente, desobedeciam de forma espontânea a fórmula ortodoxa e externa, oferecendo obras de mérito.” (SODRÉ, 1965, p. 173).

Certamente, Aluísio Azevedo foi realmente tributário das ideias naturalistas de Émile Zola a ponto de em seu sétimo livro, *O Homem*, publicado em 1887, registrar um aviso aos leitores: “Quem não amar a verdade na arte e não tiver a respeito do Naturalismo ideias bem claras e seguras, fará, deixando de ler este livro, um grande obséquio a quem o escreveu” (AZEVEDO, 1959a, p. 15). Adiante, para melhor delimitar o envolvimento ideológico do autor, seguimos num pequeno esboço sobre a relação de Aluísio com intelectuais coevos.

## Esboço para o estudo do círculo intelectual de Aluísio Azevedo

A despeito da claríssima adesão do escritor, registrada em 1887, ao naturalismo é importante que se releve o contato do autor com o intelectual Celso Magalhães ainda em 1880, antes da publicação de seu segundo romance *O Mulato* de 1881.

O maranhense Celso da Cunha Magalhães (1849-1879) foi um jurista formado pela Faculdade de Direito de Recife. Como promotor público atuou na província do Maranhão, a partir de 1878, em defesa de escravos vítimas de maus-tratos. Publicamente tinha perfil liberal apesar de ser ligado ao Partido Conservador. Celso de Magalhães faleceu em 1879, ano de publicação do primeiro livro de Aluísio Azevedo<sup>69</sup>, mas não “deixou de influir na geração literária que, logo a seguir, assumiu posição de clara beligerância no panorama intelectual da província” (MONTELLO, 1975, p. 41). E acrescenta-se que, nesse tempo, Aluísio Azevedo “estreit(ou) relações com Celso Magalhães, dono de amplo conhecimento literário, espírito inquieto e debatedor de ideias novas que leva para a discussão nas colunas do jornal.” (GÓES, 1959, p. 10).

Os anos de 1878 e 1879, Aluísio ,de regresso ao Maranhão, conhecerá a personalidade progressista de Celso de Magalhães. De certo que foram colegas e que muito conversaram sobre política e literatura (MENEZES, 1958, p. 82) e que, sendo Magalhães mais velho, exerceu em Aluísio certas orientações, pois “seria Celso, em São Luís, o líder intelectual, capaz de influir decisivamente nos jovens escritores. A ação que exerceu, nos meios em que atuou culturalmente, confirma-lhe essa liderança” (MONTELLO, 1975, p. 42).

Ademais, uma novela de Celso de Magalhães intitulada *Um Estudo de Temperamento*, parcialmente e postumamente publicada em 1881, traz excêntricos ingredientes estéticos e filosóficos que, coincidentemente, aparecerão, mais adiante, nos livros de Aluísio Azevedo, sobretudo em *O Mulato*. *Um Estudo de Temperamento* tem como cenário a província do Maranhão e é concebido sob a força de uma narrativa extremamente descritiva e cientificista que traz personagens tipificados como Antonio Alves, metáfora para explicitação do ideário do positivismo (MARTINS, 1996, p.106).

A despeito da boa pista de que Celso de Magalhães tenha sido relevante para os caminhos seguidos por Aluísio Azevedo, não podemos inferir que só dele veio o caldo de cultura crítica e positivista do autor, mesmo porque, Aluísio já era, como vimos, combativo antes mesmo do contato com o jurista maranhense. De todo modo, em *O Mulato* “que saiu em 1881, evidente é o reflexo da influência positivista transmitida ao romance por Celso Magalhães” (LINS, 1967, p.470).

Ainda que seja necessário maior aprofundamento na busca de fontes que confirmem nossas inferências é possível afirmar que Aluísio Azevedo tributou e conheceu o positivismo na vivência na imprensa carioca, no contato intelectual com Celso de Magalhães e na recepção da cartilha naturalista de Zola.

Para além, muitas dos temas anunciados em sua vivência intelectual e como ilustrador, vão ganhar vigor e desdobramento literários nos romances que o autor produzirá entre os anos 1870 e 1890. É assim que, marcadamente em *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), Aluísio Azevedo registrará, em meio aos seus enredos, sua crítica à política e sociedade de fins do Império. Sobre este aspecto, mais diretamente sobre a ressonância que teve o positivismo na obra de Aluísio Azevedo escreveu Ivan Lins que “em várias de suas obras, deixa Aluísio transparecer a influência que sobre a sua formação exerceu Augusto Comte (...) Um estudo ainda por fazer é o de assinalar, nos livros de Aluísio Azevedo, os traços da influência sobre ele exercida pelo positivismo” (LINS, 1967, p.109)

Ainda devemos considerar que “foi antes da primeira estada de Aluísio Azevedo no Rio de Janeiro que Celso Magalhães, entre 1873 e 1876, pôde iniciá-lo nas filosofias de Comte, Darwin e Spencer, que ele próprio havia estudado enquanto cursava Direito na Faculdade de Recife” (MÉRIAN, 1988, p.203). Isso porque:

em 1876 surge de novo a doutrina de Augusto Comte na imprensa maranhense, desta vez provocando um escândalo, que fundamente abalou a opinião pública de São Luís e de toda a província. Depois de bacharelar-se, em 1873, pela Escola de Direito do Recife, onde se fez positivista, Celso Magalhães fixou residência em São Luís e aí passou a divulgar a nova doutrina através de artigos, discursos e conferências. Vinha do Recife aureolado de grande fama e talento e cultura e, na capital maranhense, conquistou vários entusiastas para o positivismo, dentre os quais se destacavam Aluísio Azevedo, João Afonso do Nascimento, Eduardo Ribeiro, João Moraes Rego, Vítor Lobato e Agripino Azevedo (LINS, 1967, p.105).

Foi Celso de Magalhães, em relação a Aluísio Azevedo, portador das novas tendências do pensamento político francês tão em voga na referida Faculdade de Direito de Recife, desde que Tobias Barreto de Menezes havia se tornado dela professor exercendo grande ressonância sobre “a mocidade da Academia” (COSTA, 1967, p.122). Assim, se não foi Celso de Magalhães quem

apresentou os novos autores e teorias em voga no período a Aluísio Azevedo, serviu esse, sem dúvida, como reforçador delas. Aluísio encontrou em Celso um interlocutor.

Nesse sentido, acerca do desenvolvimento e do afloramento das novas ideias que invadiam corações e mentes dos 1870, já havia Silvio Romero deixado a importante marca do *germanismo*, dando mostras de como repercutiam o movimento das ideias europeias na vida nacional. As sucessivas revoltas e manifestos que aconteceram em Pernambuco desde a Regência até o Manifesto Republicano de 1870 deixam amostras relevantes para compreender o quão viva era recepção de novos paradigmas no norte do país. Assim, “nesse movimento de renovação intelectual por que passa o Brasil em meados do século XIX, Pernambuco terá um lugar de destaque”, entretanto,

[...] o movimento de ideias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan, e que se faria sentir vinte anos depois de haverem estas correntes de ideias aparecido na Europa, espalhará-se pelo país todo. Se Tobias abalou “como um ciclone a sonolenta Academia de Recife”, sobretudo depois que assumiu a sua cadeira na Faculdade, as influências das ideias da filosofia europeia manifestavam-se também nos demais centros culturais do Brasil (COSTA, 1967, p.122).

Celso de Magalhães foi, então, uma personalidade como tantas outras que, assim como Aluísio Azevedo, a partir de 1870, não escapou as novas hordas de ideias que adentravam de forma decisiva a vida espiritual brasileira. Nesse contexto “as instituições perderam sua sacralidade e se tornaram objeto de debates e até de chacotas” (MELLO, 2007, p.105).

Naquilo que Antonio Candido chamou de “dialética do localismo e do cosmopolitismo” (CANDIDO, 2000, p. 109-138) passava o Brasil por essa época por uma transição decisiva no que competia aos modos de seus intelectuais e escritores enxergarem a realidade. Esses novos modos de olhar o local, as especificidades do país e de sua formação, vinham em muito se relacionando, não sem grande efetivo de apropriação desviante, com “o positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX” que “vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico” (COSTA, 1967, p.115)<sup>20</sup>. Acrescenta-se, ainda, que “o agnosticismo e o anticlericalismo foram características do pensamento da Geração 70” (MELLO, 2007, p. 102) e, nesse contexto:

para o progresso cultural da época parecem ter contribuído principalmente, como centros intelectuais experimentadores e renovadores, o Rio de Janeiro, o Recife e São Paulo, já tendo entrado em decadência sobre esse aspecto – e a despeito da efêmera atuação revolucionária, em meio tão conservador, de Aluísio Azevedo – São Luís do Maranhão [...] (FREYRE, 2004, p. 416).

Ainda, não obstante, em São Luis do Maranhão, entre 1878 e 1881, Aluísio será figura conhecida. Como um dos redatores do jornal *O Pensador* o escritor tornar-se-á figura combativa se envolvendo com um grupo de jovens positivistas e anticlericalistas que dia a dia vão desafiar publicamente as ideias do jornal *A Civilização* – órgão oficial da Igreja Católica no Maranhão. O Mulato de 1881 nascerá mesmo como romance inspirado nas lutas anticlericais.<sup>21</sup>

No mesmo ano, de volta ao Rio de Janeiro, Aluísio dividirá a carreira na produção de romances folhetins, romances naturalistas e na contribuição à imprensa. Não obstante constituirá

um círculo de relações com intelectuais “quando da invasão da Câmara Municipal a 15 de novembro de 1889, antes mesmo de proclamada a República, (...) alguns, por certo, antigos militantes do movimento abolicionista, como José do Patrocínio, mas outros pela primeira vez movidos à ação política concreta, como Olavo Bilac, Luís Murat, Pardal Mallet” (CARVALHO, 2004, p.25) e ainda outros como Coelho Neto, Guimarães Passos, Alberto de Oliveira e Paula Nei, todos com formação nas Faculdades de Direito de São Paulo ou Recife e participantes ativos na campanha abolicionista e republicana.

A seguir, breve e derradeiramente, a fim de tecer algumas considerações sobre essas ressonâncias na literatura de Aluísio Azevedo, discorreremos sobre a crítica política e social em dois de seus romances.

## **Crítica política e social em *O Mulato* e *O Cortiço***

A crítica elegeu dois romances como os altiplanos naturalistas da obra Aluísio Azevedo: *O Mulato* de 1881 e *O Cortiço* de 1890.<sup>72</sup>

Em ambos é possível denotar passagens carregadas de uma atitude crítica. Assim é que em *O Mulato* podem ser recolhidos indícios sobre um pensamento marcado pelo positivismo, pelo abolicionismo e pelo anticlericalismo e em *O Cortiço*, naturalismo, luta de classes e crítica ao poder político constituído – no caso o II reinado.

A fim de iniciarmos uma interpretação genérica das obras, selecionamos um excerto de *O Mulato*. Na passagem o autor coloca o protagonista, Raimundo e dois outros importantes personagens lado à lado para consubstanciar uma interessante e criativa analogia ao positivismo:

Por esse tempo aqueles três surgiam na rua, formando cada qual mais vivo contraste com os outros: Manuel no seu tipo pesado e chato de negociante, calças de brim e paletó de alpaca; o cônego imponente na sua batina lustrosa, aristocrata, mostrando as meias de seda escarlate e o pé mimoso, apertadinho no sapato de polimento; Raimundo, todo europeu, elegante, com uma roupa de casimira leve adequada ao clima do Maranhão, escandalizando o bairro comercial com o seu chapéu-de-sol coberto de linho claro e forrado de verde pela parte de dentro. Formavam dizia este último, chasqueando, sem tirar o charuto da boca uma respeitável trindade filosófica, na qual, ali, o Sr. Cônego representava a teologia, o Sr. Manuel a metafísica, e ele, Raimundo, a filosofia política; o que, aplicado à política, traduzia-se na prodigiosa aliança dos três governos – o do papado, o monárquico e o republicano! (AZEVEDO, 1959, p.119).

A passagem ao mesmo tempo em que faz refletir sobre os diferentes tipos de composição dos governos, também acaba por confirmar a noção – que vamos tendo desde as primeiras linhas do romance – de que a personagem de Raimundo – o mulato – não se diferencia apenas pela tonalidade da pele, mas também pelas preferências políticas e pelos modos de se portar. Para além a passagem, é ainda uma referência muito clara a preferência política de Raimundo. Veremos: eis que a figura do cônego Diogo “imponente na sua batina lustrosa, aristocrata, mostrando as meias de seda escarlate e o pé mimoso, apertadinho no sapato de polimento” vai ser diretamente ligada à teologia e ao papado; já a figura de Manuel Pescada “no seu tipo pesado e chato de negociante, calças de brim e paletó de alpaca” representava a metafísica e, logo a

monarquia, sistema, portanto, “pesado e chato” e, mormente, metafísico, ou seja, distante da realidade ou melhor, mais teórico do que prático; Raimundo por sua vez se apresenta “europeu, elegante, com uma roupa de casimira leve [...] com o seu chapéu-de-sol coberto de linho claro e forrado de verde pela parte de dentro” e o narrador rapidamente o vincula à filosofia política e ao tipo de governo republicano. Aqui é importante reparar que o único adequado ao clima é Raimundo, ou seja, o único tipo de governo apropriado seria o republicano mesmo que viesse “europeu”, já que os outros tipos são lustrosos ou pesados demais para o clima do Maranhão: só o mulato e a república são, portanto, adequados.

A analogia que faz o narrador entre as personagens, os tipos de governo e os hábitos de cada um, bem como a adequação destes em relação ao lugar, nos dá a impressão de que alude também às etapas da filosofia da história do positivismo comteano: a evolução das sociedades pelas etapas religiosa, metafísica e científica ou positiva e, naturalmente, enfim, republicana. Aluísio parece afirmar de forma crítica e porque não dizer provocadora que seria o mulato – aquele que na trama é vítima da condução dos brancos –, então, sinônimo do que há de mais evoluído na escala do desenvolvimento político humano.

Para além de passagens mais focadas como esta de *O Mulato* e, apoiando-nos agora também na trama de *O Cortiço* e indo além das ressonâncias positivistas, podemos argumentar que ambos os romances trazem em seus enredos uma preocupação de caráter social. Em tom de denúncia, no primeiro, o autor atina contra o preconceito de cor, os tradicionalismos e a religião católica; no segundo somam-se cepas literárias contra a desigualdade de classe, o patrimonialismo e a desorganização urbana da corte.

Destarte, denotamos que os dois títulos são referências diretas a coletivos, um a uma classe que é na verdade uma variedade étnica (mulato), o segundo aos mais humildes recolhidos nas habitações coletivas (cortiço). Ambos são protagonistas do que Aluísio enxergava como uma ‘tragédia social brasileira’ pronta para ser trasladada ao romance.

Espécies de ‘heróis ao contrário’ esses personagens coletivos são os motes para a elaboração da crítica que objetiva ataques sistemáticos à realidade política e social brasileira de fins do século XIX. Assim é que por meio de uma trama que envolve a relação amorosa de uma branca, Ana Rosa, com o mulato, Raimundo, em *O Mulato*, o autor desenvolve um esquema onde personagens padres, portugueses e negros se combinam em sendas que permitem, sem prejuízo para a narrativa, aberturas para as gramáticas do positivismo, do abolicionismo, do anticlericalismo e do republicanismo.

Já em *O Cortiço* ao demarcar espaços sociais de classe (brancos ricos no sobrado x miscigenados pobres na estalagem) Aluísio abre sendas implícitas que têm por objetivo demonstrar que a ascensão dos brancos era garantia institucional dos títulos conferidos pelo Império. Além, *O Cortiço*, como um todo, pode ser compreendido como palco de intrigas entre dois brancos da elite. Um em ascensão (Miranda), outro em vias de ascender (João Romão) que disputam títulos nobiliárquicos e espaço territorial. Sobre esse último o poder constituído – leia-se o Império – pouco legisla, mas garante, àqueles que dominam o meio e sucumbem todos os outros às mazelas, um lugar na nobreza.

Ao consolidar um projeto literário que tem os fundamentos da crítica baseados nos problemas sociais da realidade do Império, Aluísio pretende demonstrar que as tramas como a do mulato Raimundo em *O Mulato*, e do português Jerônimo em *O Cortiço* – tramas em que o fio condutor é o preconceito racial e a desigualdade social – só lhe eram possíveis na imaginação porque advinham da medonha realidade propiciada pela organização política imperial. Em qualquer um dos dois casos – mais presente em *O Mulato* e mais implícita e desconfiada em *O Cortiço* – a república seria a única possibilidade para o tecer de novas tramas – menos desiguais na realidade e, portanto, na literatura.

No caso de *O Mulato*, a ciência e a república são as possíveis soluções para os problemas que vitimizam o mulato Raimundo, leia-se toda uma categoria humana. No entanto, a ciência e a república, são vencidas pelas tradições e pelo poder dos brancos e o mulato enfim se consubstancia como o herói que é no fundo vítima. Em *O Cortiço* a república é resolução implícita. O fogo que assepticamente põe fim ao Cortiço e às mazelas da vida coletiva acaba por tornar o rico mais rico e arrancar a possibilidade de protagonismo dos pobres. Assim, para Aluísio, enquanto a realidade for a do Império o fim será trágico para uma parcela da sociedade: para os miscigenados e pobres.

É assim que *O Mulato* e *O Cortiço* enquadram-se na situação de arte crítica em que:

[...] se estabelece uma tênue relação entre arte e política, de difícil equacionamento, uma vez que o artista independente deve resguardar a sua obra da pressão da política que tende a ser exercida de forma contínua ou programada. Neste delicado equilíbrio, a posição política assumida pelo artista não subjugava a obra que mantém suas qualidades estéticas, conseguindo sensível e poeticamente transmitir a arguta percepção que o seu autor tem da realidade (CHAIA, 2007, p.23).

Interessante notar que em *O Mulato* o autor visa registrar, na criação de situações que pouco contribuem para a trama, uma atitude claramente tributária ao positivismo. Dessa linha maior, consonantemente, serão abertos espaços narrativos que imprimem crítica ao clero, a partir do personagem Conêgo Diogo, aos portugueses, por meio do personagem Manuel Pescada, e ao abolicionismo por meio da crítica aos comportamentos da personagem Maria Bárbara.

Por outro lado, em *O Cortiço*, em parte talvez porque seja obra mais madura, preocupada, sobretudo, com a forma naturalista, é o cenário urbano do Rio de Janeiro de fins do século XIX que permite o desenrolar de uma trama onde todos os personagens estão inexoravelmente condenados às imposições desiguais do meio social e das classes. A crítica vai no sentido, portanto, de que para que histórias menos injustas se desenhem é necessário que o meio mude. Faz-se necessário uma mudança das instituições. Assim, a personagem negra Bertoleza é vítima da escravidão, o branco pobre português Jerônimo da divisão injusta do trabalho e a ascensão de Miranda e João Romão é garantia das instituições políticas.

Denota-se que o Estado aparece em dois momentos em *O Cortiço*: frente aos pobres como polícia que invade o cortiço, frente aos ricos agraciando-os com títulos e honrarias. Assim é que Aluísio imprime sua crítica: o Império policia os pobres enquanto nobilita os ricos.

Aluísio escreveu *O Mulato* oito anos antes da proclamação da República e *O Cortiço* nos meses que a antecederam o 1889. *O Mulato* é o primeiro romance de Aluísio a fazer críticas políticas e

sociais, *O Cortiço* é o último. Escreverá, após o 15 de novembro algumas peças e outros dois romances<sup>73</sup>, todos desinteressados pelos temas que antes tornavam polêmicos livros como *Casa de Pensão* de 1884e; *O Homem* de 1887. De fato, pouco depois da República, Aluísio pára de escrever e as fontes parecem indicar que faz isso mais porque se desencantou com o regime pelo qual ansiava do que porque havia mudado, como esperava, o cenário real para a concepção de seus livros.<sup>74</sup>

Deste modo, entre ilustração e literatura, pretendemos demonstrar que o pensamento social e a ação política dos sujeitos pode se dar fora de espaços institucionais específicos bem como podem ser reveladas e colocadas em jogo por meio de outras ações sociais, como, por exemplo, a artística. Aluísio Azevedo, nesse sentido, é exemplo típico de uma ação artística que no fundo é politicamente consubstanciada nas ideias coevas. Imprimi-se, assim sua ideologia, bem como sua relação com a vida pública da época.

## Referências

ALMEIDA, Rodrigo Estramanho de. **A Realidade da Ficção:** ambigüidades literárias e sociais em *O Mulato* de Aluísio Azevedo. 2010. 11 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato.** São Paulo: Martins, 1959.

\_\_\_\_\_. **O Homem.** São Paulo: Martins, 1959a.

\_\_\_\_\_. **O Cortiço.** São Paulo: Martins, 1959b.

CANDIDO, Antonio. Introdução. In: AZEVEDO, Aluísio. **Filomena Borges.** São Paulo: Martins, 1960. p. 1-6.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade:** estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A . Queiroz, 2002.

CARONI, Ítalo. Introdução: In: ZOLA, Émile. **O Romance Experimental e o Naturalismo no Teatro.** São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 11-21.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHAIA, Miguel (Org.). **Arte e Política.** Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

COMTE, August. *Comte. Os pensadores*. Abril Cultural, 1983.

COSTA, Cruz. **História das ideias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. v. 3. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969.

FANINI, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: aventuras periféricas*. 2003. 340 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 2004.

GÓES, Fernando. Introdução: Aluísio Azevedo e “O Mulato”. In: AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Martins, 1959.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1967.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. vol. 4 (1977-1896). 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Edur, 2007.

MENEZES, Raimundo de. **Aluísio Azevedo: uma vida de romance**. São Paulo: Martins, 1958.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo, Vida e Obra (1857-1913): o verdadeiro Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo e a polêmica de O Mulato**. Rio de Janeiro: José Olympio. Brasília: INL, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TRINGALI, Dante. **Escolas Literárias**. São Paulo: Musa Editora, 1994.

ZOLA, Émile. **O Romance Experimental e o Naturalismo no Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

---

<sup>59</sup> O presente texto é uma versão levemente modificada do ensaio ‘Crítica, romance e positivismo em Aluísio Azevedo’, originalmente publicado nos Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), realizado em julho de 2011 na cidade de Curitiba.

<sup>60</sup> Doutor em Ciências Sociais, professor na FESPSP e pesquisador do NEAMP/ PUC-SP.

<sup>61</sup> Os trabalhos conhecidos de maior fôlego sobre o Aluísio Azevedo e sua obra são MENEZES, 1958; MÉRIAN, 1988; MONTELLO, 1975 e; FANINI, 2003. Nenhum deles, no entanto, se dedica em profundidade a descortinar elementos do positivismo e do republicanismo na obra de Aluísio Azevedo.

<sup>62</sup> São muitos os estudos que têm o foco ou se voltaram em parte à análise da presença do positivismo na trajetória intelectual e política do Brasil, entre esses podemos destacar: LINS, 1967; CARVALHO, 1990; ALONSO, 2002; COSTA, 1967.

<sup>63</sup> Esse trabalho, ao que consta, foi arranjado pelo irmão Arthur Azevedo que à época já era bastante conhecido como jornalista e dramaturgo no Rio de Janeiro, e colocou Aluísio em contato com o poder de disseminação da imprensa e, ao mesmo tempo, com a sátira política e social.

<sup>64</sup> Foram diversos os jornais surgidos na segunda metade do século XIX que tinham como centro de suas pautas a contestação à monarquia e a discussão de novas propostas políticas para o Brasil. Nos jornais deste tipo no Rio de Janeiro, publicavam-se, como nos diz Ângela Alonso “cartuns e artigos de achincalhe político e deboche aberto. Reclamavam da patronagem no preenchimento de cargos públicos, ridicularizavam a família imperial,

- ironizavam a distribuição de títulos nobiliárquicos e condecorações. Contribuíram decisivamente para dessacralizar a monarquia” (ALONSO, 2002, 295-296). Fica claro em que tipo de instrumento da imprensa Aluísio Azevedo atuou, na corte, como ilustrador.
- 65 Somam-se dezenas de ilustrações e caricaturas produzidas por Aluísio Azevedo entre 1876 e 1878. Aqui optamos pelo “Juízo Final” por ser a que mais claramente faz referência à filosofia positiva. Nessa ilustração, o desenhista chega mesmo a pintar a face de Auguste Comte. Optamos pela inserção da figura como anexo para que, devido ao pequeno espaço, ela seja melhor visualizada. Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- 66 Para compreensão de a filosofia positivista ver a seleção de textos em *Os Pensadores*: Comte. Abril Cultural, 1983.
- 67 Sobre esse aspecto ver COUTINHO, 1969; e SODRÉ, 1965.
- 68 Ver ZOLA, 1979.
- 69 O primeiro livro de Aluísio Azevedo intitula-se “Uma Lágrima de Mulher”. Sobremodo romântico o livro em nada contribui para delinear o pensamento político de Aluísio Azevedo. Aliás o hibridismo de sua obra, que se alternará toda entre romances-folhetins e romances naturalista é característica correntemente afirmada e tema reiteradamente estudado como em CANDIDO, 1960; e FANINI, 2003.
- 70 Ainda sobre esse aspecto registra Gilberto Freyre que “dos que mais merecem ser destacados dentre quantos, [...] significaram, no Brasil, progresso intelectual contra rotina clerical ou acadêmica: o de Tobias, no Recife, por exemplo; o de Pereira Barreto, em São Paulo; o de Aluísio Azevedo, no Maranhão” (FREYRE, 2004, p.426).
- 71 O episódio é bastante conhecido tendo sido um dos momentos em que Aluísio será de fato um ativista político. Um estudo completo sobre o tema é MONTELLO, 1975.
- 72 Sobre esse aspecto ver CANDIDO, 1960 e; FANINI, 2003.
- 73 Após a publicação de *O Cortiço* em 1889 Aluísio Azevedo publicou *A Mortalha de Alzira* em 1894 e *O Livro de uma sobra* em 1895.
- 74 Em março de 1892 escrevendo no jornal carioca *O Combate* Aluísio registra em uma crônica: “Fiquei triste com esta ideia, e pus-me então a cismar no estado e no destino desta pobre terra em que vegetamos, acabrunhados pela peste, pelo calor, pela infernal carestia da vida, ameaçados a todo instante pela guerra civil... Pobre República viúva! Pobre noiva a quem arrancaram o esposo ainda na lua-de-mel, para entregá-la à prostituição, para entregá-la à torpe sensualidade da maruja! Ah! Maldito Floriano! Maldita raça de traidores!” (AZEVEDO, 1961, p. 84).

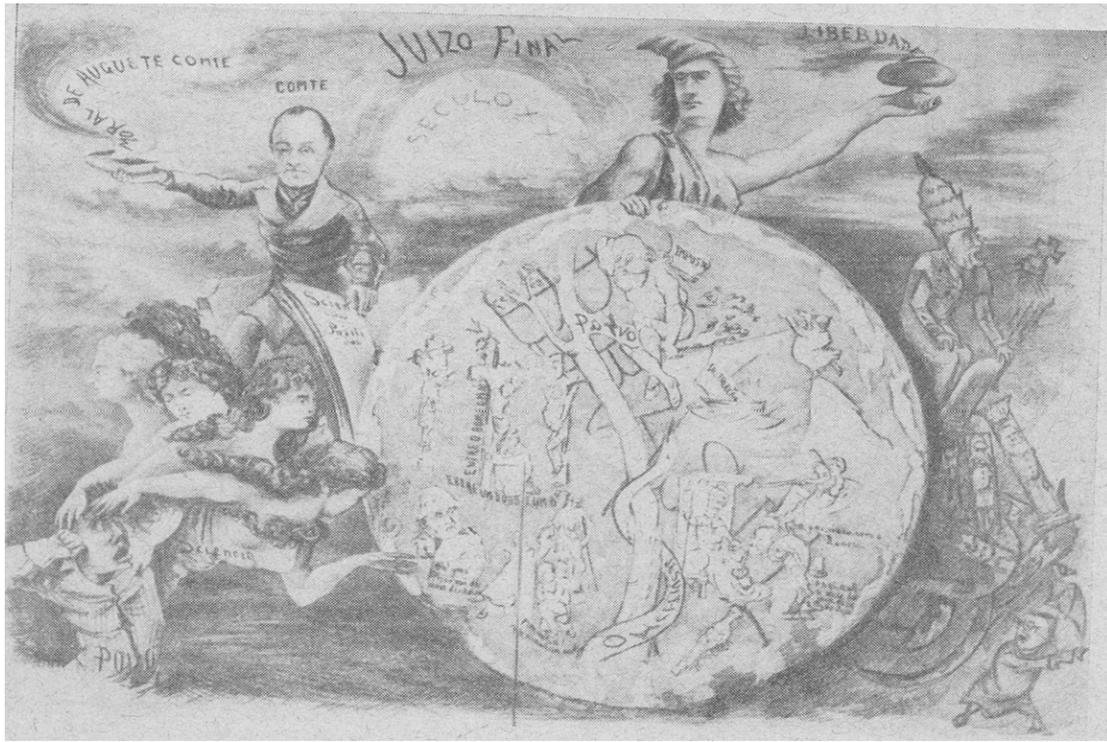


Figura I – O Juízo Final